



RELATÓRIO  
ANUAL DE  
INFORMAÇÕES  
ECONOMUS  
2013



# Índice

Mensagem da Diretoria Executiva	06
Governança Corporativa	07
O Economus em Destaque	
Planos de Previdência	12
Planos de Assistência à Saúde	12
Central de Atendimento	13
Controles e Riscos	13
Auditoria Interna	14
Recursos Humanos	14
Gestão de Benefícios	
Cenário: ambiente atual e perspectivas	16
Planos e Participantes	17
Regulamento Complementar nº 1	18
Regulamento Complementar nº 2	21
Regulamento Geral	23
PrevMais	27
Despesas Administrativas	33
Gestão de Assistência à Saúde	
Distribuição dos Beneficiários	36
Distribuição de Beneficiários dos Planos PLUS, PLUS II, PAMC e Básico	37
Distribuição de Beneficiários do FEAS	37
Distribuição dos Beneficiários do Economus	38
Distribuição da Rede Credenciada	38
Distribuição da Rede por Especialidades	39
Distribuição da Rede por Região de Saúde ANS	40
Gestão dos Investimentos	
Cenário Econômico Internacional	42
Cenário Econômico Brasileiro	43
Cenário Economus	43
Distribuição do Patrimônio Consolidado em dezembro/2013	44
Resumo do Demonstrativo dos Investimentos	45
Aderência da Gestão dos Recursos às Metas Estabelecidas – Previsto X Realizado	51
Montante dos Investimentos com Gestão Própria e Terceirizada	55
Enquadramento dos Investimentos	60
Resultado dos Investimentos do Economus em 2013	63
Divergência não planejada	69
Custos com a administração dos recursos - Gestão Própria e Terceirizada	72
Sumário Executivo das Políticas de Investimento	76
Alocação Estratégica	77
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado	80

## Gestão Contábil

Balanço Patrimonial Consolidado	82
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – Consolidada	83
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – Regulamento Complementar n� 1	84
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – Regulamento Complementar n� 2	85
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – Regulamento Geral	86
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – PrevMais	87
Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – Regulamento Complementar n� 1	88
Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – Regulamento Complementar n� 2	89
Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – Regulamento Geral	90
Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – PrevMais	91
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Consolidado	92
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – Regulamento Complementar n� 1	93
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – Regulamento Complementar n� 2	94
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – Regulamento Geral	95
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – PrevMais	96
Notas Explicativas �s Demonstrações Contábeis	97

## Pareceres

Atuarial: Gama Consultores Associados	162
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	189
Parecer do Conselho Fiscal	191
Manifestação do Conselho Deliberativo	192



## Mensagem da Diretoria Executiva

O Relatório Anual de Informações é uma ótima oportunidade de olharmos para o ano que se encerrou e fazer uma reflexão sobre os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas. É hora de analisar as dificuldades que tivemos e as soluções que encontramos para as necessidades dos participantes e beneficiários.

O ano de 2013 nos reservou grandes estímulos, já que é sempre necessário buscar o equilíbrio financeiro, mesmo que, às vezes, as forças da economia teimem em nos levar na direção contrária. Mas, talvez, o nosso principal desafio tenha sido alcançar um nível mais elevado de qualidade e traduzir essa evolução em benefícios para as pessoas. Não temos dúvida de que demos passos importantes para tornar o Economus ainda mais forte para enfrentar novos cenários.

O Economus obteve consideráveis avanços na gestão dos planos de assistência à saúde, com o mapeamento e atualização da rede credenciada, criação do serviço de 0800 e ampliação da Central de Atendimento. Com isso, hoje, estamos capacitados a atender melhor, proporcionando mais facilidade de acesso e menos tempo de espera. Essa melhoria com certeza será percebida por todos.

Podemos destacar, também, o desenvolvimento dos nossos empregados. 2013 foi mais um ano de estímulo à capacitação profissional, com investimento em treinamento e certificação em diversas áreas. Também revisamos o nosso código de ética e instituímos as normas de conduta, reforçando o

nosso compromisso de governança corporativa. Isso nos deixa mais preparados e alinhados com as boas práticas do mercado.

Outra ação que mostra o engajamento com os nossos Valores é o Educonomus, o Programa de Educação Previdenciária. Aprovado pela PREVIC, o programa será implantado em 2014, por meio de diversas ações estruturadas para levar o conceito de educação previdenciária a todos os nossos públicos.

Finalmente, devemos destacar o novo conceito do Relatório. Além dos números e dados, tão importantes para compreender o nosso desempenho em 2013, você vai se deparar com imagens de São Paulo em movimento e evolução, passando de um período de nascimento até alcançar a sua maturidade. Esta é uma homenagem à cidade na qual temos a nossa sede, há 36 anos estamos localizados no centro desta metrópole pulsante e em constante crescimento.

Os resultados obtidos pelo Economus em 2013 só foram possíveis devido ao empenho dos nossos profissionais, sempre comprometidos com a melhoria constante dos serviços, à confiança do patrocinador Banco do Brasil S.A., aos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e aos participantes dos planos de previdência e beneficiários dos planos de saúde. A todos, o nosso agradecimento.

Boa leitura!

# Governança Corporativa

O Economus é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) e foi constituído em 1º de setembro de 1977 como instrumento da política de recursos humanos do extinto Banco Nossa Caixa S.A. (BNC), patrocinado atualmente pelo Banco do Brasil S.A., em virtude da incorporação do BNC.

O Instituto conta com 174 profissionais em seu quadro de pessoal, responsáveis pela administração de quatro planos de previdência para mais de 25 mil participantes e 8

planos de assistência à saúde para mais de 50 mil beneficiários.

O Economus encerrou o ano de 2013 com o patrimônio previdenciário de R\$ 4,4 bilhões, e de acordo com o último *ranking* da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) de setembro de 2013, o Instituto ficou posicionado em 22º lugar, dentre as 264 EFPCs listadas.

## Missão

Oferecer soluções em previdência e assistência à saúde que atendam, com eficiência e segurança, as expectativas dos participantes e patrocinadores.

## Visão de Futuro

Somos reconhecidos no mercado de previdência e de assistência à saúde como referência de gestão e controle dos planos e dos investimentos, bem como pela excelência no atendimento.

## Valores

A gestão do Economus é pautada e reconhecida por:

- Ética, transparência e sustentabilidade;
- Desenvolvimento de pessoas e sinergia entre equipes;
- Excelência operacional e credibilidade;
- Respeito às normas.

## Estrutura Organizacional

A estrutura de governança do Economus é composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior na estrutura organizacional, responsável pela definição da política geral de administração, alteração de estatuto e regulamentos, gestão dos investimentos, entre outras atribuições. Composto por seis membros e respectivos suplentes, escolhidos paritariamente entre representantes dos participantes e assistidos e do patrocinador Banco do Brasil S.A.

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe examinar e aprovar os balancetes, emitir

parecer sobre o Balanço, apontar deficiências, manifestar-se sobre a adequação de hipóteses atuariais e execução orçamentária, entre outras atribuições. Composto por quatro membros e respectivos suplentes, escolhidos paritariamente entre representantes dos participantes e assistidos e do patrocinador Banco do Brasil S.A.

A Diretoria Executiva é o órgão de administração geral, cabendo-lhe executar todos os atos necessários ao bom funcionamento do Instituto, de acordo com as disposições da Lei, do Estatuto e das definições, diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo.



## Conselho Deliberativo

### Titulares

José Caetano de Andrade Minchillo (Presidente)  
Carlos Célio de Andrade Santos  
Carlos Alberto Costa Fraga  
Itamar de Souza Menezes  
Levi Gomes de Oliveira  
Francisco Vianna de Oliveira Junior

### Suplentes

Sérgio Antonio Fossalussa  
Lúcia Helena Cruz Moya Cuevas  
Antonio Sérgio Riede  
Tânia Teixeira Balbino  
Adriana Pizarro Carnelós Vicente  
Itamar Mortágua

## Conselho Fiscal

### Titulares

José Carlos de Oliveira (Presidente)  
Áurea Farias Martins  
José Zamai  
Adelar Valentim Dias

### Suplentes

Antonio Sabóia Barros Junior  
Carlos Alberto Marques Pereira  
Irialdo Barros  
Antônio César de Ávila Bittencourt

## Diretoria Executiva

Diretor Superintendente	Sergio Iunes Brito
Diretor Administrativo	Benilton Couto da Cunha
Diretor de Segurança	Sérgio Camilo de Castro Silva
Diretor Financeiro	Paulo Leite Julião

# O Economus em destaque

## Planos de Previdência

Mudanças na estrutura da Gerência de Benefícios (GEBEN) para aperfeiçoar o desempenho das atividades e atender às necessidades dos participantes e assistidos marcaram o ano de 2013, com a incorporação da gestão de dados cadastrais dos participantes dos planos de previdência e dos beneficiários dos planos de assistência à saúde.

A nova configuração, além de agilizar o processo de atualização cadastral, amplia a sinergia entre a Gerência de Benefícios e a Gerência de Administração de Planos de Assistência à Saúde, ao prestar serviços padronizados aos participantes, assistidos e beneficiários que, em sua maioria, estão inscritos nestas duas categorias de planos adminis-

trados pelo Economus.

O Programa de Educação Previdenciária, Educonomus, é uma novidade aguardada pelos participantes e será amplamente divulgado em 2014.

Com algumas ações de conscientização já em curso desde 2013, o Educonomus foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e visa a difundir, por meio de uma série de ações estruturadas, os conceitos de educação previdenciária e financeira a todos os participantes, assistidos e potenciais interessados.

## Planos de Assistência à Saúde

O Economus, ao longo de 2013, realizou mapeamento, revisão e atualização de toda rede credenciada com o objetivo de verificar a suficiência dos prestadores de serviços frente ao número de beneficiários por região de abrangência do Estado de São Paulo. Neste sentido, foram reali-

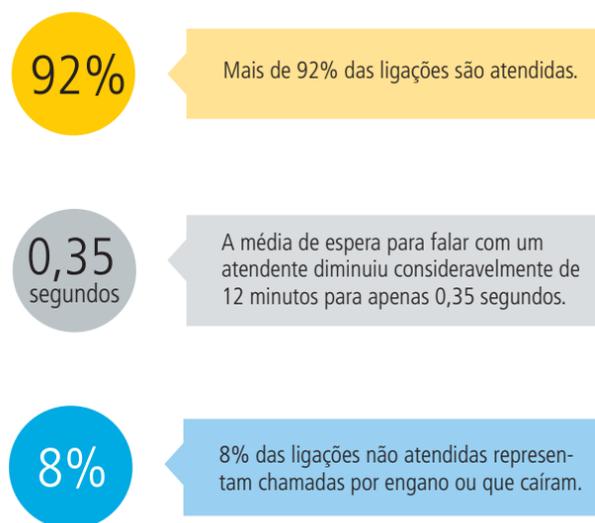
zados novos credenciamentos em diversos municípios. O Instituto investiu na contratação de soluções tecnológicas com o objetivo de agilizar a liberação das autorizações de procedimentos e internações e prestar serviço de qualidade para seus beneficiários.

## Central de Atendimento

Em junho, foi implantado o serviço gratuito do 0800 0147000 para atendimento exclusivo dos beneficiários dos planos de saúde e participantes dos planos de previdência.

Em novembro, o Economus aprimorou os controles, melhorou os processos e contratou novos profissionais de mercado, dobrando a capacidade da Central de Atendimento e instituindo um novo modelo de atendimento para centralizar demandas do seu público e responder às solicitações no menor tempo possível.

Após essa reestruturação, os índices mudaram de patamar, conforme segue:



Com essas ações, o público já começa a sentir a melhora significativa no que se refere ao padrão de atendimento, facilidade no acesso às informações e rapidez no tempo de espera.

## Controles e Riscos

Para aprimorar os processos operacionais de recebimento de contribuições, foram unificados os processos de arrecadação dos recursos financeiros dos planos assistenciais e previdenciais. A partir disso, houve a revitalização das ações de cobrança das contribuições e da gestão da inadimplência, sobretudo dos planos assistenciais, bem como a instituição de controles gerenciais e contábeis.

Destaca-se, também, a conclusão da fluxogramação dos processos de gestão de previdência e da assistência à saúde, fortalecendo a avaliação de riscos operacionais e

controles internos, desenvolvida anualmente com base na metodologia do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) para todos os macroprocessos do Economus, o que propiciou a adoção de ações corretivas mais qualificadas.

Além disso, em 2013, foi intensificado o fortalecimento do ambiente de controle por meio da realização de treinamentos sobre Controles Internos e Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo a todos os empregados.

## Auditoria Interna

O fortalecimento da cultura de controles também contou com a atuação da Auditoria Interna. A Unidade coordenou o relacionamento das áreas do Economus com a equipe da Auditoria Externa KPMG, acompanhando o andamento das atividades, o fornecimento de informações e as tratativas de solução para as deficiências encontradas. Realizou também trabalho específico de auditoria no macroprocesso Gestão de Assistência à Saúde.

Foram avaliados os processos de Gestão dos Planos de Saúde e Rede Credenciada, Atendimento e Cadastro, Gestão de Procedimentos Médico-Hospitalares, Arrecadação e Pagamentos. As ações para superação das fragilidades apontadas e mitigação dos riscos identificados são acompanhadas pela Auditoria e reportadas aos Órgãos de Governança.

## Recursos Humanos

Em 2013, o Economus investiu R\$ 323.800,17 na capacitação do corpo funcional, com o objetivo de qualificar os serviços prestados. Este investimento contempla a participação em treinamentos, congressos e seminários.

Foi realizado treinamento na sede do Economus sobre "Fundamentos em Gerenciamento de Projetos", para 14 profissionais, com o objetivo de capacitar os empregados a atuarem com maior foco para o sucesso dos projetos do Instituto.

Outro curso que merece destaque é o "Preparatório para Certificação CPA-20", que contou com a presença de 17 participantes interessados em habilitar-se para a Certificação Profissional Anbima – Série 20.

Além disso, neste ano, seis profissionais foram certificados

por instituições renomadas no segmento de previdência, como: Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS), que representa o reconhecimento dos esforços de qualificação dos profissionais da Seguridade, e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima) em CPA-20, certificação destinada para profissionais que desempenham atividades ligadas a investimentos.

Em alinhamento às melhores práticas de governança corporativa adotadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, o Conselho Deliberativo aprovou a revisão do Código de Ética e a implementação do Código de Conduta. Estes códigos estabelecem, de maneira clara e objetiva, os deveres e as responsabilidades dos empregados, colaboradores, terceirizados e prestadores de serviços do Economus.

# Gestão de Benefícios

## Cenário: ambiente atual e perspectivas

O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), no exercício de seu papel institucional de zelar pela solidez do sistema e diante de um cenário econômico que parecia consolidado, aprovou, em novembro de 2012, a Resolução CNPC nº 9, que alterou a Resolução CGPC nº 18/2006, introduzindo a mecânica de redução gradual, entre os exercícios de 2013 e 2018, da taxa máxima de juros admitida nas projeções atuariais.

Destaca-se que durante o ano de 2013, observamos uma reversão do cenário econômico em relação ao ano anterior, onde a taxa SELIC voltou a se elevar como forma de combater a inflação que dava sinais de crescimento logo nos primeiros meses do ano. Como consequência, estamos testemunhando um momento adverso ao que justificou a publicação da Resolução CNPC nº 9/2012, merecendo, por parte do órgão regulador, um tratamento que atenuasse os efeitos da redução obrigatória do limite máximo da taxa de juros, o que para muitos planos significa o reconhecimento de um déficit.

De certa forma, reconheceu-se essa necessidade com a

publicação da Resolução CNPC nº 13, de 4 de novembro de 2013, flexibilizando as regras para equacionamento de déficit dos planos de benefícios.

A perspectiva do Economus para o ano de 2014 é a de aprimoramento dos instrumentos regulatórios, que primam pela preservação dos padrões técnicos, a partir dos quais as entidades possam gerir os seus planos de benefícios e estimar da forma adequada os compromissos com participantes e assistidos, como ponto de partida, a Instrução nº 07, de 12 de dezembro de 2013, que visa a atestar a adequação e aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras.

Também merece menção a iniciativa do Economus de lançar o Programa de Educação Previdenciária, aprovado pelo órgão regulador das entidades fechadas de previdência complementar, seguindo as tendências de mercado que privilegiam iniciativas educacionais. Com esta ação, o Instituto pretende contribuir para a construção de uma cultura previdenciária, oferecendo ao seu público uma ferramenta de orientação para o planejamento de um futuro tranquilo.

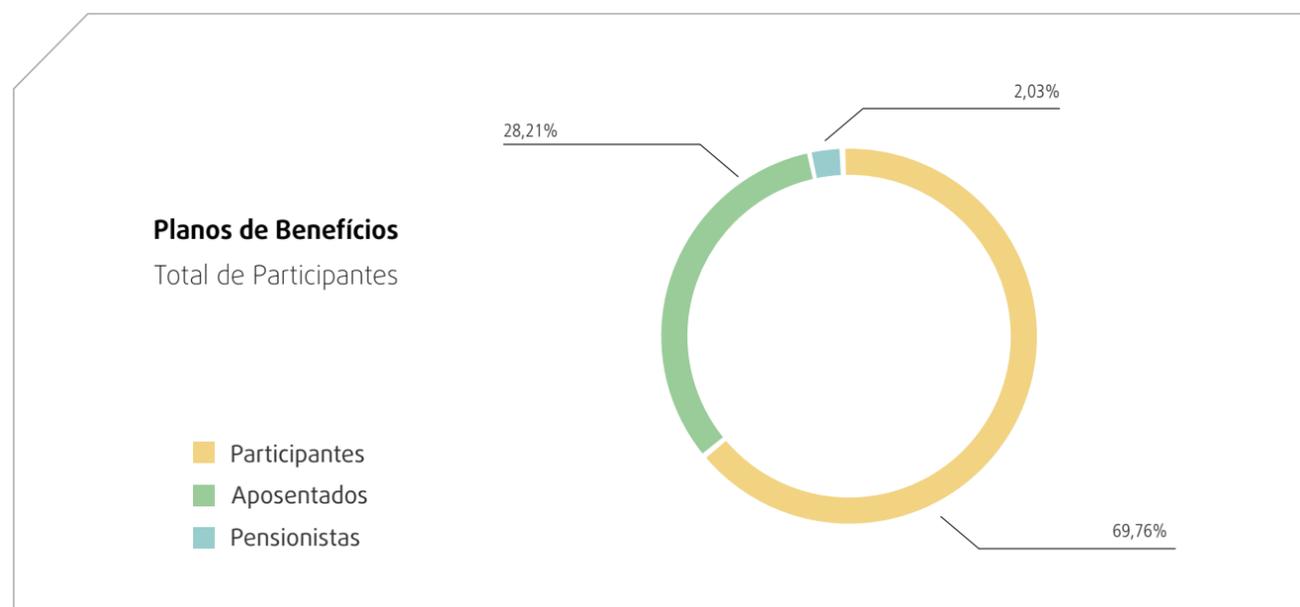
# Planos e participantes

O Economus administra quatro planos de benefícios previdenciários, três na modalidade de Benefício Definido (BD) e um na modalidade de Contribuição Variável (CV).

Ao final de 2013, os planos de benefícios apresentaram as seguintes quantidades de participantes e assistidos:

Planos	Participantes	Aposentados	Pensionistas	Total
Regulamento Complementar nº 1	1.220	7	4	1.231
Regulamento Complementar nº 2	1.190	0	6	1.196
Regulamento Geral	5.279	6.065	444	11.788
PrevMais	9.904	1.042	59	11.005
<b>Total</b>	<b>17.593</b>	<b>7.114</b>	<b>513</b>	<b>25.220</b>

Obs.: os participantes que optaram pelo saldamento do plano Regulamento Geral, em agosto de 2006, também se vincularam ao plano de contribuição variável PrevMais. Desta forma, há 6.128 participantes em dois planos.



## Regulamento Complementar nº 1

O plano Regulamento Complementar nº 1 está estruturado na modalidade BD e destina-se aos empregados do extinto Banco Nossa Caixa S.A. admitidos, originariamente, pelo regime CLT, até 13/05/1974, e protegidos pelas Leis Estaduais nº 1.386/51 e nº 4.819/58.

Dados consolidados em 31/12/2013	1. Patrimônio de cobertura	R\$ 16.025.619,67
	2. Provisões matemáticas totais	R\$ 14.643.680,77
	3. Resultado acumulado do plano	R\$ 1.381.938,90

Participantes	Dados	Feminino	Masculino	Total
	Número de participantes	740	480	1.220
	Média de idade atual	65,71	65,60	65,66
	Média de salário real de participação	R\$ 8.274,73	R\$ 12.336,83	R\$ 9.872,93

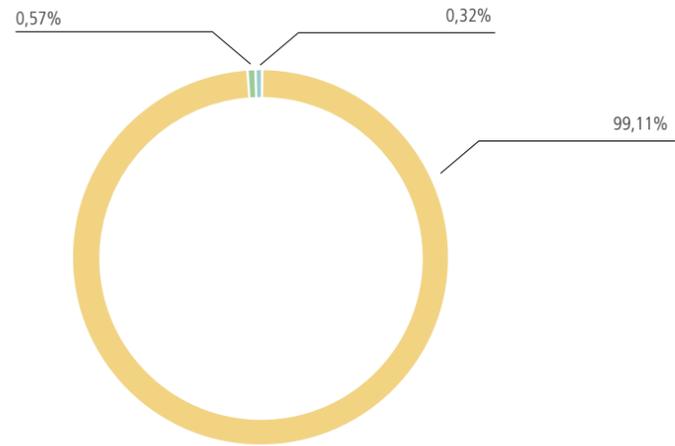
Assistidos Aposentadorias (Tempo de Serviço e Idade)	Dados	Feminino	Masculino	Total
	Número de assistidos	1	5	6
	Média de idade atual	73,56	66,84	67,96
	Média do valor de benefício	R\$ 4.697,15	R\$ 6.316,93	R\$ 6.046,97

Assistidos Aposentadoria por Invalidez	Dados	Feminino	Masculino	Total
	Número de assistidos	1		1
	Média de idade atual	75,75		75,75
	Média do valor de benefício	R\$ 3.011,20		R\$ 3.011,20

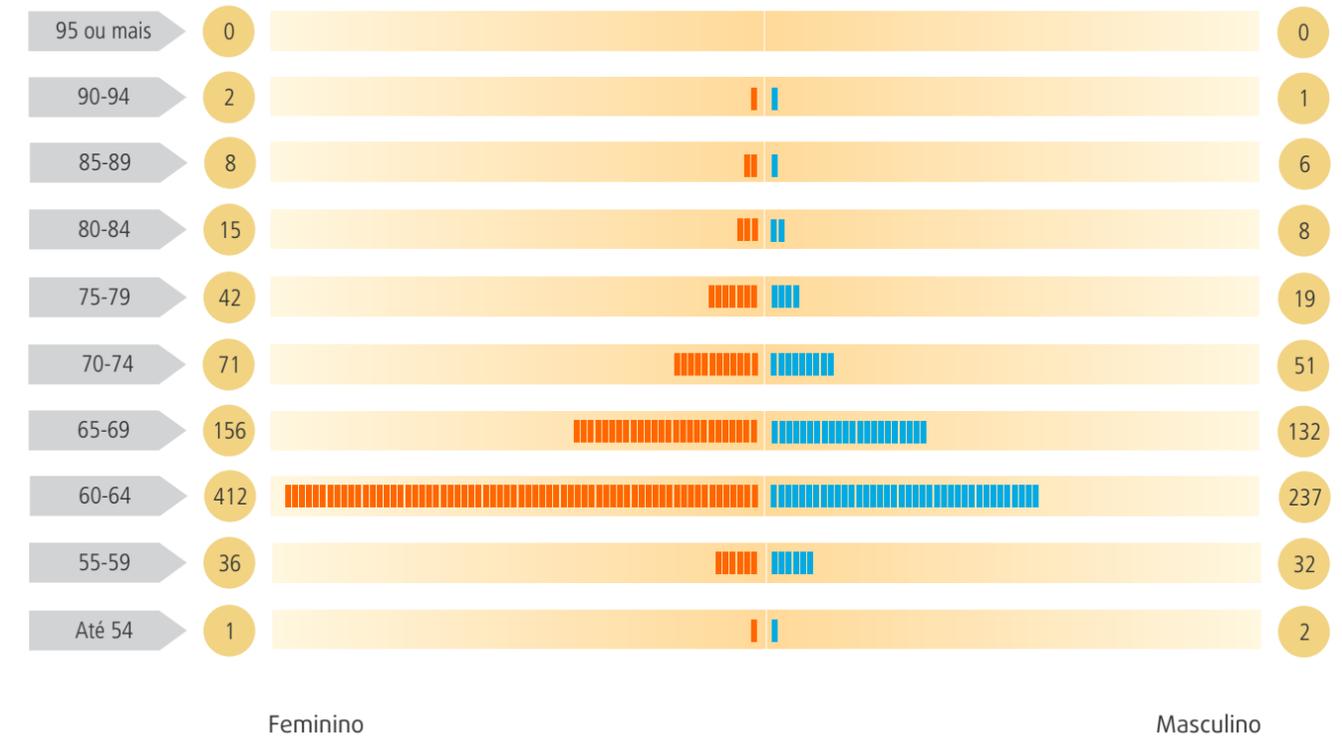
Assistidos Pensões por Morte	Dados	Feminino	Masculino	Total
	Número de assistidos	1	3	4
	Média de idade do pensionista principal	74,73	59,60	63,38
	Média do valor de benefício	R\$ 3.841,39	R\$ 2.324,53	R\$ 2.703,75

### Distribuição por Tipo de Participante

- Participantes
- Aposentados
- Pensionistas

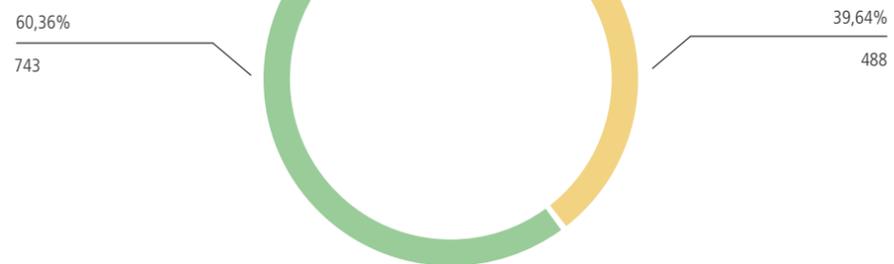


### Pirâmide Etária



### Distribuição por sexo

- Masculino
- Feminino



## Regulamento Complementar nº 2

O plano Regulamento Complementar nº 2 está estruturado na modalidade BD e destina-se aos empregados do extinto Banco Nossa Caixa S.A. optantes pelo regime CLT, na forma prevista pela Lei Estadual nº 10.430/71 e Decreto nº 7.711/76.

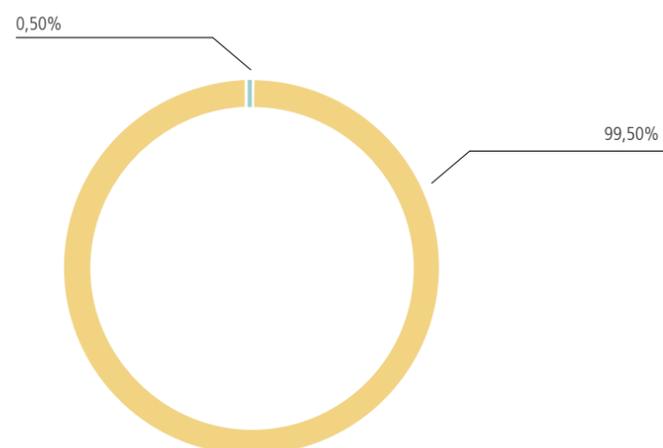
Dados consolidados em 31/12/2013	1. Patrimônio de cobertura	R\$ 12.368.516,21
	2. Provisões matemáticas totais	R\$ 7.635.541,94
	3. Resultado acumulado do plano	R\$ 4.732.974,27

Participantes	Dados	Feminino	Masculino	Total
	Número de participantes	639	551	1.190
	Média de idade atual	77,40	78,20	77,80
	Média de salário real de participação	R\$ 6.983,34	R\$ 10.523,14	R\$ 8.622,36

Assistidos	Dados	Feminino	Masculino	Total
Pensões por Morte	Número de assistidos	6		6
	Média de idade do pensionista principal	77,91		77,91
	Média do valor do benefício	R\$ 3.456,67		R\$ 3.456,67

### Distribuição por Tipo de Participante

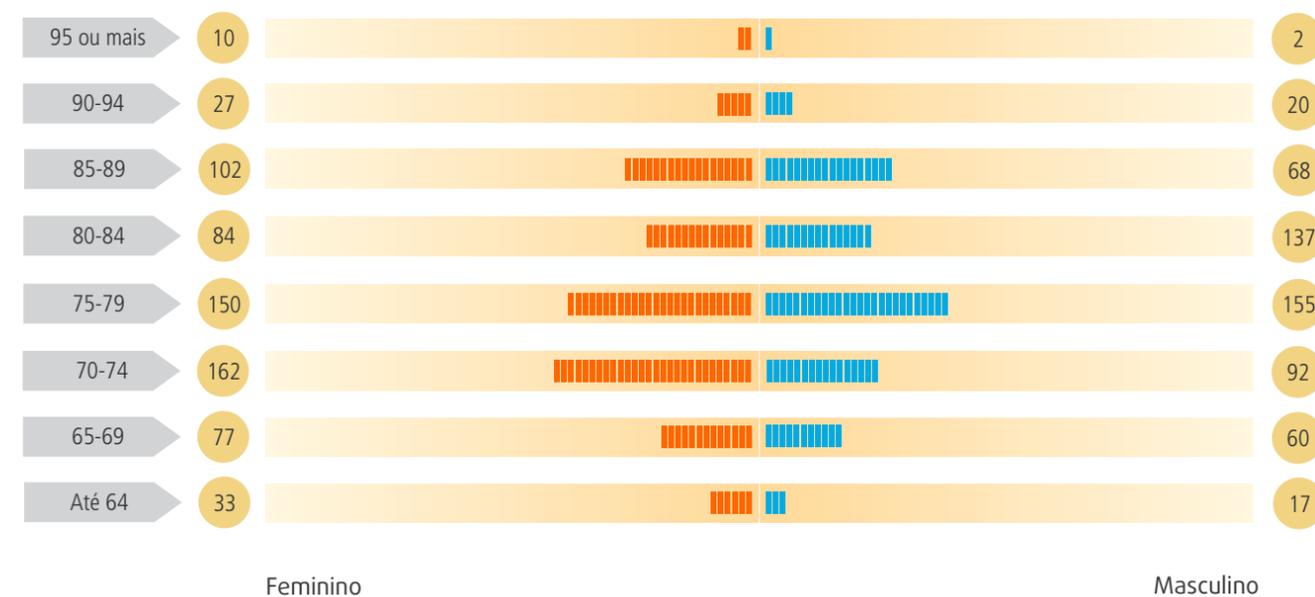
■ Participantes  
■ Pensionistas



### Distribuição por sexo



### Pirâmide Etária



## Regulamento Geral

O plano Regulamento Geral está estruturado na modalidade BD e destina-se aos empregados do extinto Banco Nossa Caixa S.A. optantes pelo regime CLT, admitidos originariamente a partir de 13/05/1974.

Dados consolidados em 31/12/2013	1. Patrimônio de cobertura	R\$ 3.968.289.242,41
	2. Provisões matemáticas totais	R\$ 4.151.184.703,80
	3. Resultado acumulado do plano	R\$ 182.895.461,39*

\* Deficitário

Participantes	Dados	Feminino	Masculino	Total
Não optantes pelo saldamento	Número de participantes	23	10	33
	Média de idade atual	50,35	53,20	51,21
	Média de idade na aposentadoria	55,35	57,20	55,91
	Média de salário real de participação	R\$ 4.747,03	R\$ 3.676,51	R\$ 4.422,63

Participantes	Dados	Feminino	Masculino	Total
Optantes pelo Benefício Proporcional Diferido	Número de participantes	13	11	24
	Média de idade atual	51,54	49,18	50,46
	Média de idade na aposentadoria	57,31	60,00	58,54
	Média do valor de benefício proporcional diferido	R\$ 510,50	R\$ 741,24	R\$ 616,25

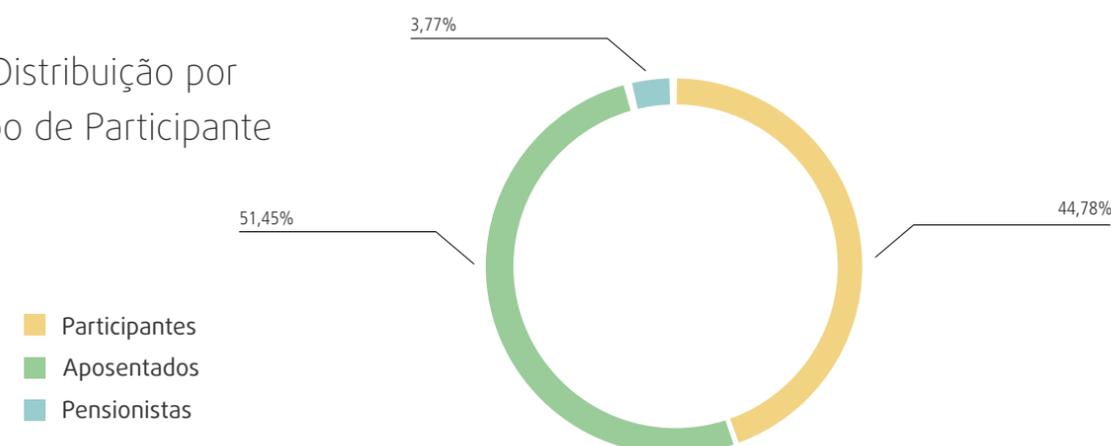
Participantes	Dados	Feminino	Masculino	Total
Saldados	Número de participantes	3.462	1.760	5.222
	Média de idade atual	49,32	49,55	49,40
	Média de idade na aposentadoria	55,65	56,60	55,97
	Média do benefício saldado	R\$ 1.165,69	R\$ 2.018,48	R\$ 1.453,11

Assistidos Aposentadorias por Tempo de Serviço e Idade	Dados	Feminino	Masculino	Total
	Número de assistidos	3.622	1.910	5.532
	Média de idade atual	61,63	62,11	61,80
	Média do valor de benefício	R\$ 2.940,25	R\$ 5.856,06	R\$ 3.946,98

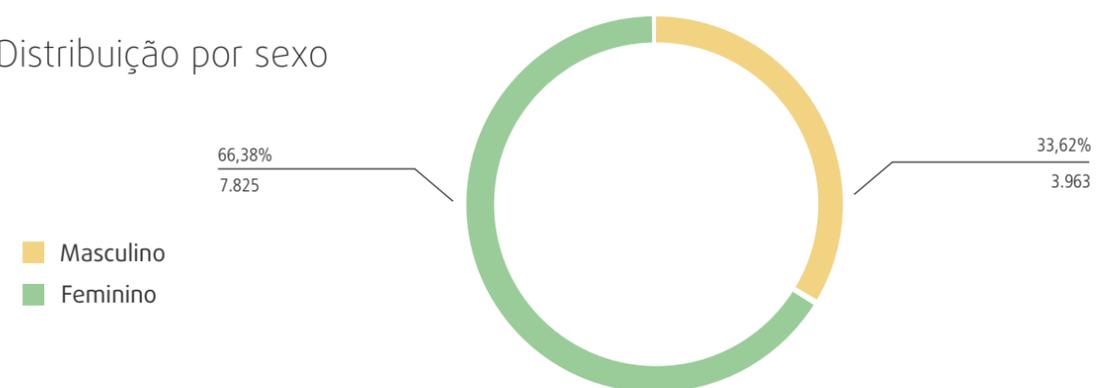
Assistidos Aposentadoria por Invalidez	Dados	Feminino	Masculino	Total
	Número de assistidos	376	157	533
	Média de idade atual	60,95	60,99	60,96
	Média do valor de benefício	R\$ 2.548,21	R\$ 3.905,80	R\$ 2.948,10

Assistidos Pensões por Morte	Dados	Feminino	Masculino	Total
	Número de assistidos	329	115	444
	Média de idade do pensionista principal	63,02	61,03	62,50
	Média do valor de benefício	R\$ 2.991,51	R\$ 2.156,73	R\$ 2.775,29

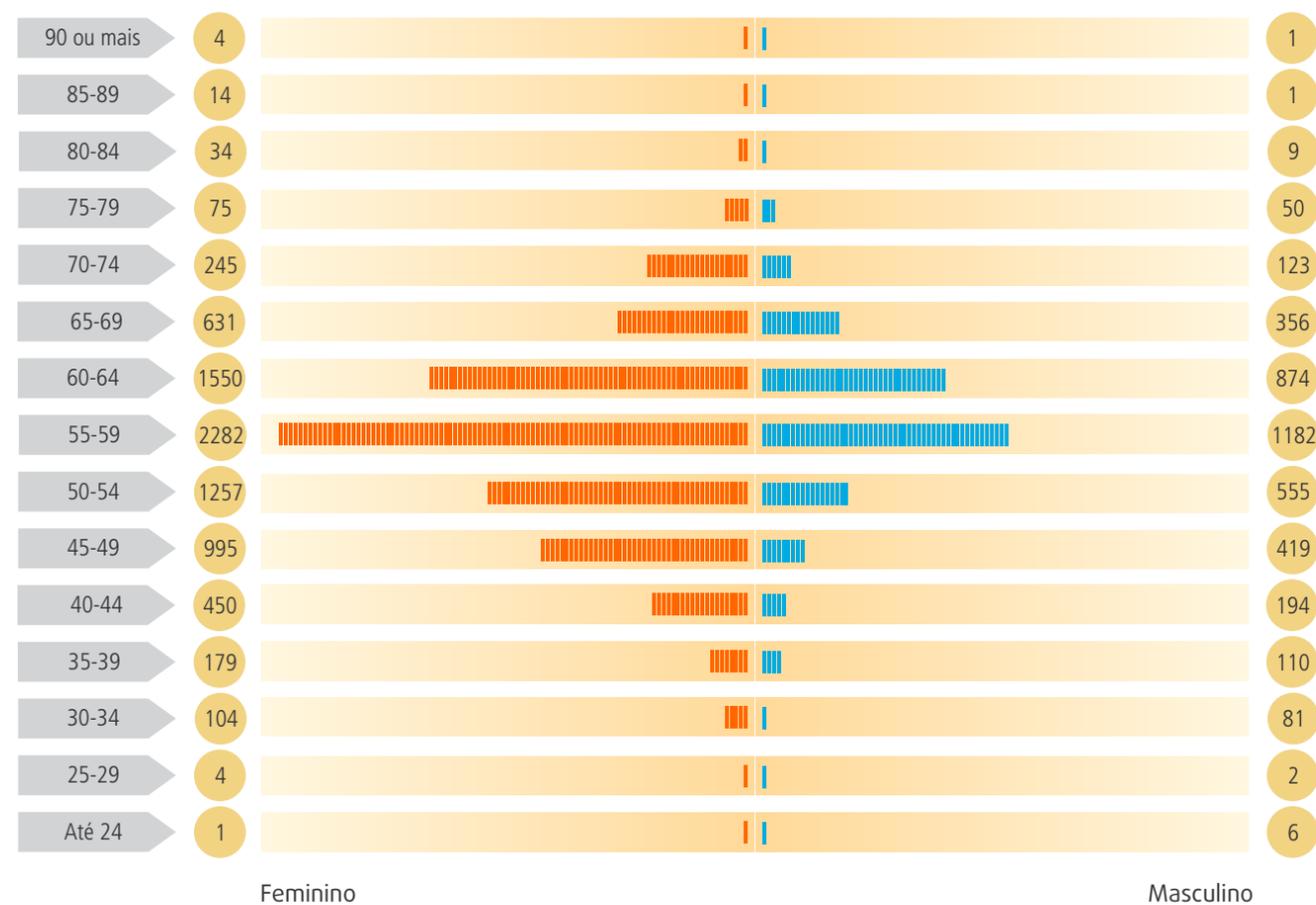
Distribuição por Tipo de Participante



## Distribuição por sexo



## Pirâmide Etária



## Equacionamento de déficit

As provisões matemáticas a constituir representam R\$ 371.275.206,46, referentes ao valor atual das contribuições futuras, a serem realizadas pelos patrocinadores, participantes (saldados, não saldados e autopatrocinados) e assistidos, dos quais está sendo descontada a contribuição extraordinária (déficits equacionados de 2005 e 2009).

Dados	Déficit Equacionado 2005		
	2013	2012	2011
Valor contratado	247.988.716,88	247.988.716,88	247.988.716,88
Saldo devedor atual	357.155.550,04	347.032.470,92	334.601.847,80
Prazo de amortização pactuado <sup>(1)</sup>	311 meses	311 meses	311 meses
Prazo de amortização restante	244 meses	257 meses	295 meses
Data de vencimento	até 5º dia útil	até 5º dia útil	até 5º dia útil
Atualização pactuada	INPC + 6%	INPC + 6%	INPC + 6%

(1) Na Avaliação Atuarial de 31/12/2010 foi alterado o método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao Déficit Equacionado - 2005 que passou para o Método Price. O prazo médio referencial estimado para amortização extraordinária do déficit técnico foi fixado em 311 meses contados a partir de abril de 2011.

Dados	Déficit Equacionado 2009		
	2013	2012	2011
Valor contratado <sup>(1)</sup>	69.429.466,65	69.429.466,65	69.429.466,65
Saldo devedor atual	14.119.656,42	31.293.284,03	45.137.176,83
Prazo de amortização pactuado <sup>(1)</sup>	52 meses	52 meses	52 meses
Prazo de amortização restante	11 meses	22 meses	34 meses
Data de vencimento	até 5º dia útil	até 5º dia útil	até 5º dia útil
Atualização pactuada	INPC + 6%	INPC + 6%	INPC + 6%

(1) O valor da Provisão Matemática a Constituir e o prazo de amortização estão definidos na Avaliação Atuarial de 31/12/2009.

Os prazos de amortização restantes e os valores de saldo devedor atuais foram calculados no dia 31 de dezembro do respectivo exercício.

## PrevMais

O plano PrevMais está estruturado na modalidade Contribuição Variável (CV), sendo que os benefícios programados assegurados pelo plano observam a conjugação das características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) ou Contribuição Definida (CD), na fase de percepção, conforme opção a ser exercida pelo participante, estando sujeito a riscos atuariais aquele que opta pela percepção do benefício na mo-

dalidade de Benefício Definido (renda vitalícia).

No que se refere aos benefícios de risco, todos estão estruturados sob a modalidade de Benefício Definido, conforme regulamento do plano, sendo assegurados os benefícios de aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença, acidente de trabalho e auxílio-funeral.

Dados consolidados em 31/12/2013	1. Patrimônio de cobertura	R\$ 734.968.878,68
	2. Provisões matemáticas totais	R\$ 732.249.230,42
	3. Resultado acumulado do plano	R\$ 2.719.648,26

Participantes	Dados	Feminino	Masculino	Total
Em Atividade	Número de participantes	5.498	3.771	9.269
	Média de idade atual	45,00	43,02	44,20
	Média de idade na elegibilidade	53,79	53,89	53,83
	Média de salário de benefício	R\$ 5.751,95	R\$ 6.387,97	R\$ 6.010,71

Participantes	Dados	Feminino	Masculino	Total
Optantes pelo Autopatrocínio	Número de participantes	95	87	182
	Média de idade atual	47,85	46,92	47,40
	Média de idade na elegibilidade	54,38	54,14	54,27
	Média de salário de benefício	R\$ 6.514,29	R\$ 7.940,97	R\$ 7.196,27

Participantes	Dados	Feminino	Masculino	Total
Optantes pelo Benefício Proporcional Diferido	Número de participantes	2	3	5
	Média de idade atual	41,38	36,08	38,20
	Média de idade na elegibilidade	53,00	53,00	53,00
	Média de salário de benefício	R\$ 5.842,61	R\$ 5.757,64	R\$ 5.791,62

Participantes	Dados	Feminino	Masculino	Total
Obrigações com Participantes e Patrocinadora	Número de participantes	212	236	448
	Média de idade atual	43,42	41,04	42,17
	Média de idade na elegibilidade	54,27	54,21	54,24
	Média de salário de benefício	R\$ 4.192,02	R\$ 3.814,72	R\$ 3.993,27

Assistidos	Dados	Feminino	Masculino	Total
Aposentadoria Programada em Renda Mensal Vitalícia	Número de assistidos	11	33	44
	Média de idade atual	59,16	59,06	59,08
	Média de suplementação de aposentadoria	R\$ 646,04	R\$ 647,48	R\$ 647,12

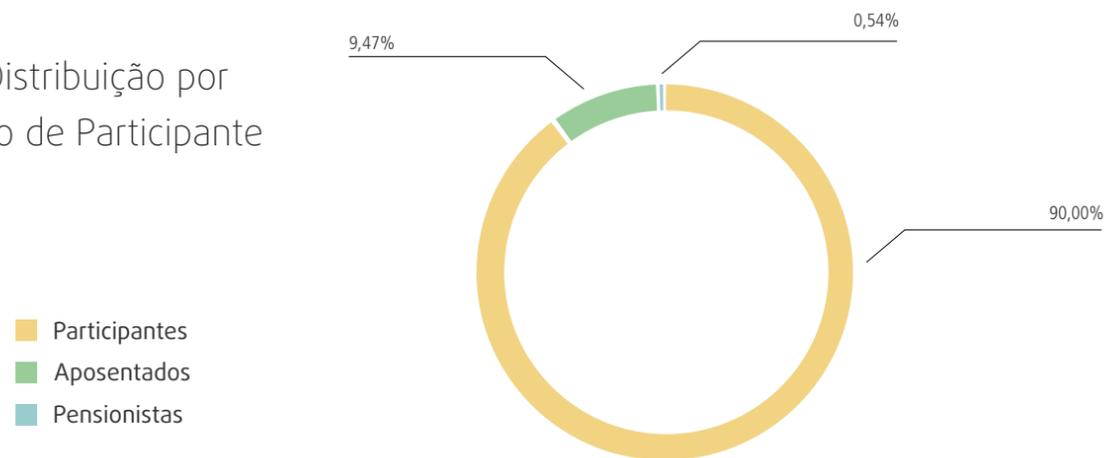
Assistidos	Dados	Feminino	Masculino	Total
Aposentadoria Programada com Base no Montante Financeiro	Número de assistidos	402	476	878
	Média de idade atual	57,67	58,41	58,07
	Média de suplementação de aposentadoria	815,53	1.085,33	961,80
	Média do Montante Financeiro Individual	R\$ 44.832,24	R\$ 58.056,28	R\$ 52.001,54

Assistidos	Dados	Feminino	Masculino	Total
Aposentadoria por Invalidez	Número de assistidos	56	64	120
	Média de idade atual	54,07	57,36	55,82
	Média de suplementação de aposentadoria	R\$ 2.724,20	R\$ 5.179,57	R\$ 4.033,73

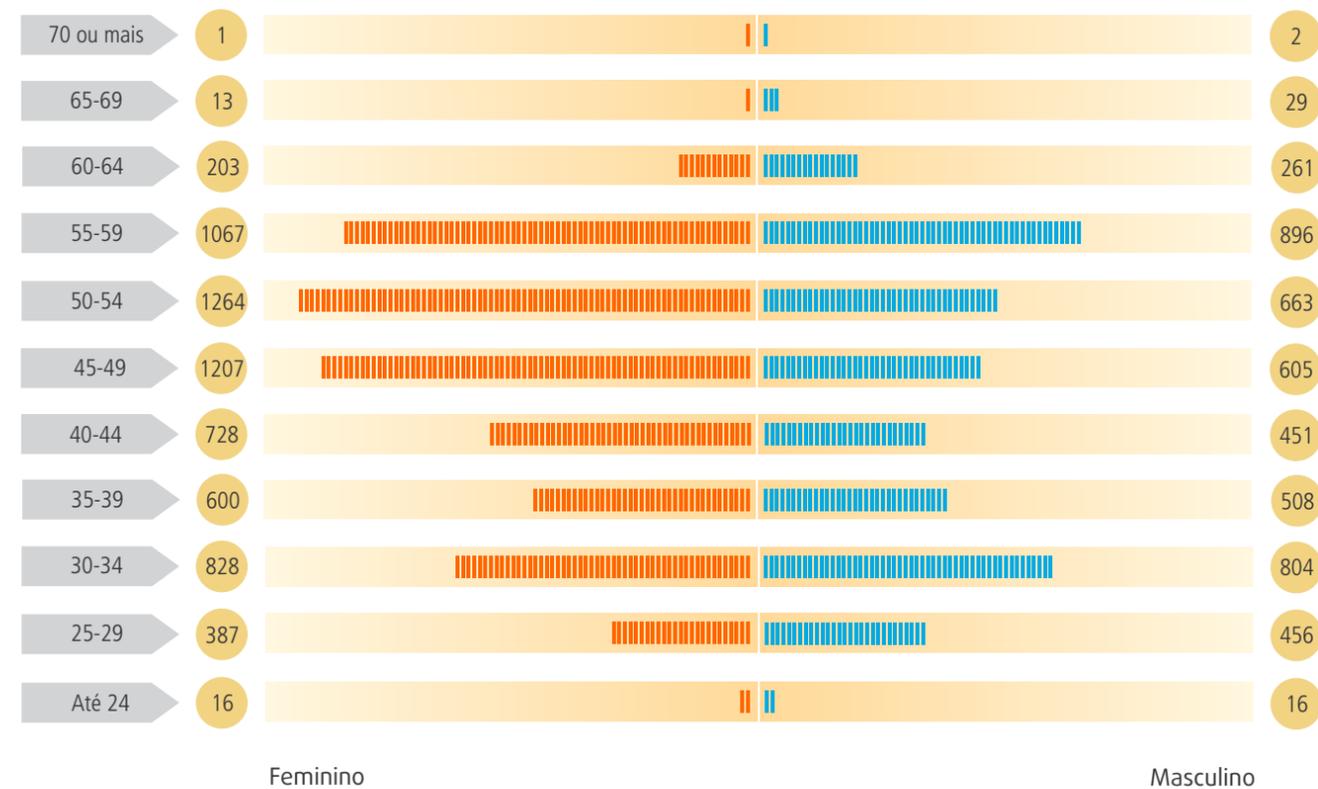
Assistidos	Dados	Feminino	Masculino	Total
Pensões por Morte em Renda Mensal Vitalícia/Temporária	Número de assistidos	33	19	52
	Média de idade atual	47,67	42,26	45,69
	Média de suplementação de pensão por morte	R\$ 3.826,39	R\$ 2.949,35	R\$ 3.505,93

Assistidos	Dados	Feminino	Masculino	Total
Pensões por Morte com Base no Montante Financeiro	Número de assistidos	5	2	7
	Média de idade atual	54,65	42,29	51,12
	Média de suplementação de pensão por morte	596,33	930,59	691,84
	Média do Montante Financeiro Individual	R\$ 41.699,41	R\$ 30.833,65	R\$ 38.594,91

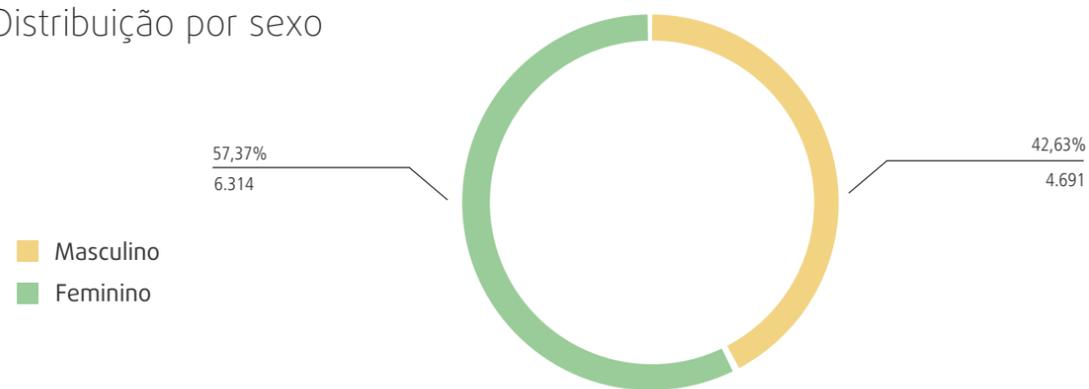
### Distribuição por Tipo de Participante



### Pirâmide Etária



### Distribuição por sexo



### Hipóteses atuariais

Na avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2013, referente aos planos de benefícios administrados pelo Economus, foram utilizadas hipóteses consideradas aderentes, segundo o estudo de aderência.

Para realização dos estudos de aderência de hipóteses bio-

métricas e demográficas foram utilizados dados apurados a partir da experiência de morte, invalidez, afastamentos por licença saúde, salários de participação, entre outros, observados junto à população de participantes e assistidos vinculada a cada plano.

A seguir, relacionamos as hipóteses utilizadas por plano de benefícios:

Hipótese	Regulamento Complementar nº 1	Regulamento Complementar nº 2	Regulamento Geral	PrevMais
Mortalidade geral	AT – 2000 M&F (Agravada em 60%)	AT – 2000 M&F (Agravada em 60%)	AT – 2000 M&F (Agravada em 60%)	AT – 2000 F
Mortalidade de Inválidos	RP 2000 <i>Disable Male</i>	Não aplicável	RP 2000 <i>Disabled Male</i>	MI – 85 <i>Female</i>
Entrada em Invalidez	Não aplicável	Não aplicável	ZIMMER D 26	Muller
Entrada em auxílio-doença	Ex-Economus II	Não aplicável	Ex-Economus II	Ex-Economus II (D20%)
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável	Ex-Economus Ajuste gráfico	GAMA/ROT Exp. Economus 2011 (D25%)
Crescimento Salarial	Não aplicável	Não aplicável	0,00% ao ano	1,99% ao ano
Fator de capacidade	0,9792	0,9792	0,9792	0,9792
Taxa de Juros	4,30% ao ano	4,30% ao ano	5,75% ao ano	5% ao ano

Para facilitar a compreensão da importância e do propósito de cada hipótese na projeção dos compromissos dos planos de benefícios com participantes e assistidos, representados pelos valores das provisões matemáticas e fundos previdenciais, listamos a definição de cada uma delas:

**a) Mortalidade geral:** experiência estatística de um determinado grupo populacional na forma de uma tabela que contém as probabilidades de morte e sobrevivência

em função da idade, sendo muito utilizada em planos de benefícios previdenciários e em seguros de vida. A hipótese de mortalidade/sobrevivência de válidos é utilizada para dimensionar o valor atual dos benefícios futuros, cujo evento gerador pode ser a morte, produzindo o benefício de pensão por morte, ou a sobrevivência, produzindo o benefício de aposentadoria programada.

**b) Mortalidade de inválidos:** experiência estatística de

um determinado grupo populacional de indivíduos inválidos na forma de uma tabela que contém as probabilidades de morte e sobrevivência em função da idade. A hipótese de mortalidade/sobrevivência de inválidos é utilizada para dimensionar o valor atual dos benefícios futuros, cujo evento gerador é a morte, produzindo o benefício de pensão por morte de um indivíduo inválido, ou a sobrevivência, dimensionado o compromisso em razão de um benefício de aposentadoria por invalidez.

**c) Entrada em invalidez:** experiência estatística de um grupo populacional na forma de uma tabela que contém as probabilidades de um indivíduo se invalidar antes de atingir uma determinada idade.

**d) Entrada em auxílio-doença:** experiência estatística na forma de uma tabela que representa o número de pessoas expostas ao risco de requerer um benefício de auxílio-doença após 15 dias consecutivos ao afastamento do trabalho. Essa hipótese é utilizada para o cálculo do compromisso da entidade com o pagamento de auxílio-doença aos participantes do plano.

**e) Rotatividade:** hipótese que representa a expectativa do número de participantes que solicitarão o cancelamento do plano de benefícios ou, ainda, que desistirão do mesmo, sem que tenham implementado o direito a qualquer benefício do plano ao qual estiver vinculado.

**f) Crescimento salarial:** expressa, na forma de taxa, a variável salarial, sendo utilizada de forma a estimar o salário do participante, para o período de cálculo dos benefícios, visando a projetar o benefício devido na data em que o mesmo lhe for concedido, ou na data mais próxima possível do evento, bem como para estimar as

contribuições futuras, pelo tempo em que o participante permanecerá no plano de benefícios.

**g) Fator de capacidade:** representa o valor real do salário ou do benefício médio anual (poder aquisitivo), podendo ser entendido como o poder de compra do salário ou do benefício entre duas datas de reajustes, e está inversamente ligada ao índice de inflação projetado, sendo que, quanto maior o índice de inflação entre duas datas, menor o fator de capacidade e vice-versa.

**h) Taxa de juros:** é a taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de contribuições e benefícios.

## Despesas Administrativas

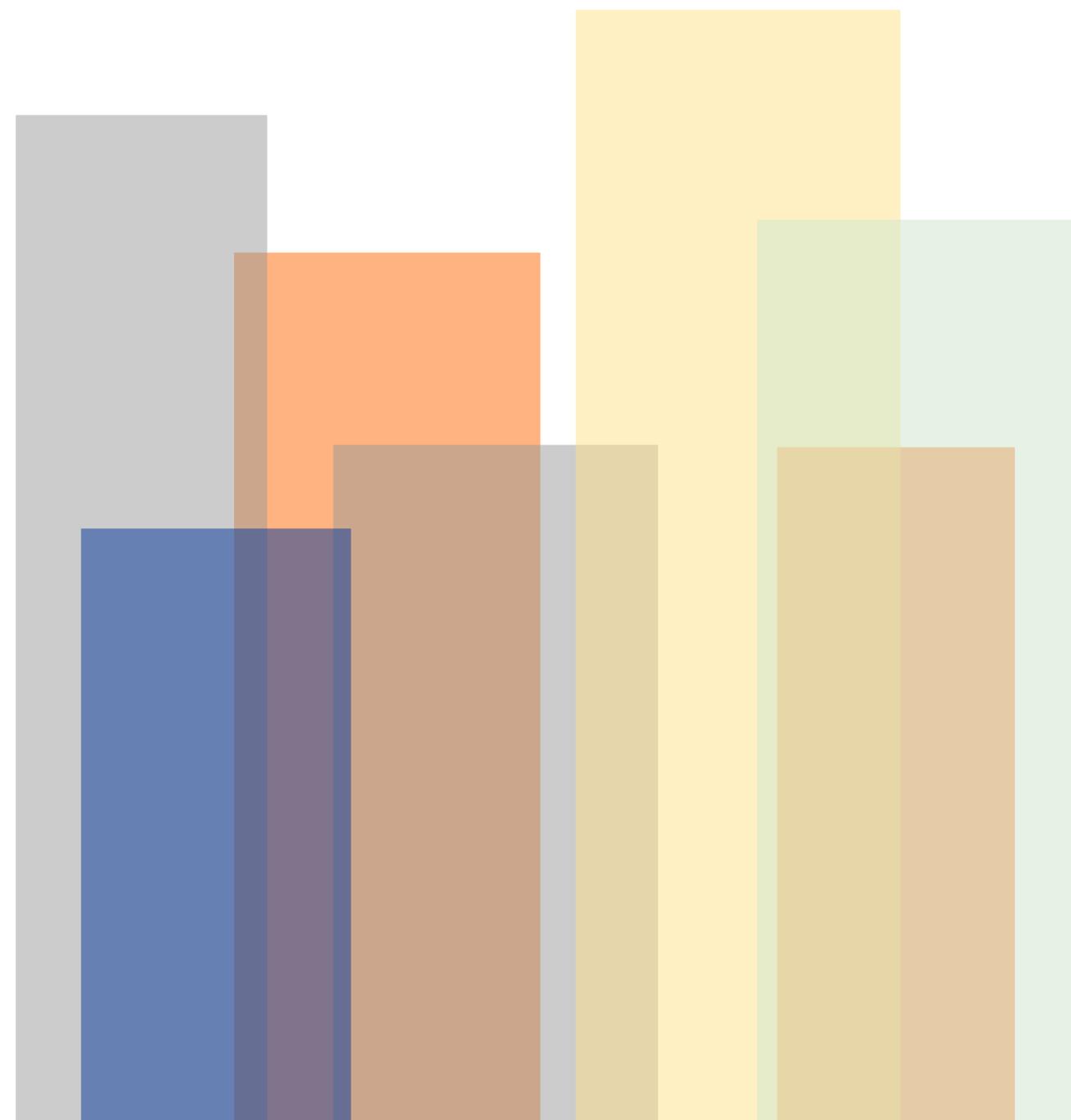
No Economus, as despesas administrativas são identificadas e controladas por centros de custos, sendo segregadas por tipo de gestão (previdencial, de investimentos e assistencial), a partir de critérios preestabelecidos e aprovados na elaboração do Orçamento Anual do Economus. Nesta ocasião, também é estabelecido pelo Conselho Deliberativo os indicadores e limites do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que é monitorado regularmente pelo Conselho Fiscal.

Todas as despesas administrativas inerentes à gestão assistencial e realizadas pelo PGA são reembolsadas, sendo as

despesas administrativas previdenciais e de investimento custeadas por taxas oriundas das Patrocinadoras, dos participantes ativos e assistidos e dos Investimentos.

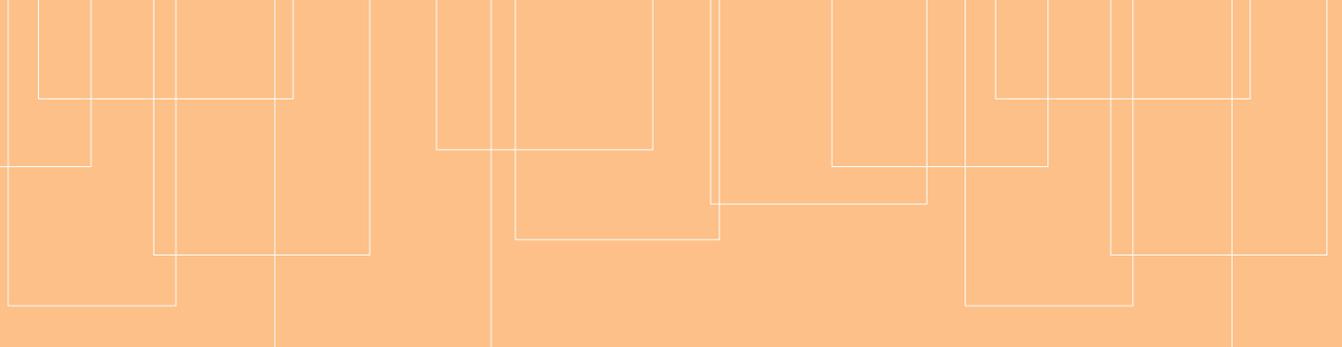
O Economus adota a gestão compartilhada dos recursos administrativos registrados no PGA, sendo a sua destinação aos fundos de participação dos planos de benefícios feita após a apuração das sobras das fontes de custeio e das utilizações e resultados financeiros do fundo administrativo realizados no período.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	Exercício 2013	Exercício 2012	Varição (%)
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>21.443</b>	<b>20.119</b>	<b>6,58</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>15.042</b>	<b>14.205</b>	<b>5,89</b>
Pessoal e encargos	9.129	7.460	22,37
Treinamentos/congressos e seminários	106	58	82,76
Viagens e estadias	164	172	(4,65)
Serviços de terceiros	2.400	3.539	(32,18)
Despesas gerais	1.210	1.351	(10,44)
Depreciações e amortizações	506	467	8,35
Contingências	1.527	1.158	31,87
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>6.401</b>	<b>5.914</b>	<b>8,23</b>
Pessoal e encargos	4.546	3.892	16,80
Treinamentos/congressos e seminários	41	25	64,00
Viagens e estadias	52	49	6,12
Serviços de terceiros	973	1.242	(21,66)
Despesas gerais	789	705	11,91
Depreciações e amortizações	-	1	(100,00)





# Gestão de Assistência à Saúde



O Economus encerrou o ano de 2013 com 50.685 beneficiários inscritos nos planos de assistência à saúde, oferecendo-lhes coberturas para consultas, exames e internações hospitalares, dentre outras.

Atualmente, a maior concentração de beneficiários está distribuída entre os planos PLUS, PLUS II, Básico e PAMC. Esses planos se caracterizam por oferecer cobertura médico-hospitalar aos empregados egressos do extinto

Banco Nossa Caixa S.A.

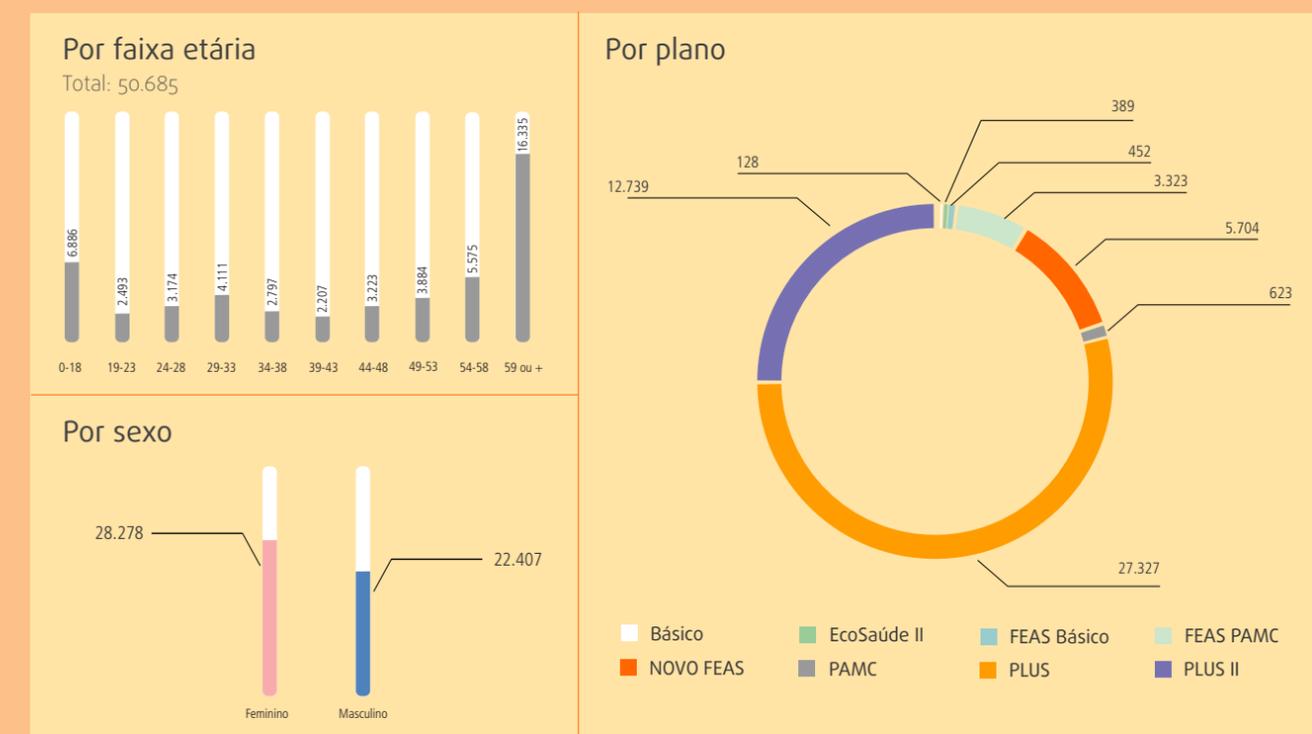
Os planos FEAS Básico, FEAS PAMC e NOVO FEAS possuem o objetivo de oferecer assistência à saúde aos assistidos dos planos de previdência complementar do Economus.

O plano EcoSaúde II é oferecido aos empregados do Economus.

## Distribuição dos Beneficiários

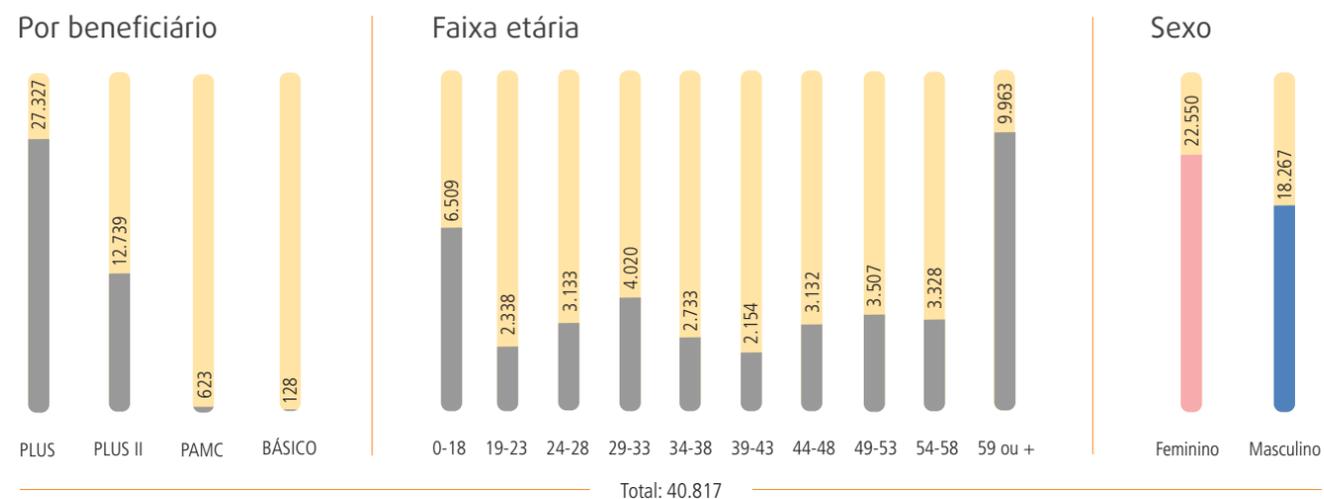
Os gráficos abaixo apresentam a composição consolidada dos beneficiários e as informações relativas ao perfil dessa população.

Dos 50.685 beneficiários, 54% estão inscritos no Plano PLUS, 25% no PLUS II, 11% no NOVO FEAS, 7% no FEAS PAMC e 3% correspondem a outros tipos: PAMC, Básico, FEAS Básico e EcoSaúde II.



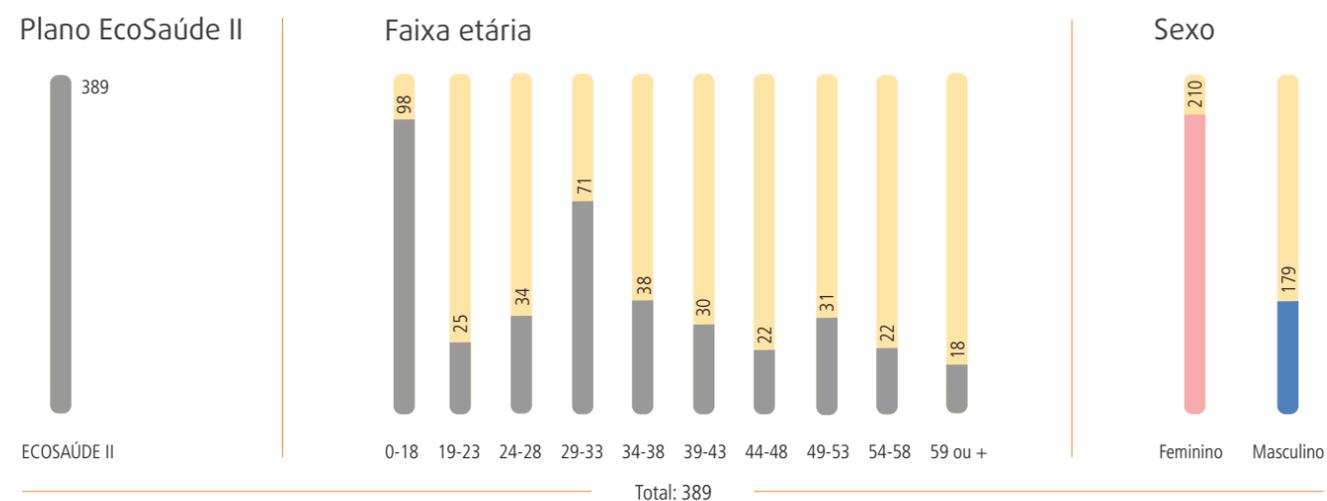
## Distribuição de Beneficiários dos planos PLUS, PLUS II, PAMC e Básico

A população vinculada aos planos PLUS, PLUS II, PAMC e Básico soma 40.817 vidas, com destaque para o plano PLUS que possui a maior concentração, sendo 67% deste total. Cerca de 50% desta população têm até 43 anos de idade e 55% são do sexo feminino.



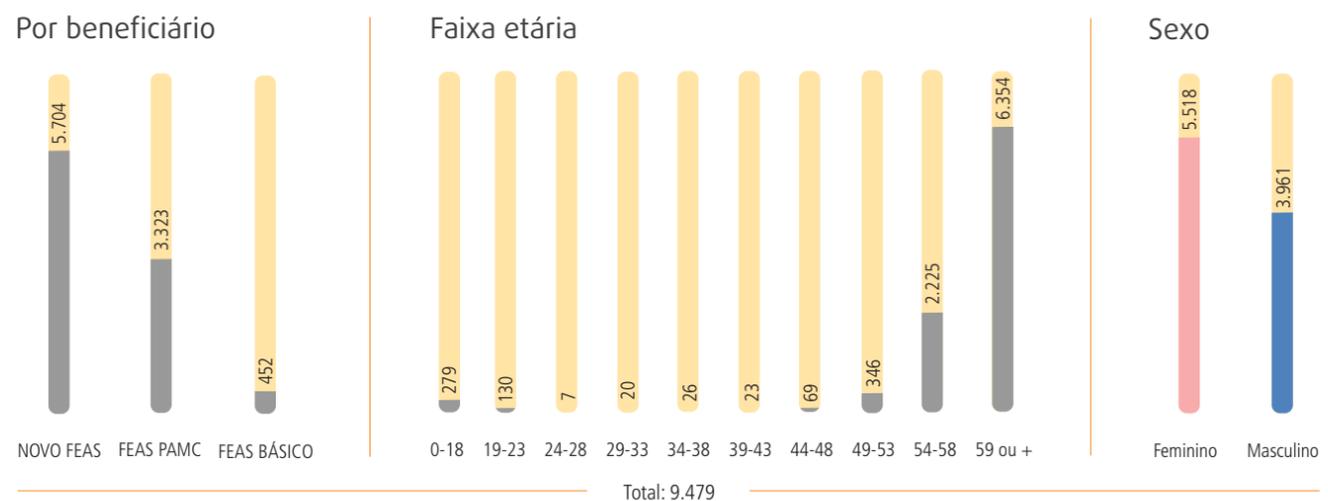
## Distribuição de Beneficiários do Economus

Os empregados do Economus e seus respectivos dependentes inscritos no EcoSaúde II somam 389 vidas. As faixas etárias mais significativas são de até 18 anos (25%) e de 29 a 33 anos (18%), o que representa uma concentração de 43%. Da população total, 54% são do sexo feminino.



## Distribuição de Beneficiários do FEAS

Os 9.479 beneficiários inscritos no FEAS (Fundo Economus de Assistência Social) representam aproximadamente 19% do total de vidas administradas pelo Economus. Por se tratar de planos constituídos para abrigarem aposentados, aproximadamente 67% têm 59 anos ou mais. Cerca de 60% de beneficiários do FEAS estão alocados no plano NOVO FEAS, 35% no FEAS PAMC e 5% no FEAS Básico. Do total da população dos beneficiários do FEAS, 58% são do sexo feminino.



## Distribuição da Rede Credenciada

A Rede Credenciada médico-hospitalar do Economus tem 4.284 prestadores de serviços distribuídos no Estado de São Paulo. O Instituto possui também convênio de reciprocidade para atender beneficiários residentes em outros Estados. Do total de prestadores credenciados, 65% estão no interior do Estado e 35% na Capital, Grande São Paulo e Baixada Santista.

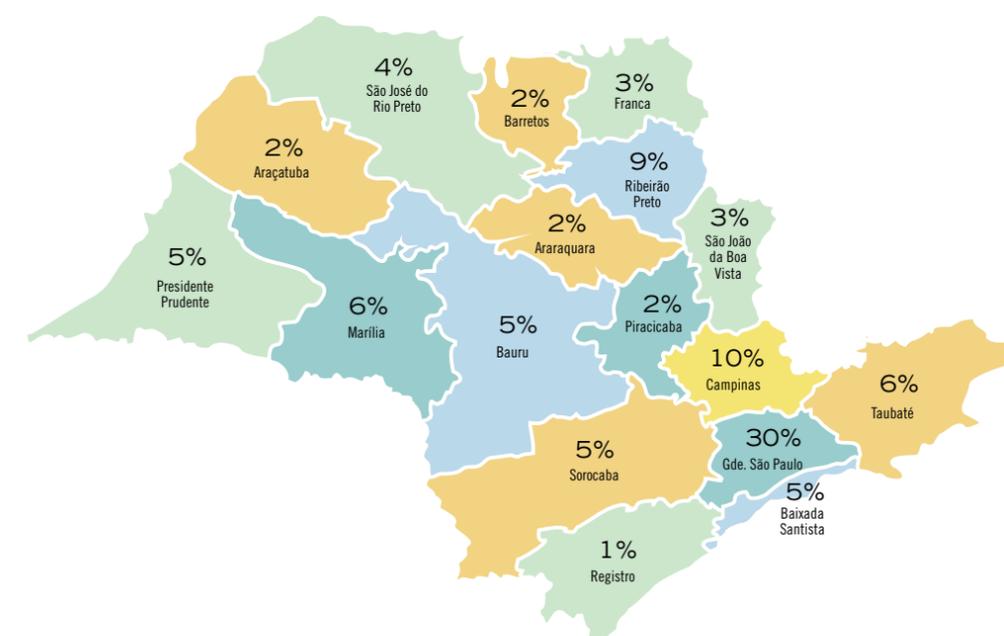


## Por especialidades

2ª Opinião e/ou Perícia Médica	21	Fisiatria	129'	Obstetrícia	886
Acupuntura	136	Fisioterapia	882	Oftalmologia	508
Alergologia e Imunologia	148	Fonoaudiologia	288	Ortopedia e Traumatologia	557
Alergologia e Imunologia Pediátrica	52	Gastroenterologia Cirúrgica	116	Ortótica	19
Ambulatório de Especialidades	314	Gastroenterologia Clínica	532	Otorrinolaringologia Cirúrgica	121
Anatomia Patológica/Citopatologia	584	Gastroenterologia Pediátrica	40	Otorrinolaringologia Clínica	434
Anestesiologia	354	Genética Clínica	33	Otorrinolaringologia Pediátrica	63
Angiologia/Cirurgia Vascular	262	Geriatrics e Gerontologia	110	Oxigênio Terapia Hiperbárica	2
Brasíndice Genérico	94	Ginecologia Clínica	687	Pediatria	518
Brasíndice Marca	96	Hebiatria	3	Perfusionista	56
Brasíndice Rest. Hosp. Genérico	93	Hematologia	171	Pneumologia e Tisiologia	288
Brasíndice Rest. Hosp. Marca	93	Hematologia Pediátrica	22	Pneumologia Pediátrica	50
Broncoesofagologia	4	Hemoterapia/Banco de Sangue	226	Proctologia	219
Cancerologia/Oncologia	209	Hepatologia	42	Pronto Socorro	376
Cancerologia/Oncopediatria	45	Hidroterapia	27	Pronto Socorro Cardiológico	10
Cardiologia	842	Home Care	9	Pronto Socorro em Oftalmologia	14
Cardiologia Pediátrica	70	Homeopatia	85	Pronto Socorro em Otorrinolaringologia	3
Cintilografia/Medicina Nuclear	292	Homeopatia Pediátrica	28	Pronto Socorro em Psiquiatria	4
Cirurgia Buco Maxilo Facial	82	Hospital Especializado	54	Pronto Socorro Ginecológico	8
Cirurgia Cabeça e Pescoço	194	Hospital Geral	349	Pronto Socorro Infantil	54
Cirurgia Cardíaca	142	Hospital Geral com Pronto Socorro	31	Pronto Socorro Ortopédico	9
Cirurgia da Coluna	1	Infectologia	117	Psicologia	449
Cirurgia da Mão	178	Infectologia Pediátrica	39	Psiquiatria	171
Cirurgia Geral	610	Laboratório de Análises Clínicas	912	Psiquiatria Pediátrica	21
Cirurgia Pediátrica	183	Mamografia	3	Radiologia	979
Cirurgia Plástica Reparadora	273	Mastologia	151	Radioterapia	54
Cirurgia Torácica	159	MAT/MED	1	Remoção Terrestre	8
Cirurgia Vascular Periférica	263	Maternidade	309	Ressonância Magnética	48
Clínica Médica	865	Maternidade com Pronto Socorro	10	Reumatologia	182
Densitometria Óssea	2	Medicina Intensiva	93	RPG - Reeducação Postural Global	317
Dermatologia	407	Nefrologia	196	Simpro	100
Diárias e Taxas	17	Nefrologia Pediátrica	52	Terapia Intensiva	140
Ecodoppler	3	Neonatologia	82	Terapia Ocupacional	73
Eletroencefalografia	1	Neurocirurgia	232	Tomografia Computadorizada	7
Eletroneuromiografia	12	Neurologia Clínica	486	Ultrassonografia	188
Endocrinologia e Metabologia	249	Neuropediatria	57	Urologia	403
Endoscopia Digestiva e Peroral	32	Nutrição	111		
Exames Ambulatoriais	392	Nutrologia	50		

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) definiu o conjunto de municípios que compõem as 17 Regiões de Saúde do Estado de São Paulo. O Economus está presente em todas as regiões definidas pela ANS, conforme abaixo:

Rede Credenciada (%) – Por Região de Saúde ANS



Novos Credenciamentos – por Município

Amparo	1	Hortolândia	1	Salto	1
Araçatuba	2	Jaguariúna	2	Santa Cruz do Rio Pardo	1
Araraquara	1	Jundiaí	3	Santo André	3
Araras	1	Lençóis Paulista	1	Santos	7
Assis	1	Lorena	1	São Bernardo do Campo	1
Atibaia	1	Monte Mor	1	São Caetano do Sul	1
Bauru	3	Osasco	1	São José do Rio Preto	2
Bragança Paulista	2	Ourinhos	2	São José dos Campos	5
Campinas	3	Piracicaba	2	São Paulo	42
Catanduva	1	Praia Grande	2	Sorocaba	5
Fernandópolis	2	Presidente Prudente	6	Taboão da Serra	1
Franca	1	Ribeirão Pires	1	Taubaté	4
Guarujá	1	Ribeirão Preto	7		
Guarulhos	1	Rio Claro	1		

# Gestão dos Investimentos

## Cenário Econômico Internacional

Em 2013, dois temas foram destaque nos mercados: a velocidade da recuperação da economia norte-americana e europeia; e a desaceleração do crescimento chinês em meio às dúvidas sobre um possível "pouso suave ou forçado".

Com a política monetária acomodatória adotada pelo Federal Reserve (FED), o *Quantitative Easing 3 (QE3)*, a economia norte-americana mostrou sinais de recuperação ao longo de todo o ano, com o aquecimento do mercado de trabalho e também da atividade industrial. Com a melhora na taxa de desemprego, que saiu de 7,8% no início de 2013 e terminou o ano em 6,7% e a melhora na atividade industrial norte-americana, a expectativa de que os estímulos comessem a ser retirados se concretizou de fato em dezembro, quando o FED decidiu por cortar US\$ 10 bilhões na compra de ativos mensais, passando de US\$ 85 bilhões para US\$ 75 bilhões.

A melhora do crescimento econômico repercutiu na atividade industrial e no mercado de trabalho dos Estados Unidos (EUA), com a sinalização por parte do FED, de que a política monetária seria conduzida de forma a manter a economia aquecida. Apesar da programação de retirada dos estímulos, os principais índices da bolsa de valores apresentaram expressiva alta em 2013, com o S&P500 subindo

32,38% e o Dow Jones apresentando alta de 29,65%.

Na Europa, com a dificuldade de retomada da atividade econômica, o Banco Central Europeu (BCE) que na primeira metade de 2013 manteve a taxa básica de juros da zona do euro em 0,75% ao ano, reduziu a taxa para 0,25%, com vistas a estimular a atividade na região. Segundo o presidente do BCE, Mario Draghi, os juros vão ficar estáveis ou cadentes por longo período com a política monetária acomodatória até que a atividade econômica seja retomada.

A economia chinesa mostrou sinais de desaceleração ao longo de 2013, o que já era esperado por grande parte dos agentes econômicos. O crescimento da economia chinesa foi de 7,6%, o mais baixo registrado na última década, ficou acima da meta do governo chinês de 7,5%, porém, abaixo do crescimento de 7,7% registrado em 2012. A expectativa dos agentes econômicos é de que o desempenho da economia chinesa continue a se deteriorar, já que o governo agora trabalha para que o consumo interno impulse a economia. Os países exportadores de *commodities*, como o Brasil, acabam sendo mais penalizados por essa desaceleração. Apesar das perspectivas, permanece imprecisa a percepção dos mercados de como ocorrerá o processo de desaceleração da economia chinesa.

# Cenário Econômico Brasileiro

No Brasil, um dos destaques de 2013 foi a elevação da Selic, taxa básica de juros, que começou o ano em 7,25% e fechou o período em 10%. Esta elevação ocorreu gradualmente ao longo do ano com sucessivas decisões de aumento da taxa pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), vislumbrando controlar e manter a inflação abaixo do teto de 6,5%.

Além da alta inflação, as expectativas do mercado contribuíram para o aumento da Selic, já que, com a redução de estímulo monetário do FED nos Estados Unidos em dezembro, houve limitação da oferta de dólares no mercado internacional e pressão da cotação da divisa dos EUA para cima. Isso também provocou a elevação da taxa de câmbio e das taxas dos títulos públicos emitidos pelo governo brasileiro. Em 2013, o real fechou com desvalorização de 15,4% em relação ao dólar, seguindo o comportamento das moedas de outros países emergentes e exportadores de *commodities*.

Outro destaque foi a revisão da perspectiva de *rating* de

crédito do Brasil para "negativa" pelas agências de classificação de risco Standard&Poor's e Moody's. Segundo a Standard&Poor's, o 3º ano consecutivo de fraco crescimento da economia e a política fiscal do atual governo justificam a perspectiva negativa para a nota de crédito brasileira. A Moody's fez referência ao aumento da relação dívida pública sobre o Produto Interno Bruto (PIB) e à expectativa de crescimento para 2013 e 2014, reforçando a expectativa de que poderá rebaixar a nota de crédito do país.

Em 2013, a desaceleração da economia brasileira, que, ao longo do ano teve sua perspectiva de crescimento revisada para baixo, os problemas com a política fiscal e a desaceleração da demanda chinesa por *commodities*, além dos problemas enfrentados pela empresa OGX para com seus investidores, fizeram com que o Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, tivesse queda de 15,5% no ano, enquanto que os índices da bolsa norte-americana bateram sucessivos recordes de alta, conforme mencionado anteriormente.

# Cenário Economus

A gestão de investimentos do Economus adota procedimentos de controle operacional que visam à valorização da transparência e otimização do desempenho. Para tanto, são observados limites de risco, liquidez e diversificação de ativos, estrutura de custos da administração dos recursos, dentre outros elementos, com intuito de proporcionar melhores resultados e preservação do patrimônio.

Neste sentido, serão apresentados os elementos contidos nas políticas de investimentos, nas quais são traçados os objetivos e os critérios adotados para cada plano administrado pelo Instituto. Além disso, o Economus descreve os recursos dos Demonstrativos de Investimentos, um instrumento amplamente utilizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) para avaliação

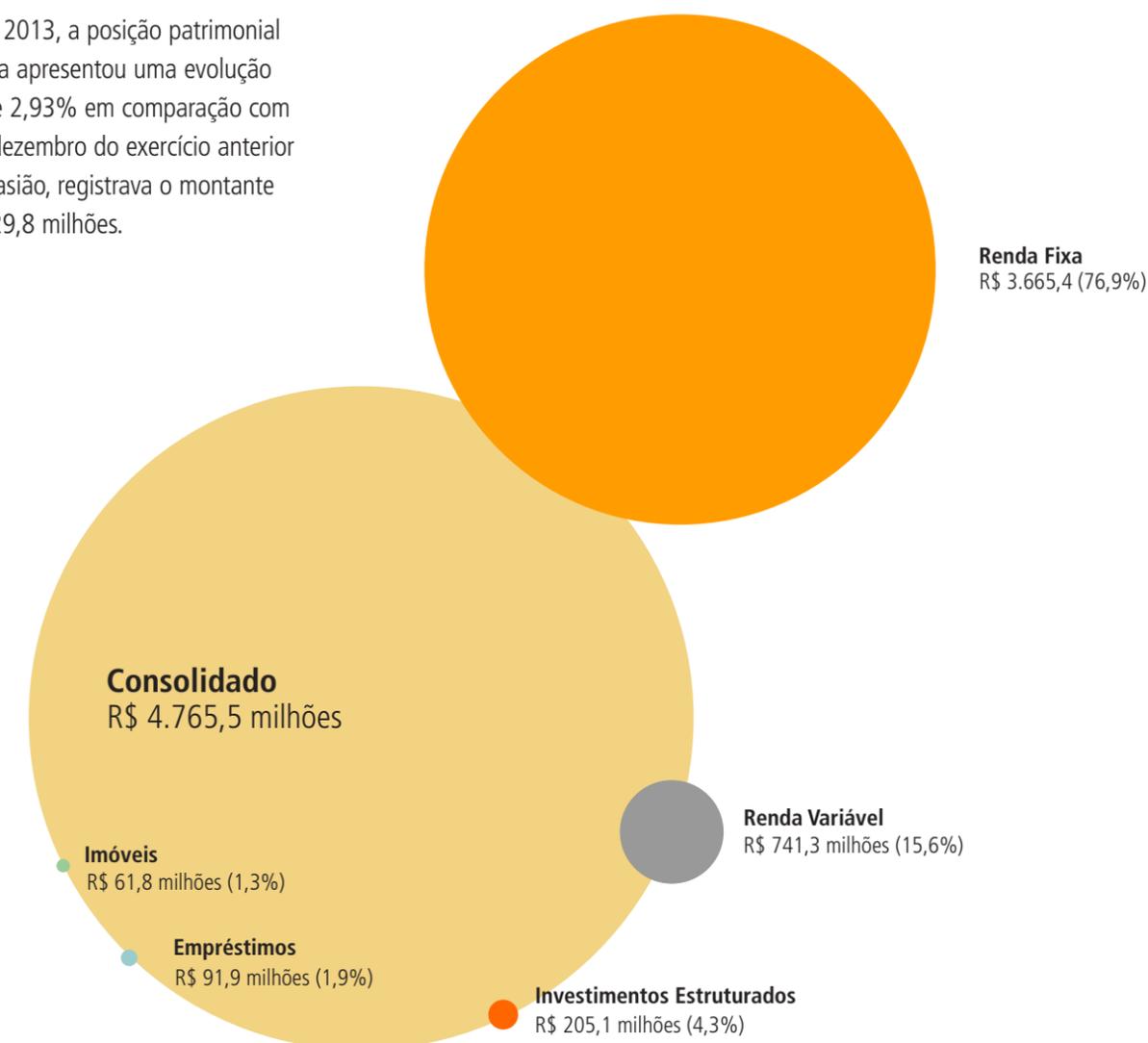
das medidas adotadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) e seus desdobramentos sobre a evolução e composição dos patrimônios.

a abordagem sobre o desempenho obtido será realizada por plano e a aderência da gestão dos recursos às premissas estabelecidas na política de investimentos.

Como forma de subsidiar a interpretação das informações,

## 1. Distribuição do Patrimônio Consolidado em dezembro/2013

No ano de 2013, a posição patrimonial consolidada apresentou uma evolução nominal de 2,93% em comparação com o mês de dezembro do exercício anterior que, na ocasião, registrava o montante de R\$ 4.629,8 milhões.



## 2. Resumo do Demonstrativo dos Investimentos

Nas tabelas comparativas de alocações, temos a distribuição dos investimentos por segmento e classe de ativos das carteiras distribuídas ao final de 2012 e 2013.

### I - Comparativo de Alocações – Posição Consolidada

Modalidades de investimentos	Consolidado			
	Posição em 31/12/2012		Posição em 31/12/2013	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
<b>Segmento de Renda Fixa</b>	<b>79,69</b>	<b>3.689.355.694,66</b>	<b>76,92</b>	<b>3.665.408.665,64</b>
Fundos de Investimento - Renda Fixa	22,60	1.046.252.367,44	15,93	759.213.320,95
Títulos Públicos	50,20	2.323.920.234,55	54,30	2.587.808.612,80
Títulos Privados	6,89	319.183.092,67	6,68	318.386.731,89
<b>Segmento de Renda Variável</b>	<b>14,55</b>	<b>673.547.467,06</b>	<b>15,56</b>	<b>741.345.886,36</b>
Carteira Própria <sup>(1)</sup>	2,20	102.011.277,04	1,96	93.297.891,81
Fundos de Investimento - Ações	12,34	571.536.190,02	13,60	648.047.976,55
<b>Segmento de Investimentos Estruturados</b>	<b>3,18</b>	<b>147.294.665,20</b>	<b>4,30</b>	<b>205.121.623,45</b>
Fundos de Investimento - Multimercado	1,10	50.799.766,95	1,13	54.029.800,83
Fundos de Investimento - Participações	1,31	60.777.004,83	2,22	105.945.079,85
Fundos de Investimento - Imobiliários	0,77	35.717.893,42	0,95	45.146.742,77
<b>Segmento de Imóveis</b>	<b>0,67</b>	<b>30.835.369,46</b>	<b>1,30</b>	<b>61.757.833,54</b>
Imóveis - Aluguel e Renda <sup>(2)</sup>	0,67	30.835.369,46	1,30	61.757.833,54
<b>Segmento de Empréstimos</b>	<b>1,92</b>	<b>88.732.192,09</b>	<b>1,93</b>	<b>91.868.674,21</b>
Empréstimos a Participantes	1,92	88.732.192,09	1,93	91.868.674,21
<b>Total de Investimentos</b>	<b>100,00</b>	<b>4.629.765.388,47</b>	<b>100,00</b>	<b>4.765.502.665,20</b>
				<b>2,93%</b>

(1) Não considera a provisão de recebimentos de Dividendos e JSCP, cujo valor em Dez/12 era de R\$ 527.439,65 e em Dez/13 era de R\$ 199.017,98.

(2) Não considera a provisão de recebimentos de aluguéis, cujo valor em Dez/12 era de R\$ 214.302,73 e em Dez/13 era de R\$ 389.679,64.

### II - Comparativo de Alocações - Regulamento Geral

Modalidades de investimentos	Posição em 31/12/2012		Posição em 31/12/2013	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
	<b>Segmento de Renda Fixa</b>	<b>76,48</b>	<b>2.678.205.942,12</b>	<b>73,81</b>
Fundos de Investimento - Renda Fixa	5,16	180.561.092,52	3,11	110.104.326,37
Títulos Públicos	66,36	2.323.920.234,55	66,97	2.374.219.954,64
Títulos Privados	4,96	173.724.615,05	3,73	132.175.022,51
<b>Segmento de Renda Variável</b>	<b>17,24</b>	<b>603.825.143,24</b>	<b>17,75</b>	<b>629.106.803,31</b>
Carteira Própria <sup>(1)</sup>	2,91	102.011.277,04	2,63	93.297.891,81
Fundos de Investimento - Ações	14,33	501.813.866,20	15,11	535.808.911,50
<b>Segmento de Investimentos Estruturados</b>	<b>3,56</b>	<b>124.637.691,76</b>	<b>5,00</b>	<b>177.418.289,57</b>
Fundos de Investimento - Multimercado	1,15	40.421.729,00	1,21	42.991.889,50
Fundos de Investimento - Participações	1,38	48.498.069,34	2,52	89.279.657,30
Fundos de Investimento - Imobiliários	1,02	35.717.893,42	1,27	45.146.742,77
<b>Segmento de Imóveis</b>	<b>0,88</b>	<b>30.835.369,46</b>	<b>1,74</b>	<b>61.757.833,54</b>
Imóveis - Aluguel e Renda <sup>(2)</sup>	0,88	30.835.369,46	1,74	61.757.833,54
<b>Segmento de Empréstimos</b>	<b>1,84</b>	<b>64.545.173,63</b>	<b>1,70</b>	<b>60.269.607,97</b>
Empréstimos a Participantes	1,84	64.545.173,63	1,70	60.269.607,97
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00</b>	<b>3.502.049.320,21</b>	<b>100,00</b>	<b>3.545.051.837,91</b>
<b>Varição Nominal no Período</b>				<b>1,23%</b>

(1) Não considera a provisão de recebimentos de Dividendos e JSCP, cujo valor em Dez/12 era de R\$ 527.439,65 e em Dez/13 era de R\$ 199.017,98.

(2) Não considera a provisão de recebimentos de aluguéis, cujo valor em Dez/12 era de R\$ 214.302,73 e em Dez/13 era de R\$ 389.679,64.

### III - Comparativo de Alocações - Regulamento Complementar nº 1

Modalidades de investimentos	Posição em 31/12/2012		Posição em 31/12/2013	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
	<b>Segmento de Renda Fixa</b>	<b>100,00</b>	<b>15.707.860,35</b>	<b>96,64</b>
Fundos de Investimento - Renda Fixa	81,08	12.735.877,41	25,59	3.671.266,43
Títulos Públicos	0,00	-	59,51	8.536.120,81
Títulos Privados	18,92	2.971.982,94	11,55	1.656.409,05
<b>Segmento de Renda Variável</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>3,36</b>	<b>481.411,55</b>
Fundos de Investimento - Ações	0,00	-	3,36	481.411,55
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00</b>	<b>15.707.860,35</b>	<b>100,00</b>	<b>14.345.207,84</b>
<b>Varição Nominal no Período</b>				<b>-8,67%</b>

### V - Comparativo de Alocações - PrevMais - Renda Programada e Risco

Modalidades de investimentos	Posição em 31/12/2012		Posição em 31/12/2013	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
	<b>Segmento de Renda Fixa</b>	<b>93,67</b>	<b>681.200.876,99</b>	<b>89,95</b>
Fundos de Investimento - Renda Fixa	85,26	620.060.396,07	62,84	528.718.034,95
Títulos Públicos	0,00	-	14,56	122.476.106,25
Títulos Privados	8,41	61.140.480,92	12,55	105.625.377,47
<b>Segmento de Renda Variável</b>	<b>3,01</b>	<b>21.871.200,33</b>	<b>6,20</b>	<b>52.160.827,18</b>
Fundos de Investimento - Ações	3,01	21.871.200,33	6,20	52.160.827,18
<b>Segmento de Investimentos Estruturados</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>0,10</b>	<b>829.491,12</b>
Fundos de Investimento - Participações	0,00	-	0,10	829.491,12
<b>Segmento de Empréstimos</b>	<b>3,33</b>	<b>24.187.018,46</b>	<b>3,76</b>	<b>31.599.066,24</b>
Empréstimos a Participantes	3,33	24.187.018,46	3,76	31.599.066,24
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00</b>	<b>727.259.095,78</b>	<b>100,00</b>	<b>841.408.903,21</b>
<b>Varição Nominal no Período</b>				<b>15,70%</b>

### IV - Comparativo de Alocações - Regulamento Complementar nº 2

Modalidades de investimentos	Posição em 31/12/2012		Posição em 31/12/2013	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
	<b>Segmento de Renda Fixa</b>	<b>100,00</b>	<b>17.872.415,15</b>	<b>96,88</b>
Fundos de Investimento - Renda Fixa	84,00	15.012.322,47	38,40	6.666.927,63
Títulos Públicos	0,00	-	49,66	8.621.046,24
Títulos Privados	16,00	2.860.092,68	8,81	1.530.237,66
<b>Segmento de Renda Variável</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>3,12</b>	<b>541.587,99</b>
Fundos de Investimento - Ações	0,00	-	3,12	541.587,99
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00</b>	<b>17.872.415,15</b>	<b>100,00</b>	<b>17.359.799,52</b>
<b>Varição Nominal no Período</b>				<b>-2,87%</b>

### VI - Comparativo de Alocações - Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Modalidades de investimentos	Posição em 31/12/2012		Posição em 31/12/2013	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
	<b>Segmento de Renda Fixa</b>	<b>100,00</b>	<b>19.641.010,20</b>	<b>100,00</b>
Fundos de Investimento - Renda Fixa	95,40	18.737.801,55	89,35	17.359.710,14
Títulos Privados	4,60	903.208,65	10,65	2.068.832,77
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00</b>	<b>19.641.010,20</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.428.542,91</b>
<b>Varição Nominal no Período</b>				<b>-1,08%</b>

## VII - Comparativo de Alocações – Fundo Assistencial – FEAS

Modalidades de investimentos	Posição em 31/12/2012		Posição em 31/12/2013	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
	<b>Segmento de Renda Fixa</b>	<b>79,56</b>	<b>274.500.108,45</b>	<b>73,33</b>
Fundos de Investimento - Renda Fixa	57,08	196.917.396,02	27,00	86.991.759,07
Títulos Públicos	0,00	-	22,95	73.955.384,86
Títulos Privados	22,49	77.582.712,43	23,38	75.330.852,43
<b>Segmento de Renda Variável</b>	<b>13,87</b>	<b>47.851.123,49</b>	<b>18,33</b>	<b>59.055.238,33</b>
Fundos de Investimento - Ações	13,87	47.851.123,49	18,33	59.055.238,33
<b>Segmento de Investimentos Estruturados</b>	<b>6,57</b>	<b>22.656.973,44</b>	<b>8,34</b>	<b>26.873.842,76</b>
Fundos de Investimento - Multimercado	3,01	10.378.037,95	3,43	11.037.911,33
Fundos de Investimento - Participações	3,56	12.278.935,49	4,91	15.835.931,43
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00</b>	<b>345.008.205,38</b>	<b>100,00</b>	<b>322.207.077,45</b>
<b>Varição Nominal no Período</b>				<b>-6,61%</b>

## IX - Comparativo de Alocações – Autossustentável

Modalidades de investimentos	Posição em 31/12/2012		Posição em 31/12/2013	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
	<b>Segmento de Renda Fixa</b>			<b>100,00</b>
Fundos de Investimento - Renda Fixa			100,00	1.300.487,75
<b>Total dos Investimentos</b>			<b>100,00</b>	<b>1.300.487,75</b>
<b>Varição Nominal no Período</b>				<b>-</b>

## VIII - Comparativo de Alocações – Administrativo Assistencial

Modalidades de investimentos	Posição em 31/12/2012		Posição em 31/12/2013	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
	<b>Segmento de Renda Fixa</b>	<b>100,00</b>	<b>2.227.481,40</b>	<b>100,00</b>
Fundos de Investimento - Renda Fixa	100,00	2.227.481,40	100,00	4.400.808,61
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00</b>	<b>2.227.481,40</b>	<b>100,00</b>	<b>4.400.808,61</b>
<b>Varição Nominal no Período</b>				<b>97,57%</b>

### 3. Aderência da Gestão dos Recursos às Metas Estabelecidas (Previsto X Realizado)

Os “Quadros Resumo do Planejamento dos Investimentos” apresentam os resultados auferidos e comparados com a projeção orçamentária de cada plano, com posição em 31 de dezembro de 2013. As tabelas abaixo foram desenvolvidas com o objetivo de possibilitar uma leitura rápida da distribuição da macroalocação “prevista” e

“realizada” dos patrimônios (expressos em milhões de reais), facilitando a comparação visual dos percentuais de alocação e os respectivos deslocamentos que ficaram dentro dos limites atribuídos para cada segmento nas Políticas de Investimentos dos planos.

### II - Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos - Regulamento Complementar nº 1

	Renda Fixa	Renda Variável	Investimento Estruturado
Posição em 31/12/2012	R\$ 15,7	—	—
Previsto para 31/12/2013	R\$ 16,1	—	R\$ 2,0
Realizado em 31/12/2013	R\$ 13,8	R\$ 0,5	—

### I - Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Regulamento Geral

	Renda Fixa	Renda Variável	Investimento Estruturado	Investimento Exterior	Imóveis	Empréstimo
Posição em 31/12/2012	R\$ 2.678,2	R\$ 603,8	R\$ 124,7	—	R\$ 30,8	R\$ 64,6
Previsto para 31/12/2013	R\$ 2.480,7	R\$ 727,4	R\$ 279,1	24,0	R\$ 105,9	R\$ 54,4
Realizado em 31/12/2013	R\$ 2.616,5	R\$ 629,1	R\$ 177,4	—	R\$ 61,8	R\$ 60,3

### III - Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos - Regulamento Complementar nº 2

	Renda Fixa	Renda Variável	Investimento Estruturado
Posição em 31/12/2012	R\$ 17,9	—	—
Previsto para 31/12/2013	R\$ 17,2	—	R\$ 1,9
Realizado em 31/12/2013	R\$ 16,8	R\$ 0,6	—

IV - Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – PrevMais (Renda Programada e Risco)

	Renda Fixa	Renda Variável	Investimento Estruturado	Empréstimo
Posição em 31/12/2012	R\$ 681,2	R\$ 21,9	—	R\$ 24,2
Previsto para 31/12/2013	R\$ 724,3	R\$ 63,9	R\$ 29,3	R\$ 36,8
Realizado em 31/12/2013	R\$ 756,8	R\$ 52,2	R\$ 0,8	R\$ 31,6

VI - Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – PGA

	Renda Fixa
Posição em 31/12/2012	R\$ 19,6
Previsto para 31/12/2013	R\$ 25,8
Realizado em 31/12/2013	R\$ 19,4

V - Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – FEAS

	Renda Fixa	Renda Variável	Investimento Estruturado
Posição em 31/12/2012	R\$ 274,5	R\$ 47,9	R\$ 22,6
Previsto para 31/12/2013	R\$ 239,7	R\$ 73,1	R\$ 55,1
Realizado em 31/12/2013	R\$ 236,3	R\$ 59,0	R\$ 26,9

VII - Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Administrativo Assistencial

	Renda Fixa
Posição em 31/12/2012	R\$ 2,2
Previsto para 31/12/2013	—
Realizado em 31/12/2013	R\$ 4,4

## 4. Montante dos Investimentos com Gestão Própria e Terceirizada

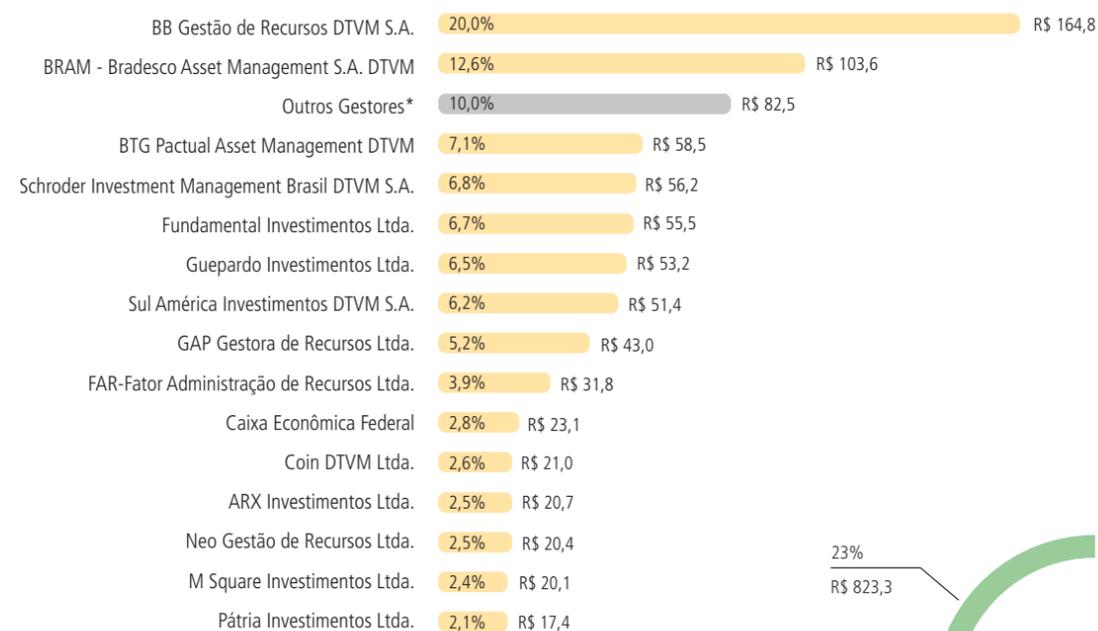
Os investimentos estão segregados entre Gestão Própria (carteira proprietária) e Gestão Terceirizada (gestores contratados), com o objetivo de demonstrar o volume de recursos alocados na carteira proprietária que, por sua constituição, realiza operações para a aquisição direta de títulos e valores mobiliários emitidos pelas instituições, enquanto que a segunda forma de gestão relaciona-se com os investimentos realizados em fundos e carteiras de investimentos administradas por terceiros.

O Economus busca minimizar os riscos de concentração e operacional por meio de uma política de diversificação, utilizando um modelo consistente para a abertura de limite técnico às instituições financeiras e gestoras de recursos independentes, previsto em Instruções Normativas internas.

A seguir demonstramos o montante de recursos terceirizados por plano de benefícios:

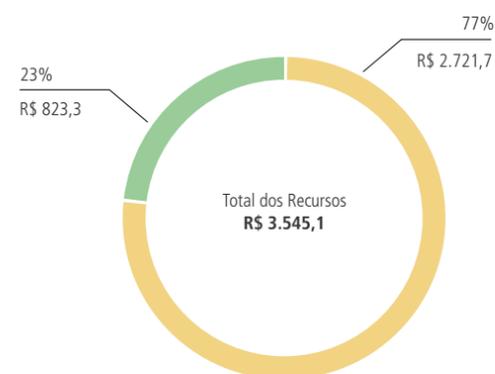
### I - Regulamento Geral

#### Recursos da Gestão Terceirizada

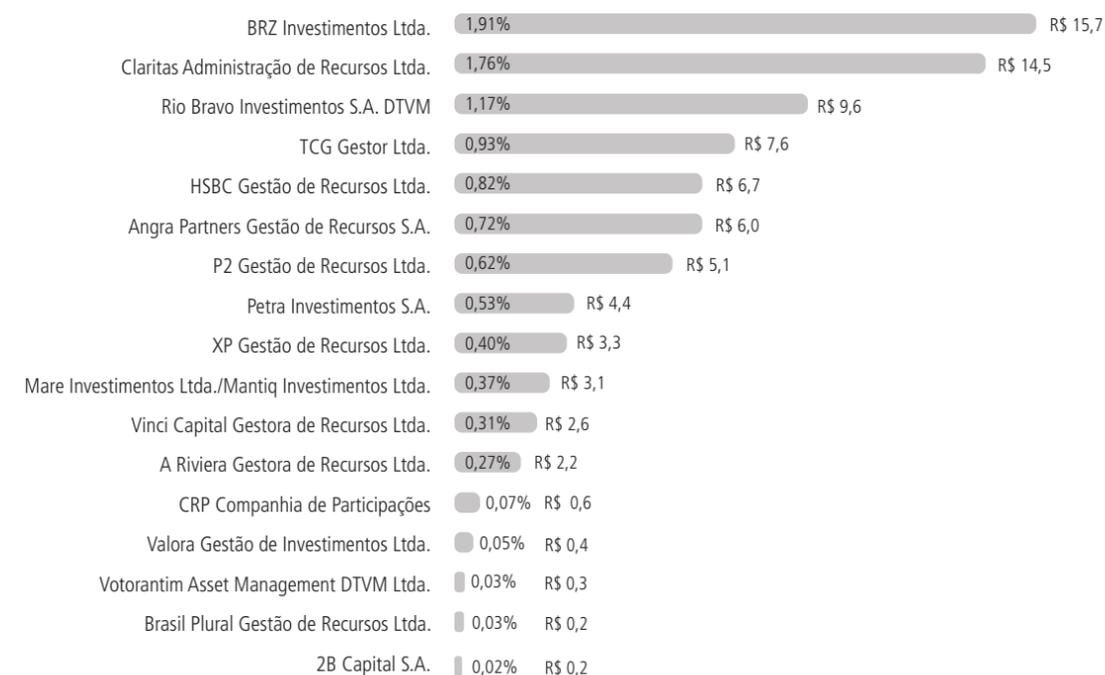


Total dos Recursos (em milhões)

■ Gestão Própria ■ Gestão Terceirizada

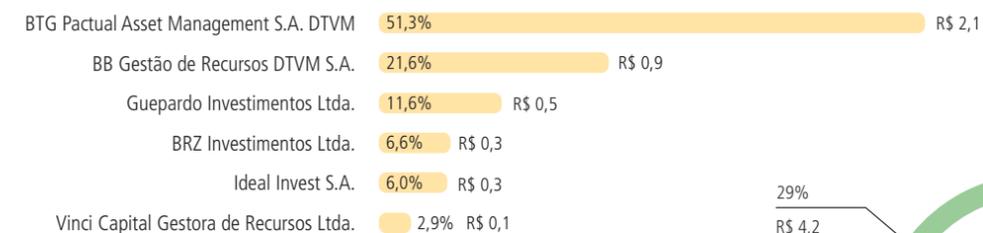


### \*Outros Gestores



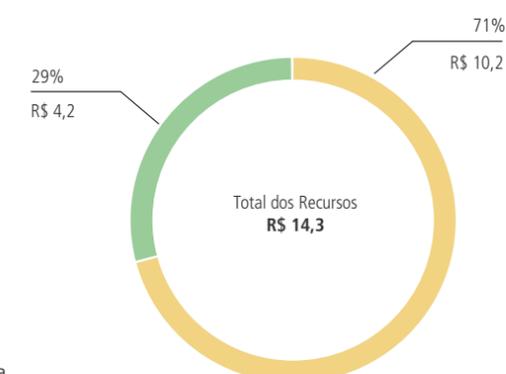
### II - Regulamento Complementar nº 1

#### Recursos da Gestão Terceirizada



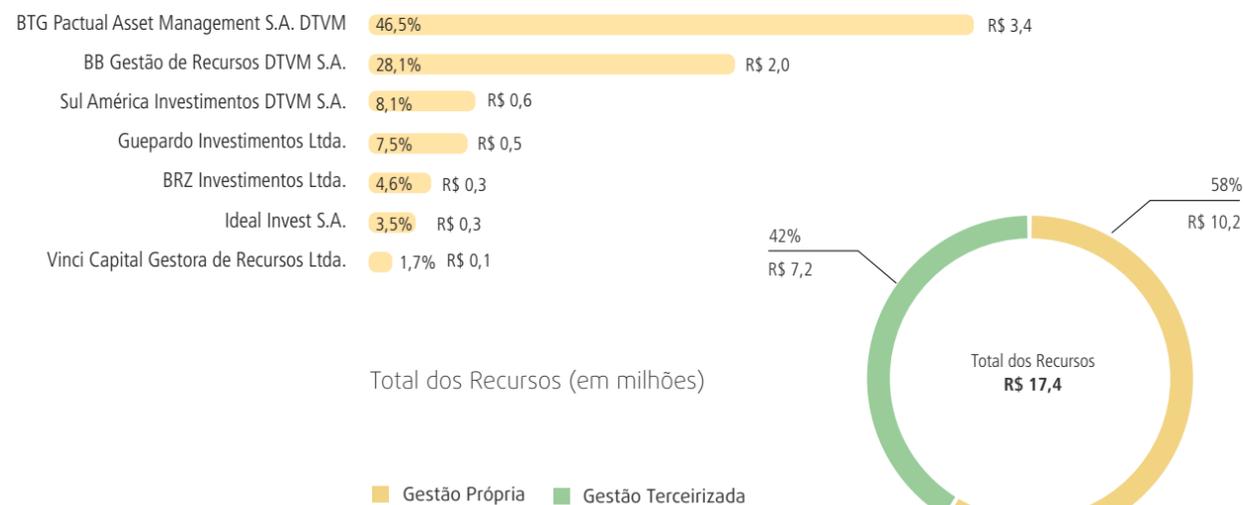
Total dos Recursos (em milhões)

■ Gestão Própria ■ Gestão Terceirizada

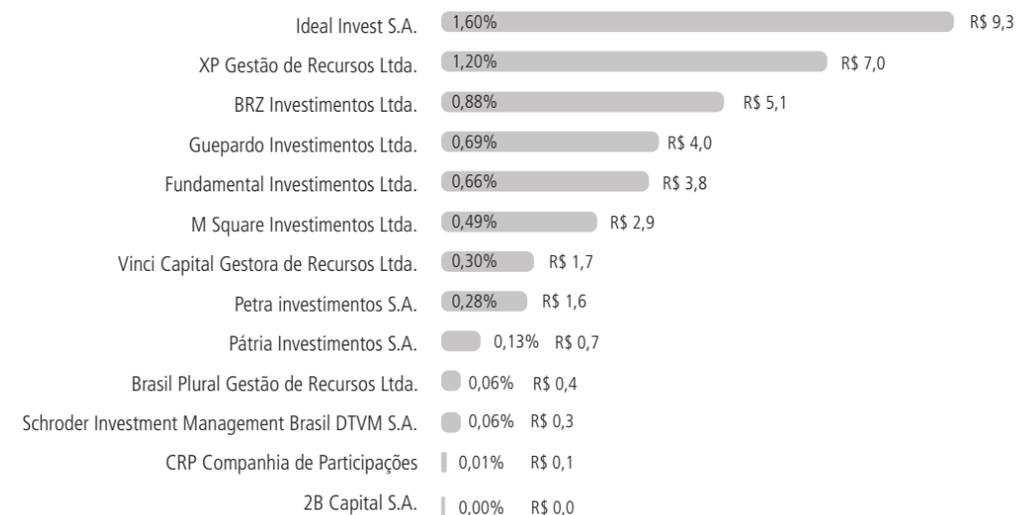


### III - Regulamento Complementar nº 2

#### Recursos da Gestão Terceirizada

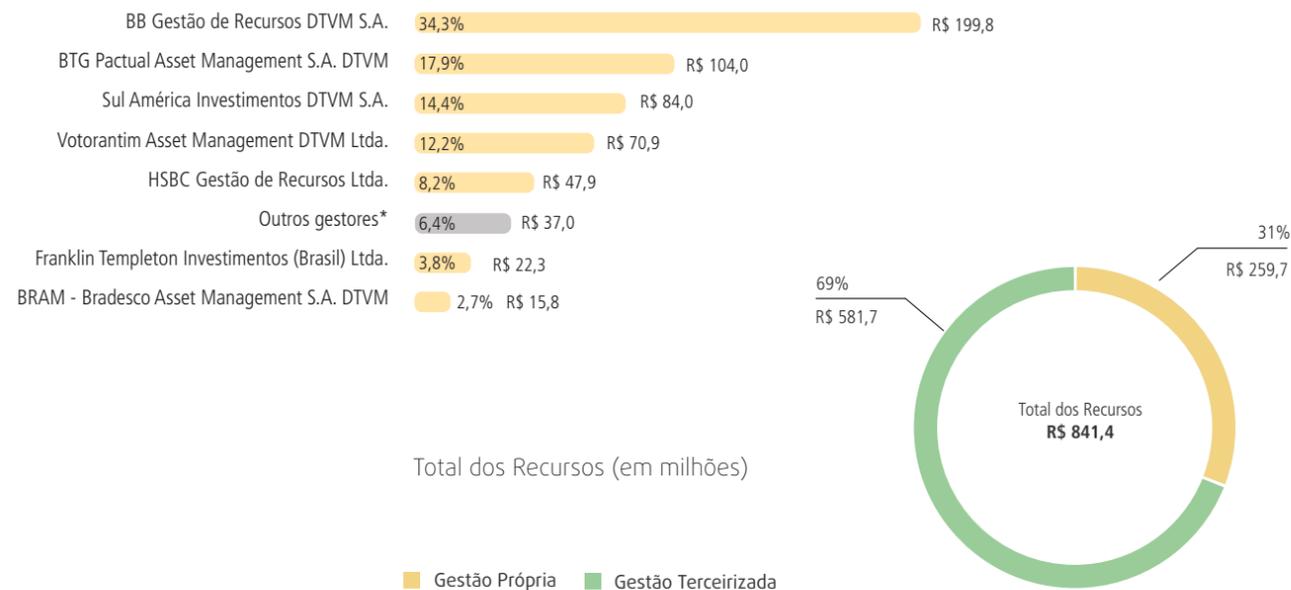


#### \*Outros Gestores



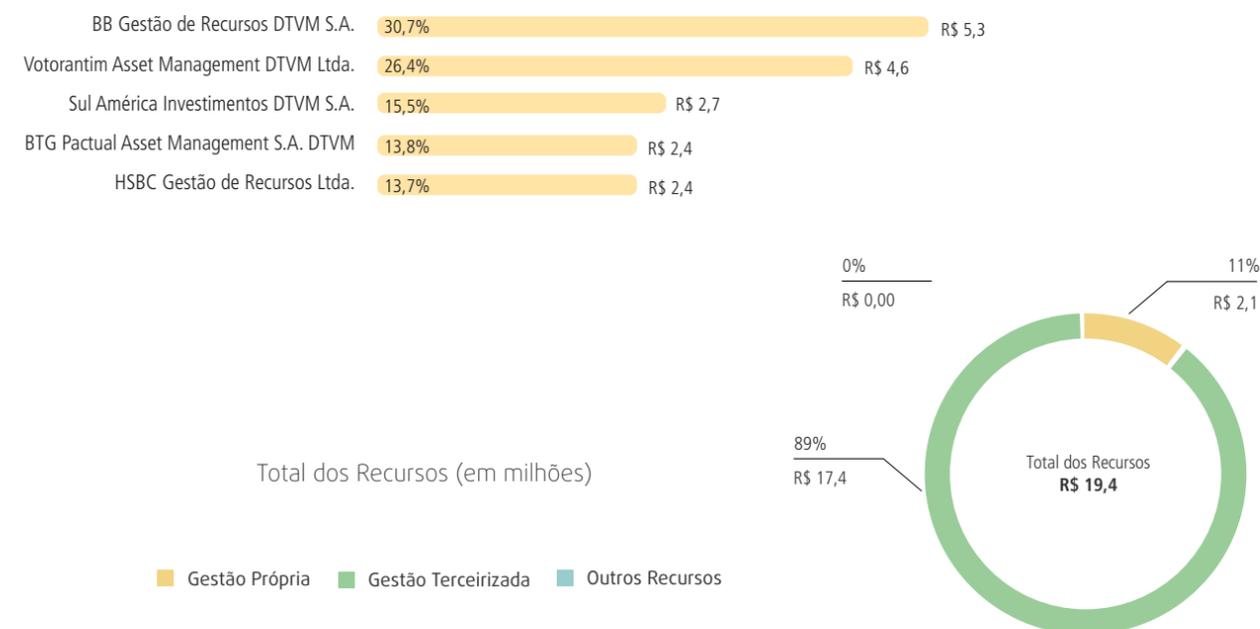
### IV - Contribuição Variável – PrevMais

#### Recursos da Gestão Terceirizada



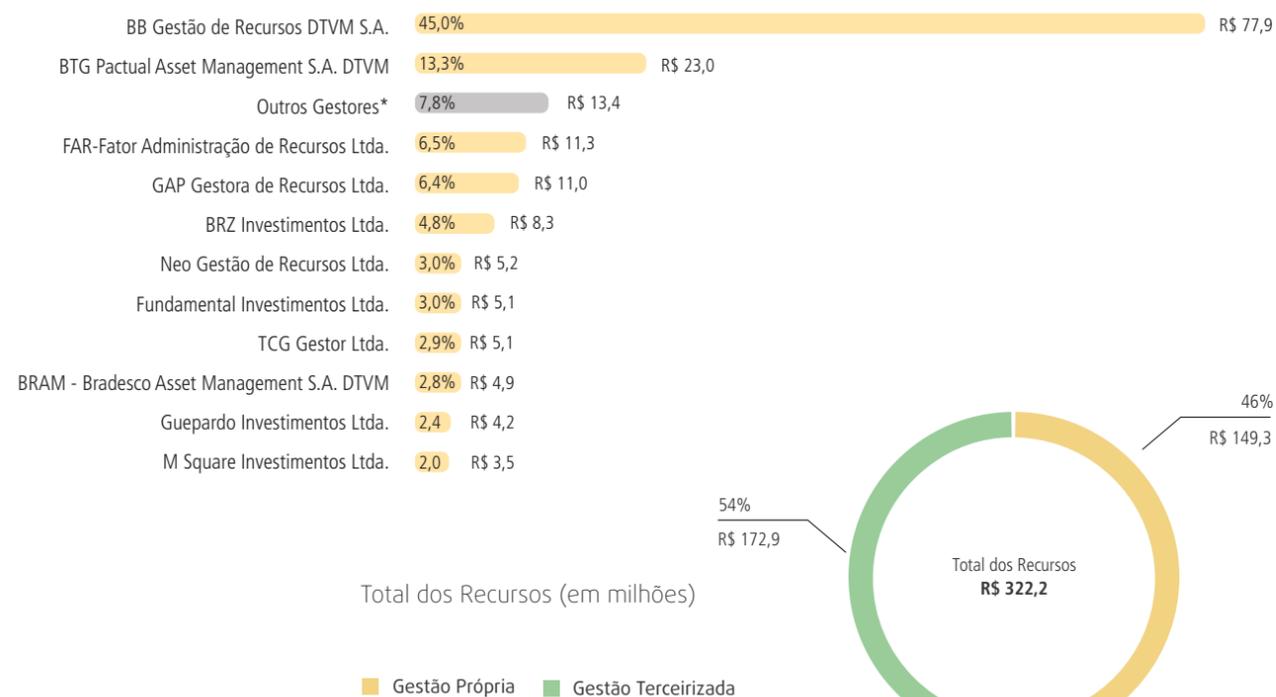
### V - PGA

#### Recursos da Gestão Terceirizada

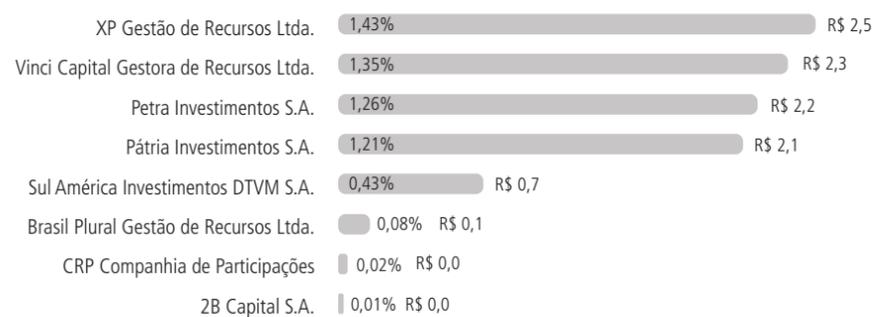


## VI - FEAS - Programa Assistencial

### Recursos da Gestão Terceirizada



### \*Outros Gestores



## 5. Enquadramento dos Investimentos

Para avaliar a aderência das aplicações financeiras, realizadas ao longo de 2013, dos planos de benefícios, PGA e FEAS às regras estabelecidas nas Políticas de Investimentos e na Resolução do CMN 3.792/2009, o Economus contrata os serviços de Consultoria de Investimentos, que apresenta mensalmente relatórios sobre o enquadramento dos investimentos, como forma de obter uma opinião isenta sobre essa atividade.

As tabelas abaixo mostram que os investimentos dos planos sob a administração do Instituto se encontram em consonância com os limites atribuídos tanto pela Política de Investimentos vigente à época quanto pelos limites estabelecidos pela Resolução nº 3.792, de 24/09/2009, do Conselho Monetário Nacional.

### I - Enquadramento dos Investimentos – Regulamento Geral

	Renda Fixa	Renda Variável	Investimento Estruturado	Investimento Exterior	Imóveis	Empréstimos
	73,80%	17,76%	5,00%	0%	1,74%	1,70%
Limite inferior	36%	0%	1%	0%	0,5%	1%
Limite superior	97,5%	30%	20%	1%	4%	4%
Limite Resolução 3792	100%	70%	20%	10%	8%	15%

### II - Enquadramento dos Investimentos – Regulamento Complementar nº 1

	Renda Fixa	Renda Variável
	96,64%	3,36%
Limite inferior	40%	0%
Limite superior	100%	20%
Limite Resolução 3792	100%	70%

### III - Enquadramento dos Investimentos – Regulamento Complementar nº 2

	Renda Fixa	Renda Variável
	96,88%	3,12%
Limite inferior	40%	0%
Limite superior	100%	20%
Limite Resolução 3792	100%	70%

### IV - Enquadramento dos Investimentos – PrevMais

	Renda Fixa	Renda Variável	Investimento Estruturado	Empréstimos
	89,95%	6,20%	0,10%	3,75%
Limite inferior	15%	0%	0%	0%
Limite superior	100%	45%	20%	15%
Limite Resolução 3792	100%	70%	20%	15%

### V - Enquadramento dos Investimentos – PGA

	Renda Fixa
	100%
Limite inferior	80%
Limite superior	100%
Limite Resolução 3792	100%

### VI - Enquadramento dos Investimentos – FEAS

Ressalta-se que a Resolução do CMN 3.792/2009 não se aplica ao programa assistencial FEAS.

	Renda Fixa	Renda Variável	Investimento Estruturado
	73,33%	18,33%	8,34%
Limite inferior	45%	0%	0%
Limite superior	100%	30%	20%

### VII- Enquadramento dos Investimentos – Administrativo Assistencial

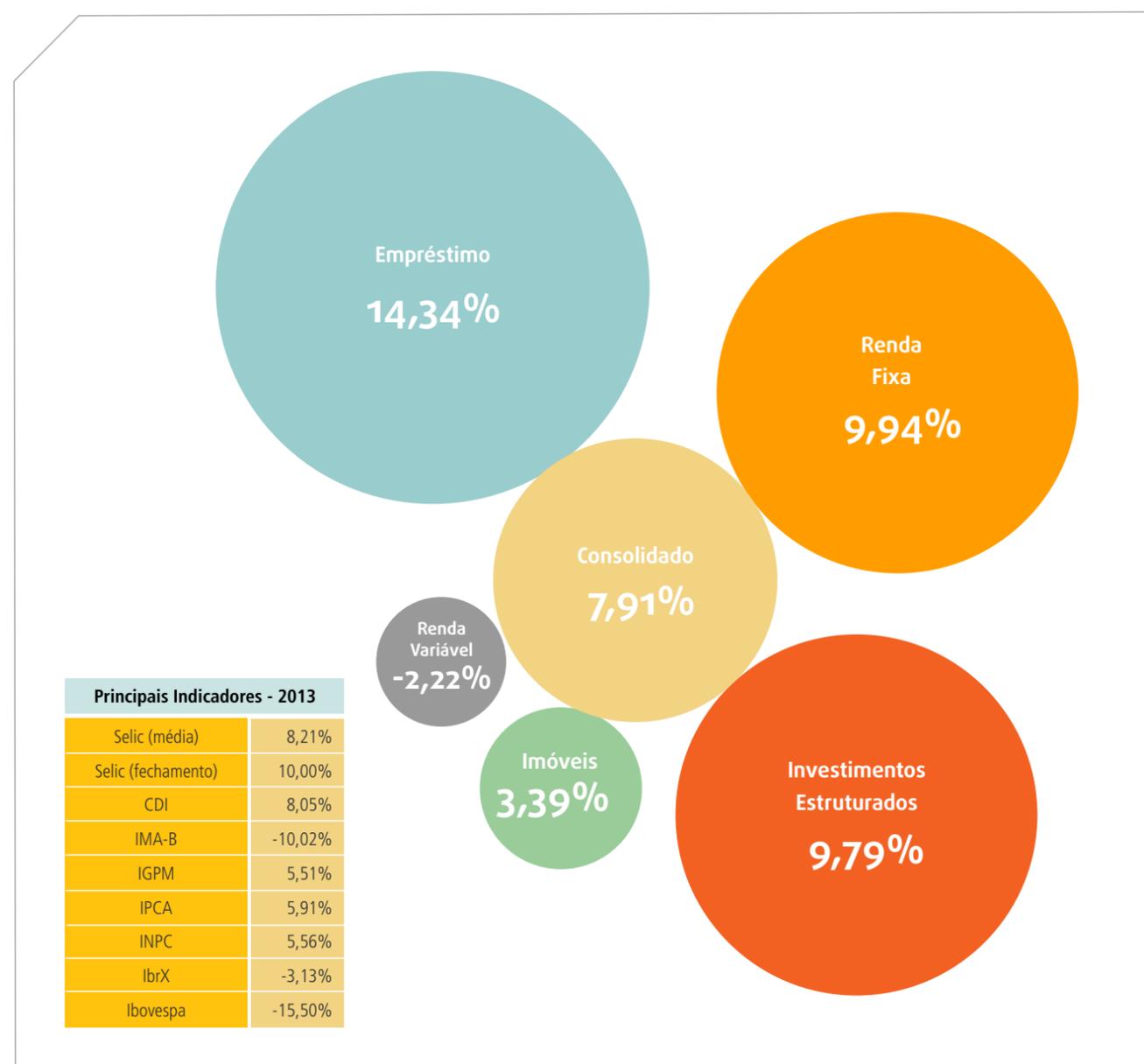
Ressalta-se que a Resolução do CMN 3.792/2009 não se aplica ao Administrativo Assistencial.

	Renda Fixa
	100%
Limite inferior	95%
Limite superior	100%

## 6. Resultado dos Investimentos do Economus em 2013

Os resultados demonstrados abaixo foram apurados com base na metodologia da Taxa Interna de Retorno (TIR) e devem ser comparados com os indicadores de desempenho

estabelecidos nas respectivas Políticas de Investimentos dos planos e programas, os quais podem ser identificados nas tabelas a seguir.



## I - Resultado - Patrimônio Consolidado

O retorno acumulado do segmento de renda fixa foi de 9,94%, enquanto que o CDI, seu principal comparativo, apresentou variação de 8,05%. No segmento de renda variável o retorno acumulado foi negativo em 2,22%, enquanto que o IbrX, seu comparativo, apresentou desvalorização de 3,13% e o Ibovespa apresentou queda de 15,50%. Nos segmentos de investimentos estruturados, imóveis e empréstimos a participantes, o retorno acumulado foi de 9,79%, 3,39% e 14,34%, respectivamente. Dessa maneira, o resultado consolidado foi de 7,91% em 2013.

Em dezembro de 2013, a Taxa Mínima Atuarial (TMA) do plano Regulamento Geral foi alterada de INPC + 6% ao ano para INPC + 5,75% ao ano, apresentando variação de 11,87% no ano.

No segmento de renda fixa, destaca-se o retorno consolidado dos investimentos de 9,94%, o que representa 123,5% da variação do CDI no acumulado do ano. Destacaram-se as aquisições de títulos realizadas ao longo de 2013, sendo efetuadas aquisições de títulos públicos de NTN-B com rentabilidade superior às taxas mínimas atuariais dos planos de benefícios e também de títulos privados de instituições financeiras com baixo risco de crédito.

O aspecto negativo no segmento de renda fixa foi o investimento em Fundos IMA-B, que apesar de terem apresentado resultado positivo em 2012, aproximadamente 26%, em 2013 acumularam queda de 10,02%, prejudicando o resultado do segmento. Mesmo com a desvalorização nesses fundos, o resultado do segmento de renda fixa foi de 123,5% do CDI, conforme mencionado anteriormente, devido à estratégia de alocação adotada.

Na renda variável, o desempenho acumulado do Índice IbrX, comparativo para o segmento, foi negativo em

3,13%, enquanto o retorno consolidado dos investimentos fechou em 2,22% negativo, o que representa um desempenho de 0,91 pontos percentuais acima do IbrX. Quando comparado ao desempenho do Índice Ibovespa, negativo em 15,50% em 2013, o retorno dos investimentos em renda variável do Economus ficou 13,28 pontos percentuais acima do principal índice da bolsa brasileira. O desempenho acima dos principais índices de mercado é justificado pelo benefício da diversificação da carteira de investimentos e também pelo processo de seleção e alocação dos recursos entre os gestores (*Asset Allocation*).

No segmento de investimentos estruturados, conforme previsto na Política de Investimentos, o Economus aumentou a participação em Fundos de Investimento em Participações (*Private Equity*). Este segmento apresentou rentabilidade de 9,79% no ano, representando 121,61% da variação do CDI no mesmo período, devido à valorização dos ativos que compõem os fundos investidos, em geral, empresas e imóveis. Destaca-se que esse tipo de investimento ainda está em fase de maturação com perspectiva de apresentar resultados superiores nos próximos anos.

O destaque no segmento de imóveis foi a aquisição, em fevereiro de 2013, do "Bela Cintra Corporate", edifício corporativo classificado como "AAA", destinado para aluguel e renda, a ser construído na Rua Bela Cintra, próximo à Av. Paulista em São Paulo. O valor total do imóvel é de R\$ 59,9 milhões.

Os quadros, a seguir, apresentam o resultado dos investimentos segregado por plano:

## II - Resultado dos Investimentos

O plano apresentou resultado positivo de 8,58%, enquanto a TMA, composta pela variação do INPC + 5,75% ao ano, apresentou variação de 11,87% no mesmo período.

Segmentos	Retorno Bruto	Retorno Líquido <sup>1</sup>
<b>Plano</b>	<b>9,16%</b>	<b>8,58%</b>
Renda Fixa	11,35%	11,19%
Renda Variável	-0,82%	-2,15%
Investimentos Estruturados	15,67%	10,82%
Imóveis	3,60%	3,39%
Empréstimos	15,47%	15,23%
<b>TMA (INPC + 5,75% a.a.)</b>	<b>11,87%</b>	<b>11,87%</b>

(1) Retorno Líquido descontados todos os custos e despesas com investimentos.

## III - Resultado dos Investimentos - Regulamento Complementar nº 1 e nº 2

Estes planos apresentaram retorno acumulado de 5,72% e 5,43%, respectivamente, enquanto a TMA (INPC + 4,3% a.a.) apresentou resultado de 10,10%.

### Regulamento Complementar nº 1

Segmentos	Retorno Bruto	Retorno Líquido <sup>1</sup>
<b>Plano</b>	<b>6,13%</b>	<b>5,72%</b>
Renda Fixa	6,55%	6,28%
Renda Variável	1,05%	-0,31%
<b>TMA (INPC + 4,33% a.a.)</b>	<b>10,10%</b>	<b>10,10%</b>

(1) Retorno Líquido descontados todos os custos e despesas com investimentos.

### Regulamento Complementar nº 2

Segmentos	Retorno Bruto	Retorno Líquido
<b>Plano</b>	<b>5,89%</b>	<b>5,43%</b>
Renda Fixa	6,69%	6,41%
Renda Variável	-0,78%	-2,16%
<b>TMA (INPC + 4,3% a.a.)</b>	<b>10,10%</b>	<b>10,10%</b>

(1) Retorno Líquido descontados todos os custos e despesas com investimentos.

## IV - Resultado dos Investimentos - PrevMais

O plano PrevMais consolidado apresentou retorno acumulado de 6,44% no ano de 2013.

Segmentos	Retorno Bruto	Retorno Líquido <sup>1</sup>	Indicador de referência	
<b>Plano</b>	<b>6,89%</b>	<b>6,44%</b>	<b>INPC + 5% a.a.</b>	<b>10,84%</b>
Renda Fixa	7,11%	6,75%	70% CDI + 30% IMA-B	2,36%
Renda Variável	-0,17%	-2,06%	IBrX	-3,13%
Investimentos Estruturados	-26,71%	-34,83%	IPCA + 8% a.a.	14,38%
Empréstimos	12,63%	12,40%	CDI	8,05%

(1) Retorno Líquido descontados todos os custos e despesas com investimentos.

## PrevMais Renda Programada

O PrevMais renda programada possui quatro diferentes perfis de investimento:

- Perfil Conservador: composição de ativos de renda fixa (100%). Essa classe de investimento é destinada aos participantes com tolerância ao risco relativamente baixa e é recomendada para aqueles com pouco tempo para requerer a aposentadoria no PrevMais.
- Perfil Moderado: composição de ativos de renda fixa (85%) e renda variável (15%). É destinado aos participantes com alguma tolerância ao risco e visão de médio e longo prazo.
- Perfil Agressivo: composição de ativos do segmento de

renda fixa (70%) e renda variável (30%). Esse perfil é destinado aos participantes que ainda têm algum tempo para requerer a aposentadoria e aceitam maior volatilidade em seus investimentos. Portanto, estão dispostos a correr riscos maiores em busca de retornos mais elevados no longo prazo.

- Perfil Super Agressivo: composição de ativos de renda fixa (55%) e renda variável (45%). É destinado aos participantes que possuem acentuada tolerância ao risco, com vistas a buscar retornos mais elevados no longo prazo. Esse perfil é mais adequado para quem está no início da carreira profissional e tenha vários anos para requerer a aposentadoria no plano.

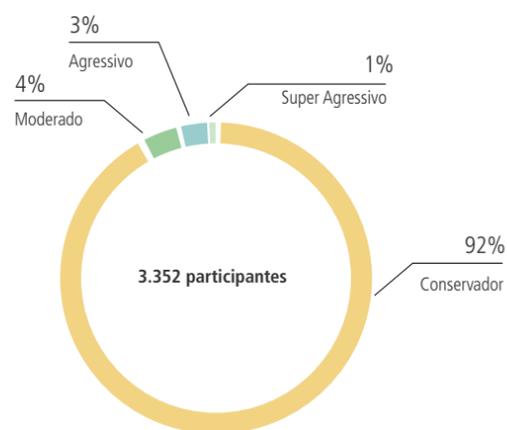
A escolha do participante por um dos perfis descrito depende de alguns fatores, como o tempo para a aposentadoria, tolerância ao risco e objetivos individuais, que devem ser cuidadosamente avaliados. Para isso, o Economus disponibiliza, em sua página eletrônica ([www.economus.com.br](http://www.economus.com.br)), o "Guia de Identificação de Perfil de Investimento". O guia é um exercício indicativo para o participante escolher o seu perfil como investidor, não devendo ser usado como única orientação de investimento.

A definição clássica da "tolerância ao risco" é determinada pelo montante ou percentual de risco que o investidor se sente confortável em assumir quando está selecionando seus investimentos. Em outras palavras, é o quanto está disposto a perder para tentar alcançar retornos maiores.

Quanto mais tempo faltar para a aposentadoria, maior o risco que se pode correr. Nesse caso, pode-se aplicar mais nos perfis que possuem maior participação no segmento de renda variável. Para participantes que estão próximos da aposentadoria, a sugestão é que se concentrem nos investimentos mais conservadores. Por isso, os perfis considerados mais agressivos não são aconselháveis para aqueles que pretendem se aposentar logo, pois nesse período pode haver oscilações no mercado financeiro, capazes de impactar o Montante Financeiro Individual, não havendo tempo para recuperação.

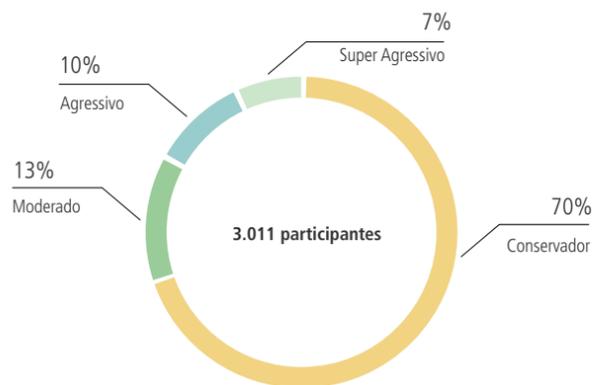
Como exemplo de escolha do Perfil de Investimento conforme a idade do participante, atualmente, os participantes com idade acima de 50 anos e que estão próximos (média de três anos) à aposentadoria, em sua grande maioria, aproximadamente 92%, investem sua contribuição no Perfil Conservador (100% renda fixa). Apenas 1% dos participantes nessa faixa etária faz a escolha pelo Perfil Super Agressivo (55% renda fixa e 45% renda variável), conforme gráfico a seguir.

Idade acima de 50 anos



Em contrapartida, os participantes com idade até 28 anos, que deverão se aposentar em aproximadamente 27 anos, tem parcela maior de investimentos em renda variável, 7% investem no Perfil Super Agressivo, mas a grande maioria dos participantes nessa faixa etária ainda prefere o investimento no Perfil Conservador (100% renda fixa), conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Idade até 28 anos



Vale destacar que existem outros fatores que afetam as escolhas, tais como a tolerância ao risco e os objetivos individuais de cada participante. Por isso, ressalta-se a importância de se avaliar cuidadosamente a escolha do Perfil de Investimento.

O quadro abaixo apresenta os resultados dos Perfis de Investimentos do plano PrevMais no ano de 2013 e seus respectivos *benchmarks*.



(1) Parâmetro de comparação composto = 100% do CDI  
 (2) Parâmetro de comparação composto = 85% do CDI e 15% do IbrX  
 (3) Parâmetro de comparação composto = 70% do CDI e 30% do IbrX  
 (4) Parâmetro de comparação composto = 55% do CDI e 45% do IbrX

Lembrando que os resultados apresentados no passado não representam garantia de rentabilidade futura.

## Avaliação dos Resultados

Em 2013, todos os perfis apresentaram resultado superior aos seus respectivos *benchmarks*, com exceção do Perfil Agressivo que apresentou resultado equivalente (70% renda fixa e 30% renda variável). Frente aos desafios impostos pelo cenário econômico, os resultados dos Perfis de Investimento atingiram e até mesmo ultrapassaram os respectivos *benchmarks* propostos.

## PrevMais Benefício de Risco

A carteira de Benefício de Risco do plano PrevMais apresentou retorno acumulado de 3,50%, enquanto a TMA (INPC + 5% a.a.) apresentou resultado de 10,84%.

Segmentos	Retorno Bruto	Retorno Líquido <sup>1</sup>
<b>Plano</b>	<b>3,96%</b>	<b>3,50%</b>
Renda Fixa	4,31%	4,00%
Renda Variável	0,03%	-0,22%
Investimento Estruturado	-26,71	-34,83%
<b>TMA (INPC + 5% a.a.)</b>	<b>10,84%</b>	<b>10,84%</b>

(1) Retorno Líquido descontados todos os custos e despesas com investimentos.

## V - Resultado - Fundo Assistencial - PGA

O PGA apresentou retorno acumulado de 8,31%, enquanto o CDI apresentou resultado de 8,05%.

Segmentos	Retorno Bruto	Retorno Líquido <sup>1</sup>
<b>Plano</b>	<b>8,70%</b>	<b>8,31%</b>
Renda Fixa	8,70%	8,31%
<b>CDI</b>	<b>8,05%</b>	<b>8,05%</b>

(1) Retorno Líquido descontados todos os custos e despesas com investimentos.

## VI - Resultado - Fundo Assistencial - FEAS e Adm. Assistencial

O plano Assistencial FEAS e o Administrativo Assistencial apresentaram retorno acumulado de 4,59% e 8,67%, respectivamente, enquanto o CDI fechou o ano com 8,05%.

### FEAS

Segmentos	Retorno Bruto	Retorno Líquido <sup>1</sup>
<b>Plano</b>	<b>5,61%</b>	<b>4,59%</b>
Renda Fixa	7,43%	6,67%
Renda Variável	-2,01%	-3,05%
Investimentos Estruturados	7,70%	4,16%
<b>CDI</b>	<b>8,05%</b>	<b>8,05%</b>

(1) Retorno Líquido descontados todos os custos e despesas com investimentos.

### ADM. ASSISTENCIAL

Segmentos	Retorno Bruto	Retorno Líquido <sup>1</sup>
<b>Plano</b>	<b>8,71%</b>	<b>8,67%</b>
Renda Fixa	8,71%	8,67%
<b>CDI</b>	<b>8,05%</b>	<b>8,05%</b>

(1) Retorno Líquido descontados todos os custos e despesas com investimentos.

## 7. Divergência não planejada

A Divergência não Planejada (DnP) é uma medida de risco criada pela Secretaria de Previdência Complementar, atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), desenvolvida com o objetivo de avaliar o desempenho dos investimentos dos planos de benefícios frente à evolução apresentada pela Taxa Mínima Atuarial (TMA) para os planos de Benefício Definido (BD) ou Indicador de Referência dos Segmentos para os planos de Contribuição Variável (CV).

O cálculo para se obter a DnP é efetuado pela diferença entre o retorno apurado nos investimentos e a TMA ou Indicador de Referência. A interpretação do resultado se

dá como satisfatória quando o valor apurado for positivo ou no mínimo, igual a zero, indicando que o desempenho da carteira conseguiu acompanhar ou superar a performance do *benchmark*.

A EFPC deve elaborar justificativa técnica e relatório de providências adotadas quanto à decisão de permanência dos ativos no portfólio quando estes apresentarem qualquer das seguintes situações: (i) DNP de segmento negativa, apurada mensalmente, por doze meses consecutivos; e/ou (ii) DNP de segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses.

## I - Divergência não planejada - Regulamento Geral

Na sequência, apresentamos a tabela da Divergência não Planejada apurada para a carteira de investimento, que contempla as alocações de recursos nos segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, imóveis e empréstimos a participantes:

Divergência não planejada													
Trimestres/ Segmentos/Carteiras	1T13			2T13			3T13			4T13			Acumulado 36 meses
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Somatório dos Recursos	-0,4984%	-0,7349%	-0,5361%	-0,3102%	-0,6721%	-1,7443%	0,5468%	-0,0028%	1,4964%	0,7191%	-0,5973%	-0,5984%	2,5429%
Renda Fixa	-0,3660%	-0,4295%	-0,3703%	-0,2169%	-0,5562%	-0,2460%	0,5993%	-0,1411%	1,2049%	0,3224%	-0,3756%	0,0377%	11,9203%
Renda Variável	-0,9092%	-2,2101%	-1,0987%	-0,9682%	-1,3801%	-8,1089%	0,5395%	0,6722%	2,9848%	2,9299%	-2,0747%	-3,4367%	-38,5448%
Invest. Estruturados	-1,0961%	-0,5998%	-1,5930%	0,4120%	-0,0591%	-1,0349%	-0,1958%	-0,3232%	1,6858%	-0,8981%	1,6029%	0,5329%	33,5316%
Imóveis	-0,9131%	-1,5512%	-0,8664%	-0,5857%	-0,4044%	-0,3574%	-0,1059%	-0,2730%	-0,4718%	-0,8024%	-0,7196%	-0,9675%	65,2326%
Empréstimos & Financiamentos	-0,1432%	0,8296%	0,0616%	0,2766%	0,3839%	0,3202%	0,6600%	0,1102%	0,1284%	-0,0910%	0,2449%	-0,0065%	10,0981%

A DNP negativa em 36 meses para o segmento de renda variável se deve ao cenário econômico desfavorável para o mercado acionário brasileiro, o qual seus principais índices, como Ibovespa e IBrX, não apresentaram rentabilidade superior à Taxa Mínima Atuarial do plano acumulada no mesmo período.

Na apuração da DNP no segmento de imóveis, identificou-se DNP negativa em 12 meses consecutivos, devido à vacância aleatória de alguns conjuntos comerciais, às despesas decorrentes de reformas estruturais e ao novo investimento do Instituto em um prédio comercial que está em fase de construção.

## II - Divergência não planejada - PrevMais

Divergência não planejada													
Trimestres/ Segmentos/Carteiras	1T13			2T13			3T13			4T13			Acumulado 36 meses
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Somatório dos Recursos	-0,7243%	-0,4949%	-0,5743%	-0,2698%	-0,6216%	-0,8446%	0,5529%	-0,1463%	0,2023%	0,0296%	-0,8128%	-0,3891%	-3,3089%
Renda Fixa	0,0257%	0,3949%	0,6253%	-0,1811%	1,0634%	0,6520%	-0,0903%	0,6668%	0,0787%	0,0008%	0,9366%	-0,0012%	7,7913%
Renda Variável	-0,0507%	1,5323%	-0,7213%	-0,4255%	0,7784%	2,1151%	-0,6280%	-1,1156%	-1,0375%	-1,5303%	0,1877%	0,7243%	8,1665%
Invest. Estruturados					-16,9663%	-10,2878%	-2,9597%	-21,4492%	-5,5698%	-6,1150%	-5,9656%	-3,4124%	
Empréstimos & Financiamentos	0,6681%	0,5891%	0,5211%	0,6036%	0,6484%	0,4761%	0,5584%	0,6142%	0,5593%	0,6674%	-2,3907%	0,6142%	25,0330%

Destaca-se que nos últimos 36 meses o CDI, *benchmark* para o segmento de renda fixa no PrevMais Benefício de Renda Programada, que concentra aproximadamente 70% dos recursos do plano, apresentou variação inferior à meta atuarial (INPC +5,0% a.a),

contribuindo para a DNP negativa no acumulado dos últimos 36 meses neste segmento. Além do mais, destaca-se a forte valorização do INPC (índice de inflação que compõe a Taxa Mínima Atuarial) no acumulado dos últimos 36 meses.

### III - Divergência não planejada – Regulamento Complementar nº 1

Divergência não planejada													
Trimestres/ Segmentos/Carteiras	1T13			2T13			3T13			4T13			Acumulado 36 meses
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Somatórios dos Recursos	-0,6033%	-0,4501%	-0,5543%	-0,0168%	-0,7641%	-1,5662%	0,5205%	-0,1613%	0,5466%	0,0377%	-0,6966%	-0,2978%	-4,4100%
Renda Fixa	-0,6033%	-0,4501%	-0,5543%	-0,1625%	-0,7841%	-0,4558%	0,4839%	-0,3185%	-0,0152%	-0,0775%	-0,5878%	-0,0405%	-3,8020%
Renda Variável				0,8334%	-0,6492%	-7,8871%	0,7355%	0,8040%	4,0232%	1,6199%	-2,1423%	-2,7027%	

A DNP negativa acumulada nos últimos 36 meses do segmento de renda fixa deve-se, principalmente, aos investimentos realizados pelo plano em fundos que possuem como comparativo a variação do índice IMA-B. Com o início do ciclo de aumento da taxa Selic em abril de 2013, as taxas dos títulos públicos atrelados ao IPCA (NTN-B) também subiram e, conseqüentemente, prejudicaram os fundos IMA-B, uma vez que, como estes títulos são marcados a mercado, quando há aumento das taxas de juros

das NTN-Bs há uma diminuição da rentabilidade.

A DNP negativa acumulada nos últimos 36 meses da carteira consolidada do plano pode ser justificada pelo desempenho abaixo da TMA do segmento de renda fixa e também pela forte alta do INPC (índice de inflação que compõe a Taxa Mínima Atuarial) no acumulado dos últimos 36 meses.

### IV - Divergência não planejada - Regulamento Complementar nº 2

Divergência não planejada													
Trimestres/ Segmentos/Carteiras	1T13			2T13			3T13			4T13			Acumulado 36 meses
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Somatório dos Recursos	-0,6194%	-0,4517%	-0,5364%	-0,0379%	-0,7257%	-1,5610%	0,5270%	-0,1359%	0,4661%	0,4620%	-0,8707%	-0,8418%	-5,4199%
Renda Fixa	-0,6194%	-0,4517%	-0,5364%	-0,1812%	-0,7417%	-0,4284%	0,4884%	-0,2929%	-0,0104%	-0,0861%	-0,5469%	-0,0610%	-4,2514%
Renda Variável				0,8334%	-0,6492%	-7,8871%	0,7355%	0,8040%	3,1775%	3,4050%	-2,5286%	-3,1960%	

A DNP negativa acumulada nos últimos 36 meses do segmento de renda fixa deve-se, principalmente, aos investimentos realizados pelo plano em fundos que possuem como *benchmark* a variação do índice IMA-B. Com o início do ciclo de aumento da taxa Selic em abril de 2013, as taxas dos títulos públicos atrelados ao IPCA (NTN-B) também subiram e, conseqüentemente, prejudicaram os fundos IMA-B, uma vez que, como estes títulos são marcados a mercado, quando há aumento das taxas de juros

das NTN-Bs há uma diminuição da rentabilidade.

A DNP negativa acumulada nos últimos 36 meses da carteira consolidada do plano pode ser justificada pelo desempenho abaixo da TMA do segmento de renda fixa e também pela forte alta do INPC (índice de inflação que compõe a Taxa Mínima Atuarial) no acumulado dos últimos 36 meses.

## 8. Custos com a administração dos recursos Gestão Própria e Terceirizada

O conceito adotado para o cálculo e a distribuição das despesas da Gestão Própria e Gestão Terceirizada foi o de "Rateio dos Custos por Regime de Caixa", que leva em consideração a participação de cada plano na despesa total diante de seu patrimônio, preservando a consistência dessa equação ao longo do tempo.

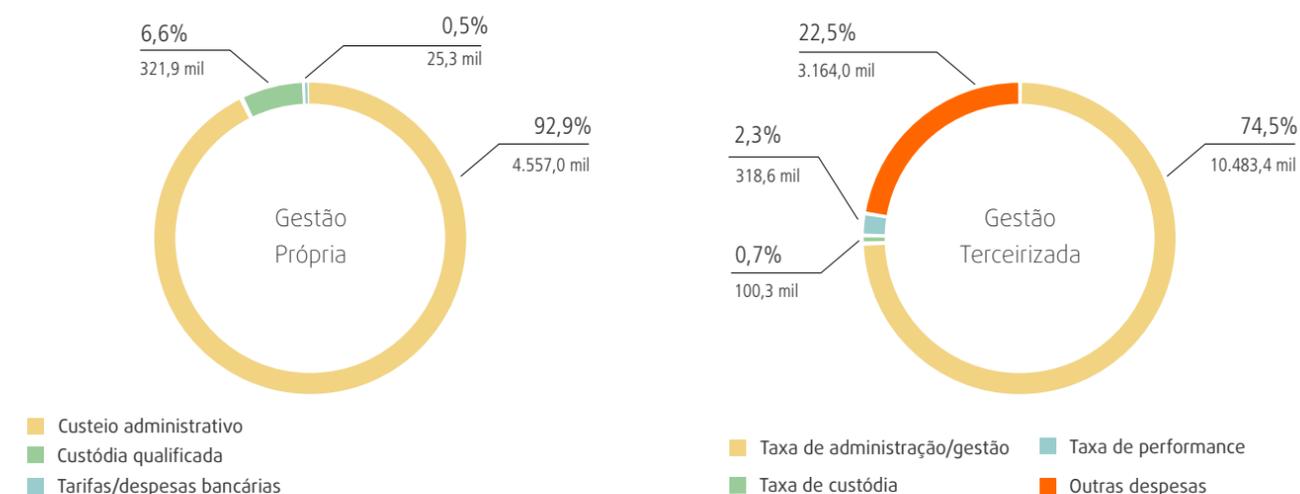
Os custos identificados, em grande parte, visam a oferecer maior segurança aos ativos financeiros e são instrumentos fundamentais para uma boa administração. Estas técnicas proporcionam a mensuração dos riscos aos quais as aplicações estão expostas, possibilitando a construção de estratégias mais seguras e consistentes, por intermédio de investimentos com características de longo prazo e baixa volatilidade.

Vale ressaltar que, referente à Gestão Terceirizada, as co-

tas dos fundos de investimento são divulgadas líquidas de quaisquer custos e/ou encargos financeiros. Portanto, não há desembolso físico de recursos, já que são quitadas por meio da diminuição de rentabilidade desses veículos.

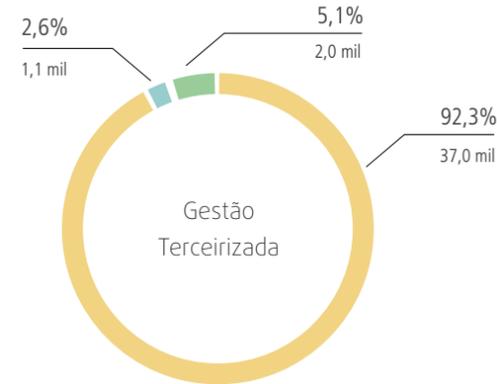
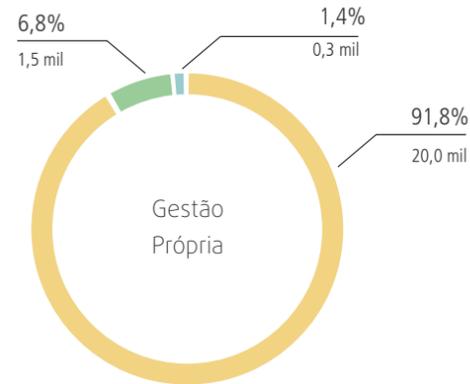
Desse modo, o mapeamento a seguir exposto reflete as despesas incorridas somente com a gestão de recursos no período citado. Porém, esses custos poderão oscilar no decorrer do ano, em virtude, por exemplo, de futuras operações junto à BM&F Bovespa que possam ser constituídas com o objetivo de diminuir as exposições ao risco de mercado ou mesmo no que tange às despesas administrativas como: taxa de custódia, consultorias, cartórios e outros, pois estes custos poderão ser contraídos também pelos gestores contratados pelo Economus. Essas movimentações são objeto de permanente monitoramento para analisar a sua coerência e benefício para o portfólio.

### Custos com a administração dos recursos - Regulamento Geral



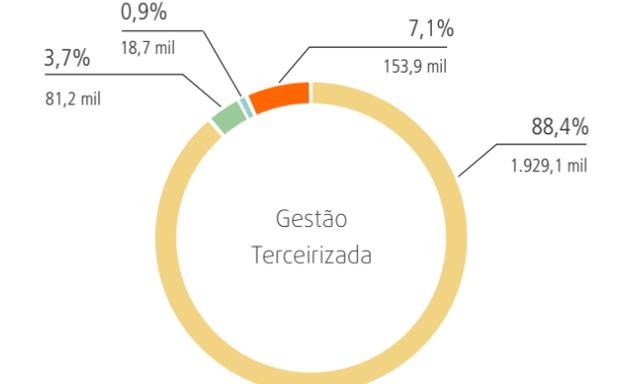
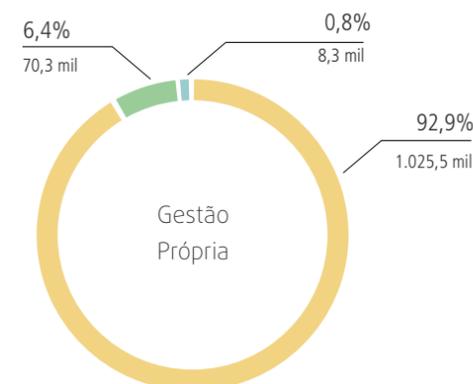
Custos com a administração dos recursos - Regulamento Complementar nº 1

Custos com a administração dos recursos - PrevMais



- Custeio administrativo
- Custódia qualificada
- Tarifas/despesas bancárias

- Taxa de administração/gestão
- Taxa de performance
- Outras despesas

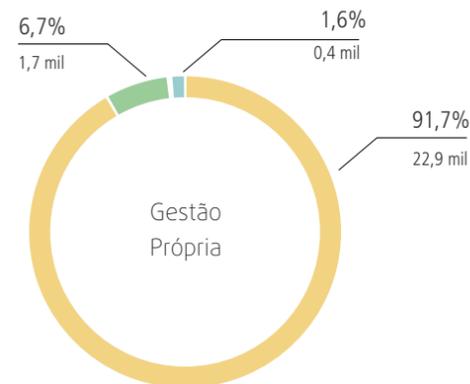


- Custeio administrativo
- Custódia qualificada
- Tarifas/despesas bancárias

- Taxa de administração/gestão
- Taxa de performance
- Taxa de custódia
- Outras despesas

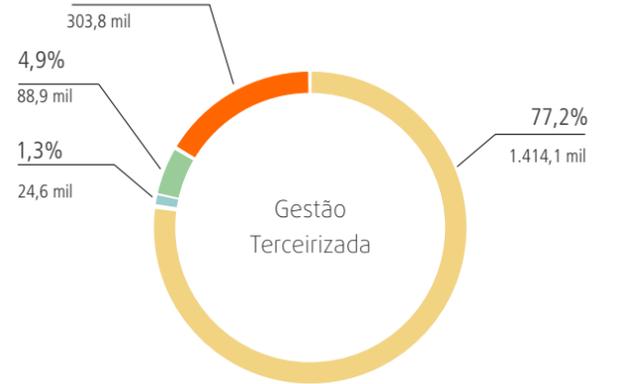
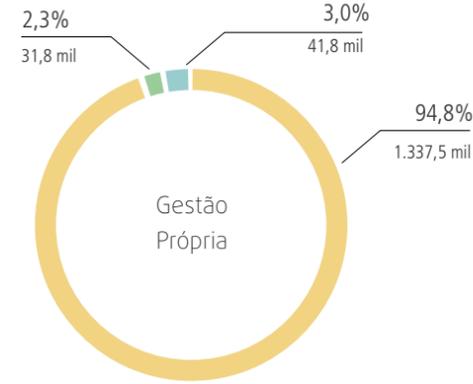
Custos com a administração dos recursos - Regulamento Complementar nº 2

Custos com a administração dos recursos - FEAS



- Custeio administrativo
- Custódia qualificada
- Tarifas/despesas bancárias

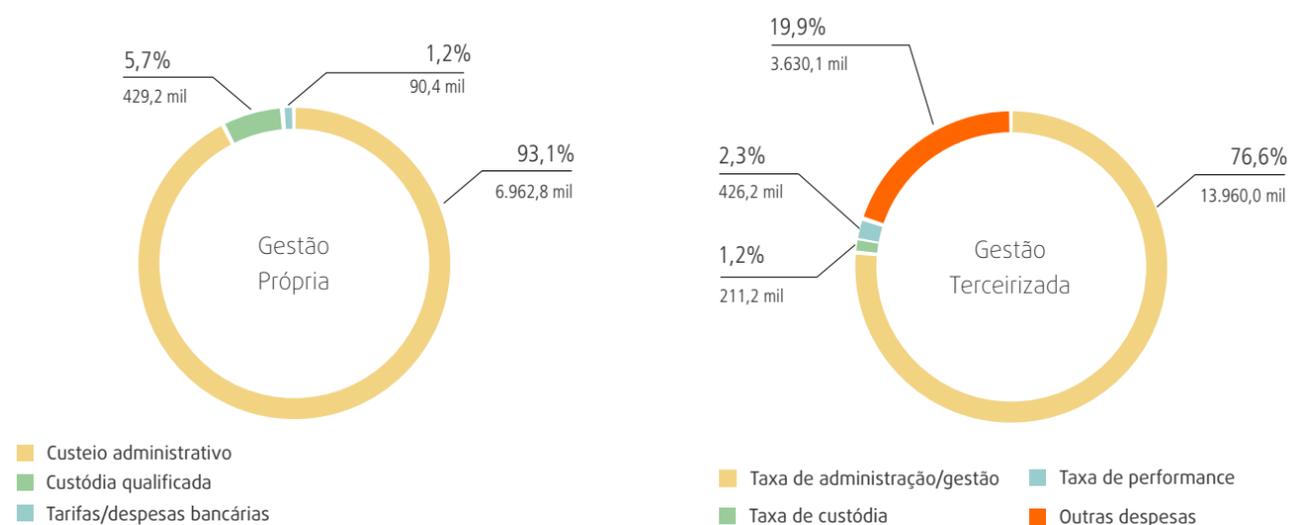
- Taxa de administração/gestão
- Taxa de performance
- Taxa de custódia



- Custeio administrativo
- Custódia qualificada
- Tarifas/despesas bancárias

- Taxa de administração/gestão
- Taxa de performance
- Taxa de custódia
- Outras despesas

## Custos Totais



Ressalta-se que para a composição dos Custos Totais – Consolidado, considerou-se também os custos da Gestão Própria e Gestão Terceirizada do PGA.

## 9. Sumário executivo das políticas de investimento

O resumo das Políticas de Investimentos tem como premissa central estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados pela administração do Economus na aplicação dos recursos vinculados aos planos de benefícios, Fundo Assistencial FEAS e programa administrativo, a fim de promover o equilíbrio econômico-financeiro entre os ativos e os respectivos passivos, além das demais obrigações.

Os planos abaixo elencados estão identificados pelo Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB), Plano de Gestão Administrativa (PGA). Em 2013, esses planos

foram registrados junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) com os respectivos *benchmarks*, que são os indicadores de referência de desempenho adotados pelo Economus nas políticas de investimentos.

O FEAS, devido as suas características, não é registrado na PREVIC, contudo, o Economus elabora Política de Investimentos para os recursos do FEAS e realiza o controle dos investimentos seguindo as melhores práticas de mercado.

Código	Planos de Benefícios/Programas	Patrimônio dos Investimentos*	TMA / Indicador de Referência
CNPB 1978000138	Regulamento Geral	3.545,1	INPC + 5,75% aa
CNPB 2006003429	Contribuição Variável - PrevMais - Perfil Conservador	509,8	100% do CDI
	Contribuição Variável - PrevMais - Perfil Moderado	36,8	85% do CDI + 15% do Ibrx
	Contribuição Variável - PrevMais - Perfil Agressivo	33,9	70% do CDI + 30% do Ibrx
	Contribuição Variável - PrevMais - Perfil Super Agressivo	21,7	55% do CDI + 45% do Ibrx
	Contribuição Variável - PrevMais - Risco	239,3	INPC + 5% aa
CNPB 1978000219	Regulamento Complementar nº 1	14,3	INPC + 4,3% aa
CNPB 1978000138	Regulamento Complementar nº 2	17,4	INPC + 4,3% aa
PGA 4003120019	Programa de Gestão Administrativa	19,4	100% do CDI
FEAS	Fundo Assistencial FEAS + Adm. Assistencial	326,6	100% do CDI
Assistencial	Autossustentável	1,3	100% do CDI
<b>Total em 31/12/2013</b>		<b>4.765,5</b>	

\*em R\$ milhões

### Obs.:

CNPB - Cadastro Nacional de Planos de Benefícios  
PGA - Plano de Gestão Administrativa  
TMA - Taxa Mínima Atuarial

## 9.1. Alocação Estratégica

Nas Políticas são detalhados os principais pontos da estratégia de investimento a vigorar no período de 2014 até 2018, que poderão ser submetidos a revisões anuais ou em períodos inferiores, sempre que necessário, com o intuito de preservar as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência dos investimentos em razão da conjuntura econômica vigente, modificações promovidas no passivo ou alteração legal.

A alocação é determinada entre as diversas classes de ativos, baseado em: (i) cenário macroeconômico; (ii) estudo de Gestão de Ativos e Passivos (*ALM – Asset Liability Management*) realizado para os planos de benefícios; e (iii) planejamento financeiro para o ano de 2014, que considera a projeção do fluxo do passivo e a liquidez dos

ativos para o próximo ano.

Considerando as informações do cenário macroeconômico, dos estudos de Gestão de Ativos e Passivos e do Planejamento Financeiro elaborado para os planos, as tabelas abaixo apresentam a distribuição percentual dos recursos, bem como os limites de investimentos por segmento traçados para o exercício de 2014.

Destaca-se que a macroalocação “objetivo” corresponde à distribuição pretendida dos recursos entre os segmentos (renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e empréstimos a participantes). As margens de alocação se referem à atribuição de limites inferiores e superiores.

### I - Regulamento Geral

Segmentos	Macroalocação objetivo	Margens de Alocação		
		Limite inferior	Limite superior	Limite legal
Renda Fixa	73%	51%	96%	100%
Renda Variável	15%	0%	30%	70%
Investimentos Estruturados	7,5%	2%	10%	20%
Exterior	0,5%	0%	1%	10%
Imóveis	2%	1%	4%	8%
Empréstimos	2%	1%	4%	15%

Esse plano é maduro e está em fase de pagamento de benefícios, que é crescente, necessitando de ativos com maior liquidez para fazer frente aos compromissos com os participantes. Dessa maneira, a tendência é de que os

investimentos em ativos menos líquidos, como renda variável, sejam reduzidos ao longo do tempo e os investimentos em ativos líquidos e de baixo risco sejam aumentados.

### II - Plano de Contribuição Variável – PrevMais

A tabela a seguir demonstra as alocações projetadas para os investimentos do plano PrevMais:

Segmentos	Macroalocação objetivo	Margens de Alocação		
		Limite inferior	Limite superior	Limite legal
Renda Fixa	87%	32,5%	100%	100%
Renda Variável	8%	0%	42,5%	70%
Investimento Estruturado	1%	0%	10%	20%
Empréstimos	4%	0%	15%	15%

O plano de Contribuição Variável – PrevMais, está dividido em Benefícios de Renda Programada, que possui as opções de Perfis de Investimentos, e o Benefício de Risco, para pagamento de alguns benefícios, como, por exemplo, os benefícios de renda

vitalícia, pensão por morte e invalidez. As tabelas abaixo apresentam as alocações planejadas para o benefício de Renda Programada e para o Benefício de Risco.

#### a. Benefício de Renda Programada - Consolidado

Segmentos	Macroalocação objetivo	Margens de Alocação		
		Limite inferior	Limite superior	Limite legal
Renda Fixa	90,0%	37,5%	100%	100,0%
Renda Variável	4,5%	0%	47,5%	70,0%
Empréstimos	5,5%	0%	15%	15%

As alocações dos recursos da carteira de Renda Programada ocorrem de acordo com as opções de Perfis de Investimentos feitas pelos participantes, podendo variar conforme as escolhas, dentre os perfis Conservador (100% Renda Fixa), Moderado

(85% Renda Fixa e 15% Renda Variável), Agressivo (70% Renda Fixa e 30% Renda Variável) e Super Agressivo (55% Renda Fixa e 45% Renda Variável).

## b. Benefício de Risco

A tabela abaixo apresenta a macro alocação projetada, considerando apenas os recursos do Benefício de Risco:

Segmentos	Macroalocação objetivo	Margens de Alocação		Limite legal
		Limite inferior	Limite superior	
Renda Fixa	83%	60%	100%	100%
Renda Variável	16%	0%	30%	70%
Investimentos Estruturados	1%	0%	10%	20%

O PrevMais Benefício de Risco possui estratégia de manter grande parte de seus recursos em títulos públicos e em ativos de renda fixa com baixo risco de crédito. Ainda possui estratégia de

investimentos em renda variável e pequena parte em estruturados para otimizar a relação risco e retorno dos ativos componentes de sua carteira.

## III - Regulamento Complementar nº 1

Segmentos	Macroalocação objetivo	Margens de Alocação		Limite legal
		Limite inferior	Limite superior	
Renda Fixa	100%	65%	100%	100%
Renda Variável	0%	0%	20%	70%
Empréstimos	0%	0%	15%	15%

Esse plano possui estratégia de alocação em títulos públicos e em ativos de renda fixa com baixo risco de crédito.

## IV - Regulamento Complementar nº 2

Segmentos	Macroalocação objetivo	Margens de Alocação		Limite legal
		Limite inferior	Limite superior	
Renda Fixa	100%	65%	100%	100%
Renda Variável	0%	0%	20%	70%
Empréstimos	0%	0%	15%	15%

Esse plano possui estratégia de alocação em títulos públicos e em ativos de renda fixa com baixo risco de crédito.

## V - FEAS - Fundo Economus de Assistência Social

Segmentos	Macroalocação objetivo	Margens de Alocação		Limite legal
		Limite inferior	Limite superior	
Renda Fixa	70%	55%	100%	100%
Renda Variável	22%	0%	30%	70%
Investimentos Estruturados	8%	0%	15%	20%

A estratégia do FEAS é manter grande parte de seus recursos em títulos públicos e em ativos de renda fixa com baixo risco

## VI - Programas Administrativos

Segmentos	Macroalocação objetivo	Margens de Alocação		Limite legal
		Limite inferior	Limite superior	
Renda Fixa	100%	100%	100%	100%

O objetivo destes programas é custear as despesas administrativas, tendo 100% dos recursos aplicados em ativos de renda fixa, por apresentarem liquidez imediata com volatilidade reduzida.

## 10. Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) designado pelo Economus é o Diretor Financeiro, Paulo Leite Julião, cadastrado no CPF: 956.029.098-34, e pode ser localizado no e-mail [juliao@economus.com.br](mailto:juliao@economus.com.br) ou pelo telefone 11 3464 7607.

O AETQ é responsável pela gestão, alocação, supervisão, controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

# Gestão Contábil

## Balço Patrimonial Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ Mil)

ATIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>DISPONÍVEL</b>		<b>62</b>	<b>541</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>5.6</b>	<b>16.303</b>	<b>14.525</b>
				Gestão Previdencial		8.479	8.565
				Gestão Administrativa		7.007	5.524
				Investimentos		817	436
<b>REALIZÁVEL</b>		<b>5.012.438</b>	<b>4.802.456</b>	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>5.7</b>	<b>106.235</b>	<b>83.917</b>
Gestão Previdencial	5.1	526.843	483.196	Gestão Previdencial		80.914	60.648
Gestão Administrativa	5.2	38.730	27.880	Gestão Administrativa		19.747	17.941
Investimentos	5.3	4.446.865	4.291.380	Investimentos		5.574	5.328
Títulos Públicos		2.513.853	2.323.920				
Créditos Privados e Depósitos		243.056	241.600	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		<b>4.892.012</b>	<b>4.706.607</b>
Ações		93.497	102.539	Patrimônio de Cobertura do Plano		4.731.652	4.551.894
Fundos de Investimento		1.433.761	1.495.430	<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>5.8</b>	<b>4.905.713</b>	<b>4.525.800</b>
Investimentos Imobiliários		62.147	31.050	Benefícios Concedidos		3.832.655	3.519.151
Empréstimos		91.869	88.732	Benefícios a Conceder		1.444.333	1.384.975
Depósitos Judiciais/Recursais		5.475	5.287	(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(371.275)	(378.326)
Outros Realizáveis		3.207	2.822	<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>5.9</b>	<b>(174.061)</b>	<b>26.094</b>
<b>PERMANENTE</b>	<b>5.4</b>	<b>2.050</b>	<b>2.052</b>	Resultados Realizados		(616.036)	(394.117)
Imobilizado		1.421	1.283	(-) Déficit Técnico Acumulado		(616.036)	(394.117)
Intangível		629	769	Resultados a Realizar		441.975	420.211
<b>GESTÃO ASSISTENCIAL</b>	<b>5.5</b>	<b>524.270</b>	<b>523.097</b>	<b>FUNDOS</b>	<b>5.10</b>	<b>160.360</b>	<b>154.713</b>
				Fundos Previdenciais		123.521	126.200
				Fundos Administrativos		34.349	26.792
				Fundos dos Investimentos		2.490	1.721
				<b>GESTÃO ASSISTENCIAL</b>	<b>5.5</b>	<b>524.270</b>	<b>523.097</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>5.538.820</b>	<b>5.328.146</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>5.538.820</b>	<b>5.328.146</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ Mil)

DESCRI�O	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão (%)
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>4.286.396</b>	<b>3.779.723</b>	<b>13,41</b>
<b>1. Adic�es</b>	<b>564.540</b>	<b>864.004</b>	<b>(34,66)</b>
(+) Contribui�es Previdenciais	177.717	165.860	7,15
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	335.234	652.375	(48,61)
(+) Receitas Administrativas	27.229	24.239	12,34
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.771	1.343	31,87
(+) Constitui�o de Fundos de Investimentos	769	647	18,86
(+) Receitas Assistenciais	21.820	19.540	11,67
<b>2. Destina�es</b>	<b>(400.899)</b>	<b>(357.331)</b>	<b>12,19</b>
(-) Benefícios	(343.522)	(315.301)	8,95
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	(14.114)	(2.371)	495,28
(-) Despesas Administrativas	(19.916)	(18.961)	5,04
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Administrativa	(1.527)	(1.158)	31,87
(-) Despesas Assistenciais	(21.820)	(19.540)	11,67
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>163.641</b>	<b>506.673</b>	<b>(67,70)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	379.913	400.593	(5,16)
(+/-) Fundos Previdenciais	(2.679)	(2.741)	(2,26)
(+/-) Fundos Administrativos	7.557	5.463	38,33
(+/-) Fundos dos Investimentos	769	647	18,86
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(221.919)	102.711	(316,06)
(+/-) Gestão Assistencial	1.173	35.862	(96,73)
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>	<b>4.450.037</b>	<b>4.286.396</b>	<b>3,82</b>

As notas explicativas da administra o são parte integrante das demonstra es contábeis.

## Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Regulamento Complementar n  1

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ Mil)

DESCRI�O	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>25.305</b>	<b>22.086</b>	<b>14,57</b>
<b>1. Adic�es</b>	<b>4.390</b>	<b>5.475</b>	<b>(19,82)</b>
(+) Contribui�es	3.457	3.307	4,54
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	845	2.010	(57,96)
(+) Reversão de Conting�ncias - Gestão Previdencial	88	158	(44,30)
<b>2. Destina�es</b>	<b>(2.473)</b>	<b>(2.256)</b>	<b>9,62</b>
(-) Benefícios	(993)	(854)	16,28
(-) Custeio Administrativo	(1.480)	(1.402)	5,56
<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>1.917</b>	<b>3.219</b>	<b>(40,45)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	617	909	(32,12)
(+/-) Fundos Previdenciais	2.509	1.827	37,33
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(1.209)	483	(350,31)
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>27.222</b>	<b>25.305</b>	<b>7,58</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>1.120</b>	<b>807</b>	<b>38,79</b>
(+/-) Fundos Administrativos	1.120	807	38,79

As notas explicativas da administra o são parte integrante das demonstra es contábeis.

## Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Regulamento Complementar n  2

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ Mil)

DESCRI�O	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>18.506</b>	<b>16.830</b>	<b>9,96</b>
<b>1. Adi�es</b>	<b>4.788</b>	<b>5.773</b>	<b>(17,06)</b>
(+) Contribui�es	3.665	3.727	(1,66)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	908	2.046	(55,62)
(+) Reversão de Conting�ncias - Gestão Previdencial	215	-	100,00
<b>2. Destina�es</b>	<b>(3.948)</b>	<b>(4.097)</b>	<b>(3,64)</b>
(-) Benefícios	(2.329)	(2.343)	(0,60)
(-) Custeio Administrativo	(1.619)	(1.754)	(7,70)
<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>840</b>	<b>1.676</b>	<b>(49,88)</b>
(+/-) Provis�es Matemáticas	(365)	(137)	166,42
(+/-) Fundos Previdenciais	(78)	249	(131,33)
(+/-) Superávit (D�ficit) T�cnico do Exercício	1.283	1.564	(17,97)
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>19.346</b>	<b>18.506</b>	<b>4,54</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>2.003</b>	<b>1.691</b>	<b>18,45</b>
(+/-) Fundos Administrativos	2.003	1.691	18,45

As notas explicativas da administra o são parte integrante das demonstra es contábeis.

## Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Regulamento Geral

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ Mil)

DESCRI�O	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>3.487.488</b>	<b>3.117.146</b>	<b>11,88</b>
<b>1. Adi�es</b>	<b>365.917</b>	<b>660.215</b>	<b>(44,58)</b>
(+) Contribui�es	80.238	74.701	7,41
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	285.679	585.514	(51,21)
<b>2. Destina�es</b>	<b>(327.090)</b>	<b>(289.873)</b>	<b>12,84</b>
(-) Benefícios	(307.054)	(282.223)	8,80
(-) Constitui�o de Conting�ncias - Gestão Previdencial	(14.417)	(2.529)	470,07
(-) Custeio Administrativo	(5.619)	(5.121)	9,72
<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>38.827</b>	<b>370.342</b>	<b>(89,52)</b>
(+/-) Provis�es Matemáticas	263.303	269.472	(2,29)
(+/-) Superávit (D�ficit) T�cnico do Exercício	(224.476)	100.870	(322,54)
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>3.526.315</b>	<b>3.487.488</b>	<b>1,11</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>23.788</b>	<b>19.169</b>	<b>24,10</b>
(+/-) Fundos Administrativos	21.569	17.616	22,44
(+/-) Fundos dos Investimentos	2.219	1.553	42,88

As notas explicativas da administra o são parte integrante das demonstra es contábeis.

## Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios PrevMais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ Mil)

DESCRI�O	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>726.584</b>	<b>601.258</b>	<b>20,84</b>
<b>1. Adi�es</b>	<b>158.533</b>	<b>165.607</b>	<b>(4,27)</b>
(+) Contribui�es	110.731	102.802	7,71
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	47.802	62.805	(23,89)
<b>2. Destina�es</b>	<b>(44.802)</b>	<b>(40.281)</b>	<b>11,22</b>
(-) Benefícios	(33.146)	(29.881)	10,93
(-) Custeio Administrativo	(11.656)	(10.400)	12,08
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>113.731</b>	<b>125.326</b>	<b>(9,25)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	116.358	130.349	(10,73)
(+/-) Fundos Previdenciais	(5.110)	(4.817)	6,08
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	2.483	(206)	(1.305,34)
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)</b>	<b>840.315</b>	<b>726.584</b>	<b>15,65</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>9.928</b>	<b>6.846</b>	<b>45,02</b>
(+/-) Fundos Administrativos	9.657	6.679	44,59
(+/-) Fundos dos Investimentos	271	167	62,28

As notas explicativas da administra o são parte integrante das demonstra es contábeis.

## Demonstra o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Regulamento Complementar não 1

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ Mil)

DESCRI�O	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>45.043</b>	<b>39.616</b>	<b>13,70</b>
Disponível	1	301	(99,67)
Recebível	30.698	23.607	30,04
<b>Investimento</b>	<b>14.344</b>	<b>15.708</b>	<b>(8,68)</b>
Títulos Públicos	8.536	-	100,00
Créditos Privados e Depósitos	1.656	2.972	(44,28)
Fundos de Investimento	4.152	12.736	(67,40)
<b>2. Obriga�es</b>	<b>16.701</b>	<b>13.504</b>	<b>23,67</b>
Operacional	566	829	(31,72)
Contingencial	16.135	12.675	27,30
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>1.120</b>	<b>807</b>	<b>38,79</b>
Fundos Administrativos	1.120	807	38,79
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>27.222</b>	<b>25.305</b>	<b>7,57</b>
Provis�es Matemáticas	14.643	14.027	4,39
Superávit/Déficit Técnico	1.382	2.591	(46,66)
Fundos Previdenciais	11.197	8.687	28,89

As notas explicativas da administra o são parte integrante das demonstra es contábeis.

## Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Regulamento Complementar nº 2

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>26.385</b>	<b>25.721</b>	<b>2,58</b>
Disponível	1	98	(98,98)
Recebível	9.024	7.751	16,42
<b>Investimento</b>	<b>17.360</b>	<b>17.872</b>	<b>(2,86)</b>
Títulos Públicos	8.621	-	100,00
Créditos Privados e Depósitos	1.530	2.860	(46,50)
Fundos de Investimento	7.209	15.012	(51,98)
<b>2. Obrigações</b>	<b>5.036</b>	<b>5.524</b>	<b>(8,83)</b>
Operacional	514	1.473	(65,11)
Contingencial	4.522	4.051	11,63
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>2.003</b>	<b>1.691</b>	<b>18,45</b>
Fundos Administrativos	2.003	1.691	18,45
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>19.346</b>	<b>18.506</b>	<b>4,54</b>
Provisões Matemáticas	7.635	8.000	(4,56)
Superávit/Déficit Técnico	4.733	3.449	37,23
Fundos Previdenciais	6.978	7.057	(1,12)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Regulamento Geral

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>4.064.884</b>	<b>3.981.879</b>	<b>2,08</b>
Disponível	2	36	(94,44)
Recebível	511.452	471.572	8,46
<b>Investimento</b>	<b>3.553.430</b>	<b>3.510.271</b>	<b>1,23</b>
Títulos Públicos	2.374.220	2.323.920	2,16
Créditos Privados e Depósitos	132.175	173.725	(23,92)
Ações	93.497	102.539	(8,82)
Fundos de Investimento	823.332	807.013	2,02
Investimentos Imobiliários	62.147	31.050	100,15
Empréstimos	60.270	64.545	(6,62)
Depósitos Judiciais/Recursais	5.475	5.286	3,58
Outros Realizáveis	2.314	2.193	5,52
<b>2. Obrigações</b>	<b>72.806</b>	<b>55.010</b>	<b>32,35</b>
Operacional	6.977	5.760	21,13
Contingencial	65.829	49.250	33,66
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>23.788</b>	<b>19.169</b>	<b>24,10</b>
Fundos Administrativos	21.569	17.616	22,44
Fundos dos Investimentos	2.219	1.553	42,88
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>441.975</b>	<b>420.211</b>	<b>5,18</b>
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>3.526.315</b>	<b>3.487.489</b>	<b>1,11</b>
Provisões Matemáticas	4.151.186	3.887.883	6,77
Superávit/Déficit Técnico	(624.871)	(400.394)	56,06

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios PrevMais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>851.482</b>	<b>734.368</b>	<b>15,95</b>
Disponível	56	50	12,00
Recebível	10.017	7.059	41,91
<b>Investimento</b>	<b>841.409</b>	<b>727.259</b>	<b>15,70</b>
Títulos Públicos	122.476	-	100,00
Créditos Privados e Depósitos	105.626	61.140	72,76
Fundos de Investimento	581.708	641.932	(9,38)
Empréstimos	31.599	24.187	30,64
<b>2. Obrigações</b>	<b>1.239</b>	<b>938</b>	<b>32,09</b>
Operacional	1.239	938	32,09
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>9.928</b>	<b>6.846</b>	<b>45,02</b>
Fundos Administrativos	9.657	6.679	44,59
Fundos dos Investimentos	271	167	62,28
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>840.315</b>	<b>726.584</b>	<b>15,65</b>
Provisões Matemáticas	732.249	615.891	18,89
Superávit/Déficit Técnico	2.720	237	1.047,68
Fundos Previdenciais	105.346	110.456	(4,63)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>26.792</b>	<b>21.329</b>	<b>25,61</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>50.820</b>	<b>45.122</b>	<b>12,63</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>50.820</b>	<b>45.122</b>	<b>12,63</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	20.375	18.676	9,10
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.970	5.376	11,05
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	-	58	(100,00)
Resultado Positivo dos Investimentos	1.771	1.343	31,87
Reembolso da Gestão Assistencial	21.820	19.540	11,67
Outras Receitas	884	129	585,27
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>43.263</b>	<b>39.659</b>	<b>9,09</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>15.042</b>	<b>14.205</b>	<b>5,89</b>
Pessoal e encargos	9.129	7.460	22,37
Treinamentos/congressos e seminários	106	58	82,76
Viagens e estadias	164	172	(4,65)
Serviços de terceiros	2.400	3.539	(32,18)
Despesas gerais	1.210	1.351	(10,44)
Depreciações e amortizações	506	467	8,35
Contingências	1.527	1.158	31,87
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>6.401</b>	<b>5.914</b>	<b>8,23</b>
Pessoal e encargos	4.546	3.892	16,80
Treinamentos/congressos e seminários	41	25	64,00
Viagens e estadias	52	49	6,12
Serviços de terceiros	973	1.242	(21,66)
Despesas gerais	789	705	11,91
Depreciações e amortizações	-	1	(100,00)
<b>2.3. Administração Assistencial</b>	<b>21.820</b>	<b>19.540</b>	<b>11,67</b>
<b>3. Resultado Negativo dos Investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>4. Sobras da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>7.557</b>	<b>5.463</b>	<b>38,33</b>
<b>5. Constituição do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>7.557</b>	<b>5.463</b>	<b>38,33</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)</b>	<b>34.349</b>	<b>26.792</b>	<b>28,21</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Regulamento Complementar nº 1

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>43.923</b>	<b>38.809</b>	<b>13,18</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>14.643</b>	<b>14.027</b>	<b>4,39</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>8.541</b>	<b>7.834</b>	<b>9,02</b>
Benefício Definido	8.541	7.834	9,02
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>6.102</b>	<b>6.193</b>	<b>(1,47)</b>
Benefício Definido	6.102	6.193	(1,47)
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>1.382</b>	<b>2.591</b>	<b>(46,66)</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>1.382</b>	<b>2.591</b>	<b>(46,66)</b>
Superávit técnico acumulado	1.382	2.591	(46,66)
Reserva de contingência	1.382	2.591	(46,66)
<b>3. Fundos</b>	<b>11.197</b>	<b>8.687</b>	<b>28,89</b>
3.1. Fundos Previdenciais	11.197	8.687	28,89
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>566</b>	<b>829</b>	<b>(31,72)</b>
4.1. Gestão Previdencial	564	828	(31,88)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2	1	100,00
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>16.135</b>	<b>12.675</b>	<b>27,30</b>
5.1. Gestão Previdencial	16.135	12.675	27,30

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Regulamento Complementar nº 2

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>24.383</b>	<b>24.029</b>	<b>1,47</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>7.636</b>	<b>8.000</b>	<b>(4,55)</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>1.781</b>	<b>1.746</b>	<b>2,00</b>
Benefício Definido	1.781	1.746	2,00
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>5.855</b>	<b>6.254</b>	<b>(6,38)</b>
Benefício Definido	5.855	6.254	(6,38)
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>4.733</b>	<b>3.449</b>	<b>37,23</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>4.733</b>	<b>3.449</b>	<b>37,23</b>
Superávit técnico acumulado	4.733	3.449	37,23
Reserva de contingência	1.909	2.000	(4,55)
Reserva para revisão de plano	2.824	1.449	94,89
<b>3. Fundos</b>	<b>6.978</b>	<b>7.056</b>	<b>(1,11)</b>
3.1. Fundos Previdenciais	6.978	7.056	(1,11)
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>514</b>	<b>1.473</b>	<b>(65,11)</b>
4.1. Gestão Previdencial	511	1.472	(65,29)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3	1	200,00
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>4.522</b>	<b>4.051</b>	<b>11,63</b>
5.1. Gestão Previdencial	4.522	4.051	11,63

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Regulamento Geral

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>4.043.316</b>	<b>3.964.263</b>	<b>1,99</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>4.151.185</b>	<b>3.887.883</b>	<b>6,77</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>3.639.720</b>	<b>3.347.684</b>	<b>8,72</b>
Benefício Definido	3.639.720	3.347.684	8,72
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>882.740</b>	<b>918.524</b>	<b>(3,90)</b>
Benefício Definido	882.740	918.524	(3,90)
<b>1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir</b>	<b>(371.275)</b>	<b>(378.325)</b>	<b>(1,86)</b>
(-) Patrocinador(es)	(185.637)	(189.163)	(1,86)
(-) Participantes	(36.214)	(50.237)	(27,91)
(-) Assistidos	(149.424)	(138.925)	7,56
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>(182.896)</b>	<b>19.817</b>	<b>(1.022,92)</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>(624.871)</b>	<b>(400.394)</b>	<b>56,06</b>
Superávit técnico acumulado	(624.871)	(400.394)	56,06
(-) Déficit Técnico Acumulado	(624.871)	(400.394)	56,06
<b>2.2. Resultados a realizar</b>	<b>441.975</b>	<b>420.211</b>	<b>5,18</b>
<b>3. Fundos</b>	<b>2.219</b>	<b>1.553</b>	<b>42,88</b>
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.219	1.553	42,88
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>6.977</b>	<b>5.760</b>	<b>21,13</b>
4.1. Gestão Previdencial	6.334	5.390	17,51
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	643	370	73,78
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>65.831</b>	<b>49.250</b>	<b>33,67</b>
5.1. Gestão Previdencial	60.257	43.922	37,19
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	5.574	5.328	4,62

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios PrevMais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>841.826</b>	<b>727.689</b>	<b>15,68</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>732.250</b>	<b>615.891</b>	<b>18,89</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>182.614</b>	<b>161.887</b>	<b>12,80</b>
Contribuição Definida	45.928	38.897	-
Benefício Definido	136.686	122.990	11,14
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>549.636</b>	<b>454.004</b>	<b>21,06</b>
Contribuição Definida	549.636	454.004	21,06
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	269.665	221.309	21,85
Saldo de Contas - parcela participantes	279.971	232.695	20,32
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>2.720</b>	<b>237</b>	<b>1.047,68</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>2.720</b>	<b>237</b>	<b>1.047,68</b>
Superávit técnico acumulado	2.720	237	1.047,68
Reserva de contingência	2.720	237	1.047,68
<b>3. Fundos</b>	<b>105.617</b>	<b>110.623</b>	<b>(4,53)</b>
3.1. Fundos Previdenciais	105.346	110.456	(4,63)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	271	167	62,28
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>1.239</b>	<b>938</b>	<b>32,09</b>
4.1. Gestão Previdencial	1.070	875	22,29
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	169	63	168,25

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

### 1. Contexto operacional

O Economus - Instituto de Seguridade Social, CNPJ nº 49.320.799/0001-92, com sede na Rua Quirino de Andrade, n.º 185, em São Paulo, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 1º de setembro de 1977 e patrocinada pelo Banco do Brasil S.A. e pelo próprio Economus, exclusivamente para os empregados do Banco do Brasil S.A. oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A. e do Economus. Administra planos de previdência na modalidade de Benefício Definido (BD) e de Contribuição Variável (CV); também opera planos de assistência à saúde, na modalidade de autogestão, regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e destina-se a prover assistência médica aos empregados do Banco do Brasil S.A., do Economus e aos beneficiários dos planos de assistência à saúde custeados pelo Fundo Economus de Assistência Social (FEAS).

As normas de controle e fiscalização que o Economus obedece são emanadas pelo Ministério da Previdência Social, por meio do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Os recursos de que o Economus dispõe são oriundos de contribuições dos seus patrocinadores (Banco do Brasil S.A. e Economus), participantes e assistidos, e pelos rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e alterações posteriores.

A gestão dos investimentos é realizada na forma de multifundo, situação que caracteriza uma gestão segregada dos recursos por plano administrado e indica que os ativos não estão investidos de forma coletiva.

### 2. Planos Administrados

O Economus administra quatro planos de benefícios, que estão inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e supervisionados pela PREVIC. Além dos planos de benefícios, o Economus também possui um Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Os planos desenhados na modalidade de Benefício Definido (BD) têm como finalidade a complementação dos benefícios assegurados pelo INSS aos seus participantes, a saber: Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2 e Regulamento Geral.

Regulamento Complementar nº 1 (CNPB nº 19.780.002-19) assegura o pagamento de complementação de auxílio doença e de pecúlio por invalidez para os participantes em atividade, além de pecúlio por morte para todos os dependentes dos participantes que forem elegíveis ao recebimento de pensão. A quantidade de participantes tem a seguinte composição:

Regulamento Complementar nº 1

DESCRIÇÃO	2013	2012
Participantes	1.220	1.245
Aposentados	7	8
Pensionistas	4	2
<b>Total dos participantes</b>	<b>1.231</b>	<b>1.255</b>

Regulamento Complementar nº 2 (CNPB nº 19.780.003-83) assegura o pagamento do benefício de pecúlio por morte. A quantidade de participantes tem a seguinte composição:

Regulamento Complementar nº 2

DESCRIÇÃO	2013	2012
Participantes	1.190	1.277
Pensionistas	6	7
<b>Total dos participantes</b>	<b>1.196</b>	<b>1.284</b>

Regulamento Geral (CNPB nº 19.780.001-38) assegura o pagamento da complementação de benefícios de prestação continuada, a saber: aposentadorias, pensão por morte, auxílio reclusão, auxílio adicional e auxílio doença. Além desses, também está assegurado o pagamento, em forma de prestação única, de pecúlio por morte e por invalidez. A quantidade de participantes tem a seguinte composição:

Regulamento Geral

DESCRIÇÃO	2013	2012
Ativos	33	41
Autopatrocinado - não saldado	-	1
Autopatrocinado - saldado	33	45
Participantes em Benefício Proporcional Diferido - BPD	24	22
Optantes pelo Saldamento	5.189	5.407
Aposentados	6.065	5.901
Pensionistas	444	423
<b>Total dos participantes</b>	<b>11.788</b>	<b>11.840</b>

Em 10 de novembro de 2004, o Conselho Deliberativo do Economus aprovou o saldamento do Plano de Benefícios, instituído através do Regulamento Geral para os empregados do extinto Banco Nossa Caixa S.A., incorporado pelo Banco do Brasil S.A. em novembro de 2009.

O processo de saldamento foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), em 30 de dezembro de 2005, por meio do Ofício nº 2.713, reconhecendo que a base do benefício complementar fosse calculada considerando os efeitos da Lei nº 9.876/99, que instituiu o fator previdenciário e a aplicação da média dos salários de contribuição de julho de 1994 em diante.

De forma concomitante ao saldamento, foi criado o PrevMais.

O PrevMais foi instituído na modalidade de contribuição variável (CV), (CNPB nº 20.060.034-29). Estão previstos os benefícios de renda mensal vitalícia ou programada e suplementação de auxílio-doença ou auxílio acidente de trabalho, aposentadoria por invalidez, pensão por morte e auxílio-funeral. A quantidade de participantes tem a seguinte composição:

PrevMais

DESCRIÇÃO	2013	2012
Ativos	9.269	9.278
Autopatrocinado - não saldado	70	78
Autopatrocinado - saldado	112	184
Participantes desligados que não manifestaram as respectivas opções pelos institutos	448	474
Participantes em BPD	5	7
Aposentados	1.042	1.022
Pensionistas	59	53
<b>Total dos participantes</b>	<b>11.005</b>	<b>11.096</b>

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa do Economus, na forma do seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo, por meio da Ata nº 384, de 06 de dezembro de 2011.

### 3. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Economus estão sendo apresentadas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), especificamente a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as demais práticas contábeis brasileiras, quando for o caso. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado dos ativos e passivos de curto e longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionem informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

No item 17 das Normas Gerais da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, são apresentadas as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (consolidada) e a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, substituindo a antiga Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP (por plano de benefício previdencial), conforme Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013.

As Demonstrações Contábeis consolidadas incluem os saldos das contas do Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2, Regulamento Geral, PrevMais e do Plano de Gestão Administrativa (PGA). Cada Plano de Benefícios tem sua contabilidade estruturada em Gestão Previdencial e Investimentos.

De acordo com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os planos assistenciais à saúde, com registro e em situação ativa na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), devem efetuar e manter sua contabilidade em separado, de forma a possibilitar a identificação, a independência do patrimônio e a adequação à legislação aplicável estabelecida pela ANS.

Em atendimento à legislação vigente, o Economus está apresentando as informações financeiras dos planos assistenciais à saúde em separado, mas como parte das Demonstrações Contábeis, conforme demonstrado nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial (Nota 10.c).

Estimativas e premissas, consideradas prudentes pela Administração, foram utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis, incluindo a mensuração do valor justo dos ativos financeiros e não financeiros, a provisão para contingências e a provisão para passivos atuariais. Essas premissas e estimativas são revistas anualmente pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis desses ajustes e eliminações são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”.

O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), através da Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, substituiu a Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP (por plano de benefício previdencial) pela Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, acrescentando os subitens “Fundos”, “Exigível Operacional” e Exigível Contingencial. Veja quadro comparativo abaixo:

#### Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP

##### Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)

1. Provisões Matemáticas
  - 1.1. Benefícios Concedidos
  - 1.2. Benefício a Conceder
  - 1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir
    - (-) Serviço Passado
    - (-) Déficit Equacionado
2. Equilíbrio Técnico
  - 2.1. Resultados Realizados
  - 2.2. Resultados a Realizar

#### Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

##### Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)

1. Provisões Matemáticas
  - 1.1. Benefícios Concedidos
  - 1.2. Benefício a Conceder
  - 1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir
    - (-) Serviço Passado
    - (-) Déficit Equacionado
    - (+/-) Por Ajustes das Contrib. Extraordinárias
      - (+/-) Patrocinador(es)
      - (+/-) Participantes
      - (+/-) Assistidos
2. Equilíbrio Técnico
  - 2.1. Resultados Realizados
  - 2.2. Resultados a Realizar
3. Fundos
  - 3.1. Fundos Previdenciais
  - 3.2. Fundos dos Invest. - Gestão Previdencial
4. Exigível Operacional
  - 4.1. Gestão Previdencial
  - 4.2. Investimentos - Gestão Previdencial
5. Exigível Contingencial
  - 5.1. Gestão Previdencial
  - 5.2. Investimentos - Gestão Previdencial

Os quadros, as informações e os demonstrativos constantes das notas explicativas foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual o Economus atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 06 de março de 2014 e pelo Conselho Deliberativo em 28 de março de 2014.

### 4. Principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração e foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as normas contábeis regulamentadas pelo Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CNPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), que não requerem a adoção plena dos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As práticas contábeis adotadas pelo Economus são específicas para o segmento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e estão descritas a seguir:

#### a. Resultado das operações

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto o recebimento das contribuições dos participantes autopatrocinados vinculados ao plano estruturado na modalidade de contribuição variável (PrevMais), que são registrados pelo regime de caixa.

#### b. Realizável - Gestão previdencial

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais e contribuições extraordinárias dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, bem como o valor de resultados a realizar de títulos e valores mobiliários, pelo diferencial da taxa de juros dos títulos

mantidos até o vencimento e a taxa de juros de desconto das obrigações atuariais. Também é constituído pelos valores dos depósitos judiciais e recursais, em processo de conciliação junto ao Patrocinador (Banco do Brasil S.A.), referentes aos planos de benefícios Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Complementar nº 2.

### c. Realizável - Gestão administrativa

Registra as atividades referentes à gestão administrativa do Economus na forma de seu regulamento.

### d. Realizável - Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos garantidores das provisões matemáticas, fundos e provisões passivas são determinados pela Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores.

Os rendimentos gerados pelos investimentos são contabilizados diretamente no resultado do exercício, independentemente da categoria em que estão classificados.

### Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários compõem-se de títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações e fundos de investimentos.

### Títulos de renda fixa

Conforme determinam as Resoluções nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e nº 14, de 23 de agosto de 2005, e o item 14 da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os títulos de renda fixa são registrados ao custo de aquisição e estão classificados nas seguintes categorias:

**i. Títulos para negociação:** adquiridos com o propósito de serem negociados independentemente do prazo a de-

correr da data da aquisição, os quais são contabilizados pelo valor de mercado.

**ii. Títulos mantidos até o vencimento:** os títulos para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento são classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" e o critério de avaliação contábil é do rendimento pela curva de forma proporcional (pro rata dia) até o vencimento.

### Ações

As aplicações em ações são registradas pelo custo de aquisição no mercado à vista, acrescidos de despesas de corretagem e outras taxas e precificadas ao valor de mercado pela cotação do fechamento do último dia em que a ação tenha sido negociada em bolsa de valores (Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008).

### Fundos de investimento

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço. Alguns ativos alocados nesses fundos são precificados pelo valor econômico, conforme previsto na Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e de acordo com o item 17.b das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

### Investimentos imobiliários

São demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, ajustados por meio de reavaliações a cada três anos (última reavaliação em 2011), depreciados mensalmente (exceto terrenos e imóveis em construção), de acordo com as taxas correspondentes ao tempo de vida útil. Os resul-

tados dos ajustes positivos ou negativos são contabilizados nas contas específicas em contrapartida com a conta "investimento imobiliário" do resultado. A prática de reavaliação tem por finalidade atualizar periodicamente o valor contábil dos imóveis a valor justo (Nota 5.3.i.).

Fundos Imobiliários: são registrados de acordo com o valor da cota informada pelo administrador responsável pelo Fundo.

### Empréstimos

Registra os empréstimos concedidos, acrescidos dos encargos contratuais incorridos até 31 de dezembro de 2013. Os empréstimos são concedidos aos participantes dos planos de benefícios administrados pelo Economus.

Os prazos contratuais variam de acordo com o plano em que o participante está registrado.

Para o registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa, são observados os seguintes critérios:

**i.** No caso de atraso entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias: 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;

**ii.** No caso de atraso entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias: 50% (cinquenta por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;

**iii.** No caso de atraso entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias: 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;

**iv.** No caso de atraso superior a 360 (trezentos e sessenta) dias: 100% (cem por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos.

Na hipótese de haver o provisionamento de 100% do saldo devedor, o plano de benefícios detentor de crédito é ressarcido integralmente pelo fundo contábil de contingência (risco de crédito) que, a partir desse momento, assume a posição dos eventuais devedores.

### Outros realizáveis

Composto pelos seguintes investimentos:

- depósito judicial feito para garantir ao Economus o direito a bônus de subscrição da Ambev; e
- investimento em controlada, avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

### e. Provisão para perdas

A provisão para perdas em investimentos é efetuada segundo critérios definidos no item 11 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. As provisões são contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Portanto, os investimentos estão apresentados pelo seu valor líquido.

### f. Ativo Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito a avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em outras circunstâncias que indiquem a possibilidade de perda dos seus valores.

- A depreciação é feita pelo método linear, com taxa anual de 10% para móveis e utensílios; 20% para máquinas e equipamentos, veículos e *hardware*.
- Intangível: é composto por *softwares* e licenças de uso amortizados pelo método linear com taxa anual de 20%.

### g. Exigível operacional

Registra as obrigações conhecidas e calculáveis de cada gestão pelo custo mais as atualizações monetárias, quando aplicáveis.

## h. Exigível contingencial

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Ativos contingentes:

Praticamente certo: não é reconhecido contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Neste caso, a entidade reconhece o ativo e não o classifica como ativo contingente. No presente exercício não ocorreram ativos nesta categoria.

Provável: neste caso, quando não é reconhecida como praticamente certa a entrada de benefícios econômicos futuros, a entidade apenas divulga em Notas Explicativas o Ativo Contingente. No Economus, existe a ocorrência desta situação, conforme descrito na Nota 9.

Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma consequente saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. Para as causas substancialmente compostas por reclamações trabalhistas, cuja responsabilidade é do Patrocinador, a provisão do Economus limita-se aos respectivos depósitos judiciais.

Os depósitos judiciais efetuados pelo Economus e as pro-

visões contingenciais são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a exceção das provisões de seguro de vida e trabalhista, que são atualizadas pela TR ou taxa de poupança.

## i. Imposto de renda, contribuição social e contribuições (PIS e COFINS)

O Economus, por se tratar de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar e não ter fins lucrativos é isento da apuração de Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido e discute judicialmente a sua não sujeição ao PIS e à COFINS.

## j. Patrimônio social

Composto pelos recursos acumulados para fazer frente às obrigações de cada plano, o patrimônio social compreende o patrimônio de cobertura do plano e os fundos, segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos. As contas que compõem o patrimônio social são classificadas em:

### I. Patrimônio de cobertura do plano

#### Provisões matemáticas

Representam, ao final de cada exercício, o valor dos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e beneficiários, com base em cálculos atuariais, elaborados por atuários externos.

##### i. Benefícios concedidos e a conceder

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor atual dos compromissos futuros em relação aos assistidos, ao passo que as provisões de benefícios a conceder constituem o valor atual dos compromissos futuros, em relação aos participantes que ainda não

iniciaram o recebimento do benefício de aposentadoria.

#### • Benefícios do plano com a geração atual

Representam o valor atual dos compromissos futuros, em relação aos participantes que ainda não adquiriram o direito ao benefício de complementação da aposentadoria por tempo de contribuição ou idade.

#### • Outras contribuições da geração atual

Representam o valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos patrocinadores e pelos participantes da geração atual que ainda não estejam em gozo do benefício de prestação continuada. Exclui-se toda contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes nesse plano, bem como, as contribuições a serem recolhidas, tanto pelos integrantes da geração atual durante o período de percepção do benefício quanto pelos patrocinadores sobre o valor dos benefícios a serem pagos a esses integrantes.

##### ii. (-) Provisões matemáticas a constituir

Representam, de acordo com o Plano Anual de Custeio, o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referente ao equacionamento de déficits observados nos exercícios de 2005 e 2009, os quais estão sendo pagos por Participantes, Assistidos e Patrocinadores.

#### Equilíbrio técnico

É determinado em função dos resultados realizados e a realizar.

#### • Resultados realizados

São os resultados acumulados oriundos dos planos de benefícios, sendo compostos por "Superávit Técnico" e pela conta redutora "Déficit Técnico".

## Superávit/Déficit técnico acumulado

Representa o excedente ou a insuficiência patrimonial de recursos para a cobertura das provisões matemáticas (recursos necessários para arcar com o pagamento de benefício dos participantes). Para efeito do cálculo das provisões matemáticas (reservas atuariais), o atuário externo baseou-se na legislação que regula as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e nos respectivos Regulamentos dos Planos de Benefícios (Nota 5.9).

#### • Resultados a realizar

Representa os resultados antecipados dos ajustes dos títulos, em decorrência da diferença positiva auferida entre o valor presente apurado pelos respectivos custos de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos dos títulos, componentes da categoria "títulos mantidos até o vencimento" e o valor presente destes títulos, considerando a taxa de desconto utilizada na última avaliação atuarial, em 31 de dezembro de 2013, com a devida anuência do órgão fiscalizador. Em 31 de dezembro de 2013, o plano de benefícios Regulamento Geral apresentou o montante de R\$ 441.975, contra um montante de R\$ 420.211, em 2012.

## II. Fundos

Fundos são valores constituídos com finalidades específicas de acordo com sua origem, podendo ser previdencial, administrativo e de investimentos.

O fundo para cobertura de oscilação de riscos da gestão previdencial é calculado pelo atuário externo, conforme expresso em nota técnica atuarial de cada plano, sendo constituído para suportar possíveis desvios probabilísticos nas ocorrências de morte, invalidez e doença, em relação ao estimado no estudo (cálculo atuarial), assim como para cobertura de eventual rendimento inferior ao exigido para a atualização (correção) de benefícios concedidos (aposentadorias).

O fundo administrativo do PGA é formado pelas receitas deduzidas das despesas, adicionado ao rendimento auferido dos investimentos, da constituição e da reversão das contingências contabilizadas no grupo de contas da gestão administrativa.

O fundo dos investimentos é constituído por meio da aplicação de percentual, denominada taxa de contingência, incidente sobre as parcelas pagas dos empréstimos quitados pelos participantes. Esse montante será utilizado para cobertura do saldo devedor dos mutuários inadimplentes, assim como para o pagamento dos custos decorrentes das medidas judiciais cabíveis.

#### **k. Gestão assistencial**

As diretrizes contábeis referentes à Gestão Assistencial estão descritas nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial, conforme descrito na Nota 10.c.

#### **l. Despesas administrativas**

As despesas administrativas são segregadas por tipo de gestão (previdencial, de investimentos e assistencial), de acordo com critérios preestabelecidos e aprovados por ocasião da elaboração do Orçamento Anual do Economus.

As despesas administrativas das áreas vinculadas diretamente a cada gestão são registradas nos respectivos grupamentos contábeis definidos pela Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, no ato da ocorrência do fato contábil. As despesas originadas nas demais áreas são registradas nas contas contábeis da gestão previdencial e segregadas para as gestões de investimentos e assistencial, ao final de cada mês, através dos critérios de rateio preestabelecidos.

Os critérios para a segregação contábil entre as despesas com a gestão previdencial, de investimentos e assistencial inerentes à Entidade, são aprovados pela Diretoria Executiva e constam dos normativos internos.

Todas as despesas administrativas com a gestão assistencial, realizadas pelo PGA, são reembolsadas.

#### **m. Custeio administrativo**

Os recursos da gestão administrativa são oriundos do custeio administrativo repassados pelos planos de previdência, conforme o plano anual de custeio, e do custeio de investimentos. Esses recursos são registrados de forma segregada por plano e destinados exclusivamente ao pagamento das despesas administrativas das gestões previdencial e de investimentos, sendo as despesas administrativas relacionadas à gestão assistencial, reembolsadas integralmente pelas receitas administrativas dos planos assistenciais.

As sobras, bem como eventuais resultados negativos originados no fluxo de recursos administrativos são incorporados ao Fundo Administrativo. Em 2013, o custeio administrativo teve as seguintes fontes:

- Custeio Administrativo/Plano BD Regulamento Complementar nº 1 - correspondente à contribuição de 0,12% dos salários reais de participação de participantes ativos e em percepção de benefício custeado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) ou Banco do Brasil S.A. e das complementações (assistidos), sendo o mesmo percentual cobrado do patrocinador aplicável sobre a folha de salário real de participação. O patrocinador recolhe também uma taxa de 0,864% sobre a folha de salário real de participação a título de taxa de carregamento extraordinária;
- Custeio Administrativo/Plano BD Regulamento Complementar nº 2 - correspondente à contribuição de 0,41% dos salários reais de participação de participantes em percepção de benefício custeado pela SEFAZ/SP e das complementações (assistidos). O patrocinador recolhe também uma taxa de 0,886% sobre a folha de salário real de participação a título de taxa de carregamento extraordinária;
- Custeio Administrativo/Plano BD Regulamento Geral - correspondente à contribuição de 0,90% dos salários reais

de participação (ativos), BPD e benefício saldado de participantes não vinculados ao Plano PrevMais e das complementações (assistidos), sendo o mesmo percentual cobrado dos patrocinadores. Para os participantes autopatrocinados, a contribuição corresponde a 1,80% do salário real de participação ou benefício saldado;

- Custeio Administrativo/Plano CV PrevMais – correspondente à cobrança de contribuição, que varia de 0,15% a 0,94% sobre o salário de benefício dos participantes, 0,90% sobre a complementação paga aos assistidos, sendo a contribuição dos patrocinadores paritária a dos participantes e assistidos. Para os participantes autopatrocinados, a contribuição varia de 0,30% a 1,88% sobre o salário de benefício;
- Custeio Administrativo de Investimentos – correspondente ao reembolso mensal dos gastos realizados com a gestão dos investimentos de cada plano.

#### **n. Resultado administrativo**

O resultado administrativo é apurado mensalmente, sendo este registrado contabilmente de forma segregada pelos diversos planos previdenciais administrados pelo Economus, conforme determinação da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e IN nº 34, de 24 de setembro de 2009.

## 5. Composição por gestão

### 5.1. Gestão previdencial

A composição do ativo realizável da gestão previdencial está demonstrada como segue:

	2013	2012
<b>Contribuições normais (a)</b>	<b>6.583</b>	<b>1.794</b>
Contribuições dos Patrocinadores	1.983	1.375
Contribuições para os Déficits Equacionados em 2005 e 2009 - Patronal	3.987	-
Contribuições dos Participantes	110	358
Contribuições para os Déficits Equacionados em 2005 e 2009 - Participantes	296	-
Contribuições dos Autopatrocinados	128	61
Contribuições para os Déficits Equacionados em 2005 e 2009 - Autopatrocinados	79	-
<b>Contribuições contratadas (b)</b>	<b>-</b>	<b>4.410</b>
Contribuições para os Déficits Equacionados em 2005 e 2009 - Patronal	-	3.550
Contribuições para os Déficits Equacionados em 2005 e 2009 - Participantes	-	730
Contribuições para os Déficits Equacionados em 2005 e 2009 - Autopatrocinados	-	130
<b>Adiantamentos</b>	<b>3.371</b>	<b>1.324</b>
Adiantamentos de benefícios	3.371	1.324
<b>Resultados a realizar (c)</b>	<b>441.975</b>	<b>420.211</b>
<b>Gestão previdencial depósitos judiciais/recursais</b>	<b>58.771</b>	<b>43.571</b>
<b>Outros realizáveis (d)</b>	<b>16.143</b>	<b>11.886</b>
<b>Total da gestão previdencial</b>	<b>526.843</b>	<b>483.196</b>

(a) Trata-se de contribuições normais dos participantes ativos, cujos valores são descontados em folha de pagamento e repassados pelas patrocinadoras até o quinto dia útil do mês seguinte. Neste grupo contábil, também são registradas as contribuições dos participantes autopatrocinados do Plano de Benefício Definido.

(b) Contribuições para os Déficits Equacionados em 2005 e 2009 foram reclassificadas contabilmente de contribuições contratadas para contribuições normais

no exercício de 2013, para ajustar à Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, conforme Anexo "B" - Função e Funcionamento das Contas Contábeis.

(c) A Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), autorizou, em 9 de junho de 2006, por meio do ofício nº 2206/SPC/GAB, o registro contábil como Resultados a Realizar, condicionando tal registro à manutenção destes títulos até seu respec-

tivo vencimento, ao Saldamento do Plano de Benefícios do Regulamento Geral e à implantação do Plano de Contribuição Variável (PrevMais).

Contabilização - Resultados a Realizar. Durante os exercícios de 2002 e 2003, o Economus adquiriu títulos públicos, Notas do Tesouro Nacional (NTNs-C), cujo cupom médio de aquisição foi de 10,22% ao ano, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento e estão alocados ao Plano de Benefícios do Regulamento Geral.

Os rendimentos a serem gerados por esses papéis, classificados na rubrica Resultados a Realizar, utilizando os preceitos da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, representam o montante de R\$ 441.975 (em 2012, R\$ 420.211)

de receitas futuras, já reconhecidos contabilmente.

Em consonância com o dispositivo pela Resolução CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012, o Economus reduziu a Taxa Mínima Atuarial do Regulamento Geral que passou de INPC + 6% a.a. para INPC + 5,75% a.a. no mês de dezembro de 2013. A redução da taxa de juros real do plano resultou em um aumento de aproximadamente 8,42% no Resultado a Realizar.

(d) Composto principalmente pelos valores, em processo de conciliação junto ao patrocinador (Banco do Brasil S.A.), referentes aos depósitos judiciais e recursais efetuados pelos planos de benefícios Regulamento Complementar nº 1 e nº 2, no montante de R\$ 15.722 (em 2012, R\$ 11.726).

### 5.2. Gestão administrativa

A composição do ativo realizável da gestão administrativa está demonstrada como segue:

	2013	2012
<b>Contas a receber</b>	<b>21.092</b>	<b>11.619</b>
Contribuições para o custeio administrativo	1.298	1.519
Realizável da folha dos empregados	206	201
Responsabilidade de terceiros	19	27
Outros recursos a receber	19.569	9.872
Transferência entre administrativos (a)	14.894	6.753
Taxa administrativa folha aposentados	1.229	1.229
Outros recursos a receber (b)	3.446	1.890
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>31</b>	<b>20</b>
<b>Gestão administrativa depósitos judiciais/recursais</b>	<b>17.569</b>	<b>16.209</b>
<b>Outros realizáveis (c)</b>	<b>38</b>	<b>32</b>
<b>Total da gestão administrativa</b>	<b>38.730</b>	<b>27.880</b>

(a) Acréscimo decorrente ao não repasse das despesas administrativas estruturais da Gestão Assistencial para o Plano de Gestão Administrativo (PGA) de maio/2013 até dezembro/2013. Em janeiro de 2014, foram repassadas as parcelas de maio, junho e julho de 2013.

(b) Composto, principalmente, por valores a receber do custeio dos investimentos

dos Planos Regulamento Geral nº 1, Regulamento Geral nº 2, Regulamento Geral e PrevMais.

(c) Valores a recuperar de tributos (PIS/COFINS/CSLL, INSS, Imposto de Renda e ISS) recolhidos a maior do pagamento aos prestadores de serviços.

### 5.3. Investimentos

O Economus realiza investimentos por meio de gestão direta (carteira própria) e gestão indireta (fundos de investimentos).

#### a. Composição da carteira de investimentos

Os ativos da Entidade encontram-se custodiados no Banco do Brasil S.A. (de janeiro a outubro/2012 estavam custodiados pelo Citibank S.A.) e a carteira de investimentos, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, está composta conforme discriminado a seguir:

DESCRIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	2013	2012
<b>Títulos Públicos Federais</b>	<b>2.513.853</b>	<b>2.323.920</b>
Notas do Tesouro Nacional - Regulamento Complementar nº 2	8.621	-
Notas do Tesouro Nacional - Regulamento Complementar nº 1	8.536	-
Notas do Tesouro Nacional - Regulamento Geral	2.374.220	2.323.920
Notas do Tesouro Nacional - PrevMais	122.476	-
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>	<b>243.056</b>	<b>241.600</b>
<b>Instituições Financeiras</b>	<b>221.038</b>	<b>212.724</b>
Certificado de Depósito Bancário - Regulamento Geral	71.745	90.975
Certificado de Depósito Bancário - PrevMais	17.340	42.000
Certificado de Depósito Bancário - PGA	983	903
Depósito a Prazo com Garantia Especial - Regulamento Complementar nº 2	-	1.965
Depósito a Prazo com Garantia Especial - Regulamento Complementar nº 1	-	1.965
Depósito a Prazo com Garantia Especial - Regulamento Geral	12.854	44.039
Depósito a Prazo com Garantia Especial - PrevMais	-	15.548
Letras Financeiras Privadas - Regulamento Complementar nº 2	1.530	895
Letras Financeiras Privadas - Regulamento Complementar nº 1	1.656	1.007
Letras Financeiras Privadas - Regulamento Geral	25.558	13.427
Letras Financeiras Privadas - PrevMais	88.286	-
Letras Financeiras Privadas - PGA	1.086	-
<b>Companhias Abertas</b>	<b>22.018</b>	<b>28.876</b>
Debênture - Regulamento Geral	22.018	25.283
Debênture - PrevMais	-	3.593
<b>Ações</b>	<b>93.497</b>	<b>102.539</b>
Instituições Financeiras - Regulamento Geral	17.973	28.127
Companhias Abertas - Regulamento Geral	66.615	74.412
Patrocinador (Banco do Brasil) - Regulamento Geral	8.909	-

DESCRIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	2013	2012
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>1.433.761</b>	<b>1.495.430</b>
Renda Fixa - Regulamento Complementar nº 2	6.296	14.872
Renda Fixa - Regulamento Complementar nº 1	3.300	12.596
Renda Fixa - Regulamento Geral	99.648	159.089
Renda Fixa - PrevMais	496.355	580.845
Renda Fixa - PGA	17.360	18.738
Ações - Regulamento Complementar nº 2	542	-
Ações - Regulamento Complementar nº 1	481	-
Ações - Regulamento Geral	535.809	501.814
Ações - PrevMais	52.161	21.871
Multimercado - Regulamento Geral	42.992	40.422
Direitos Creditórios - Regulamento Complementar nº 2	371	140
Direitos Creditórios - Regulamento Complementar nº 1	371	140
Direitos Creditórios - Regulamento Geral	10.456	21.472
Direitos Creditórios - PrevMais	32.363	39.215
Participações - Regulamento Geral	89.280	48.498
Participações - PrevMais	829	-
Imobiliário - Regulamento Geral	45.147	35.718
<b>Investimentos Imobiliários (i)</b>	<b>62.147</b>	<b>31.050</b>
<b>Imóveis - Regulamento Geral</b>	<b>61.758</b>	<b>30.836</b>
<b>Aluguéis e Renda - Regulamento Geral</b>	<b>389</b>	<b>214</b>
Locadas a Patrocinador (es)	123	115
Locadas a Terceiros	266	99
<b>Empréstimos e Financiamentos (ii)</b>	<b>91.869</b>	<b>88.732</b>
Empréstimos - Regulamento Geral	60.270	64.545
Empréstimos - PrevMais	31.599	24.187
<b>Depósitos Judiciais / Recursais</b>	<b>5.475</b>	<b>5.287</b>
<b>Outros Realizáveis (iii)</b>	<b>3.207</b>	<b>2.822</b>
Outros Realizáveis - Regulamento Geral	2.314	2.193
Outros Realizáveis - PGA	893	629
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>4.446.865</b>	<b>4.291.380</b>

A administração dos investimentos da carteira própria é efetuada pelo Economus, tendo esses recursos o Banco do Brasil como prestador de serviços de custódia qualificada e controladoria, centralizando a totalidade dos títulos e valores mobiliários sob a sua guarda, devidamente habilitado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

### Parâmetros de avaliação pelo valor de mercado

Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, os investimentos classificados na categoria "Títulos para negociação", têm o propósito de serem negociados, independentemente do prazo do vencimento do título, os quais são avaliados diariamente ao valor de mercado, conforme divulgação de preços pela ANBIMA, e seus efeitos são reconhecidos no resultado do exercício (Demonstração da Mutação do Patrimônio Social).

Ações de companhias abertas, são avaliadas pela cotação de fechamento do último pregão do mês da Bolsa de Valores de São Paulo ou, na falta desta, a cotação mais recente em pregões anteriores, publicadas no Boletim Diário da BM&F BOVESPA, nos termos da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011.

Os fundos de Investimentos são avaliados com base no valor da cota conforme balanço do patrimônio dos respectivos fundos, divulgados diariamente pelos administradores, que equivale ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira desses fundos.

### Custódia dos investimentos

Os títulos públicos são custodiados na Selic, as ações estão custodiadas na CBLC, os títulos privados na CETIP S.A, enquanto as cotas de fundos de investimentos estão custodiadas nas seguintes instituições:

- Banco Bradesco S.A.;
- Banco BTG Pactual S.A.;

- Banco do Brasil S.A.;
- Banco Santander S.A.;
- BB Gestão de Recursos DTVM S.A.;
- BRB DTVM S.A.;
- Citibank DTVM S.A.;
- Coin DTVM;
- Deutsche Bank S.A.;
- HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo; e
- Itaú Unibanco S.A.

### i. Investimentos imobiliários

Todos os investimentos imobiliários da Entidade são destinados exclusivamente para renda (aluguel) e pertencem ao plano Regulamento Geral, conforme Política de Investimentos. Ao final do exercício de 2013, podem ser demonstrados como segue:

	2012	Acréscimo/ Deduções	Depreciações	2013
Imóveis em Construção (a)	-	31.401	-	31.401
Terrenos	14.094	-	-	14.094
Aluguéis	214	175	-	389
Edificações	16.742	-	(479)	16.263
<b>Total</b>	<b>31.050</b>	<b>31.576</b>	<b>(479)</b>	<b>62.147</b>

(a) Em fevereiro de 2013, o Economus iniciou processo de investimento para construção de imóvel comercial destinado para aluguel e renda, denominado Bela Cintra Corporate, situado na Rua Bela Cintra, São Paulo (SP). De acordo com a empresa de fiscalização de obra contratada pelo Economus, a construção do edifício está com percentual físico concluído dentro do cronograma estabelecido para o período.

O Economus possui imóveis locados aos patrocinadores e a terceiros. Durante o exercício de 2013, os aluguéis recebidos totalizaram R\$ 3.144 (R\$ 2.791 em 2012).

### ii. Empréstimos e Financiamentos

Registram as operações de empréstimos concedidos a participantes, de acordo com o regulamento e são avaliados ao valor da concessão, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Segue a movimentação da carteira de empréstimo em 2013:

	2012	Concessões/ Entrada	Amortizações/ Saída	Juros	2013
<b>Regulamento Geral</b>					
Empréstimos a participantes	64.613	33.012	(46.489)	9.188	60.324
Provisão para liquidação duvidosa	(68)	198	(184)	-	(54)
Total da carteira	64.545	33.210	(46.673)	9.188	60.270
<b>PrevMais</b>					
Empréstimo a participante	24.195	25.333	(22.464)	4.572	31.636
Provisão para liquidação duvidosa	(8)	53	(82)	-	(37)
Total da carteira	24.187	25.386	(22.546)	4.572	31.599
<b>Total da carteira de Empréstimo</b>	<b>88.732</b>	<b>58.596</b>	<b>(69.219)</b>	<b>13.760</b>	<b>91.869</b>

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base nos valores vencidos e vincendos, conforme número de dias de atraso.

### iii. Outros Realizáveis

	2013	2012
<b>Regulamento Geral</b>		
Depósito Judicial - AMBEV (a)	2.314	2.193
<b>Plano de Gestão Administrativa (PGA)</b>		
Participação na Corretora de Seguros (CORSEG) (b)	893	629
<b>Total dos outros investimentos</b>	<b>3.207</b>	<b>2.822</b>

(a) Ação ordinária movida contra Companhia de Bebidas das Américas - AMBEV, relativa a bônus de subscrição.

(b) Refere-se a Economus - Administração e Corretora de Seguros Ltda.; conforme disposto na resolução CMN 3.792, de 24 de setembro de 2009, o acionista majoritário Economus não pode ter investimentos relevantes em outras empresas. A Corretora encontra-se em liquidação extrajudicial, desde 31 de dezembro de 2005. O investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial e está atualizado com base no patrimônio líquido de dezembro/2013.

## b. Fundos Exclusivos

Em 31 de dezembro de 2013, os fundos exclusivos do Economus representavam um montante de R\$ 684.601 (R\$ 683.437 em 2012).

Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimentos exclusivos estão assim demonstrados:

FUNDOS EXCLUSIVOS	2013 Ativo/Passivo	2012 Ativo/Passivo	FUNDOS EXCLUSIVOS	2013 Ativo/Passivo	2012 Ativo/Passivo
<b>A) SINGULAR ECO FIC DE FIM</b>	<b>54.028</b>	<b>50.799</b>	<b>B) SCHRODER ECO PLUS FIA</b>	<b>56.513</b>	<b>94.302</b>
Fundo Advis Enduro 30 Fic Fim	-	1.462	Letra Tesouro Nacional	513	-
Fundo Advis Delta 30 Fic Fi	-	443	Nota do Tesouro Nacional B	-	1.360
ADV GFA Enduro Fic Fi	402	-	Ações de Companhias Abertas	55.850	75.392
ADV GFA Delta Fic Fim	1.278	-	Ações em Empréstimos – Dadas	-	15.645
Advis Delta Fic Fim	2.729	2.872	Depósitos à vista	10	14
Cshg VII Fic Fim	2.446	2.079	Valores a receber	160	4.275
Duna Ls 60 Fic de FI	-	2.876	Valores a pagar	(20)	(2.384)
Advis Enduro Fic Fim	2.018	2.121			
Gap Absoluto Fim	5.807	5.384	<b>C) RIO BRAVO INVENIO FIA</b>	<b>64.472</b>	-
Gap Long Short Fim	2.148	1.935	Ações	48.122	-
Itaú Soberano Refere	80	812	Letra Tesouro Nacional	15.271	-
Jgp Max Fic Fim	-	4.610	Valores a receber	1.078	-
Kadima 30 FIC Fim	-	3.053	Depósitos à vista	1	-
Kiros Max Fic Fim	3.910	-			
Kondor Max Fic Fim	-	6.472	<b>D) GUEPARDO TUPI FIC FIA</b>	<b>62.395</b>	-
Kondor LX Fiq Fim	8.234	-	Guepardo Inst. Mast.	62.396	-
Mellom Fir Di Lp	13	38	Valores a pagar	(2)	-
Murano Fic de Fim	-	1.720	Saldo em Tesouraria	1	-
Oceana Ls Fim	1.894	1.724			
Polo Macro Fim	7.715	3.586	<b>E) BB ECO PREMIUM IMA-B FI R. Fixa</b>	<b>88.878</b>	<b>60.466</b>
Spx Nimitz Fdr FicFi	7.125	4.379	Letra Financeira Subord. BB POS	2.313	2.134
Squadra Long Biased	-	1.044	Nota do Tesouro Nacional B	74.178	50.101
Squadra Inst Fia	1.102	-	Operações Compromissadas	6.130	-
Studio Fic Fia	1.682	1.018			
Ventor Hedge Fim	5.475	3.259			
Valores a pagar	(30)	(88)			

FUNDOS EXCLUSIVOS	2013	2012	FUNDOS EXCLUSIVOS	2013	2012
Debêntures Simples - IPCA	6.251	4.353	CDB/RDB Pós-Fix Bancos Privados	30.974	-
Depósitos à vista	11	18	CDB Subordinado	2.345	-
Valores a receber	1	3.865	Debêntures	31.672	-
Valores a pagar	(6)	(5)	Cotas de Fdic Outros Bancos	1.342	-
			DPGE pós Fix. Bancos Privados	36.516	-
<b>F) BB RENDA FIXA ECO SILVER FI</b>	<b>-</b>	<b>355.629</b>	Letra Financeira Subord. BB Pos	7.205	-
CDB/RDB Pós-Fix Bancos Oficiais	-	9.004	Letra Financeira Sub. Privados Pos	7.175	-
CDB/RDB Pós-Fix Bancos Privados	-	10.855	Letra Financeiras Não Ligadas	19.760	-
Contratos Mercado Futuro	-	4	Depósitos à vista	13	-
Cotas de FDIC Outros Bancos	-	1.515	Valores a receber	1	-
Debêntures	-	14.692	Valores a pagar	(9)	-
DPGE Depósito a Prazo Garantia Especial	-	19.955			
Letras Financeiras	-	13.199	<b>H) BB ECO GOLD FUNDO DE INVESTIMENTOS AÇÕES</b>	<b>135.162</b>	<b>122.241</b>
Letra Financeira do Tesouro	-	43.099	Instituições Financeiras	-	19.023
Letras Financeiras Subordinadas	-	9.771	Companhias Abertas	-	98.068
Letras do Tesouro Nacional	-	100.501	Ações	134.579	-
Nota do Tesouro Nacional B	-	9.638	Patrocinador	-	4.214
Depósitos à vista	-	59	Índice Bovespa Futuro	-	2
Valores a receber	-	123.347	Depósitos à vista	313	332
Valores a pagar	-	(10)	Valores a receber	277	2.779
			Valores a pagar	(7)	(2.177)
<b>G) BB ECO PLUS FI RF CRÉDITO PRIV.</b>	<b>223.153</b>	<b>-</b>	<b>Total</b>	<b>684.601</b>	<b>683.437</b>
Operações Compromissadas	60.450	-			
Letra Financeira do Tesouro	14.295	-			
Letra do Tesouro Nacional	1.625	-			
CDB/RDB Pós-Fix Bancos Oficiais	9.789	-			

### c. Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

O Economus tem, ao longo dos últimos anos, implementado ações que visam a disseminar boas práticas de governança e promover o fortalecimento do ambiente de controle para proporcionar conforto e segurança para suas partes interessadas.

Para tanto, tem se respaldado na metodologia e princípios estabelecidos pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), a fim de promover transparência, eficácia, confiabilidade e conformidade em seus processos, com a finalidade de mitigar os riscos aos quais a Entidade está exposta, em decorrência de suas operações.

### Gerenciamento de riscos

O Economus está exposto a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações relacionadas aos investimentos. O gerenciamento de tais riscos está contido na Política de Investimentos, bem como em Instruções Normativas internas:

### Risco de crédito

O Economus faz distinção entre diferentes níveis de risco, a fim de determinar limites de investimentos específicos para cada um deles, embora a Res. CMN 3.792/2009 não estabeleça distinção entre títulos privados com base no seu risco de crédito.

Para minimizar este risco, o Economus possui processo de análise e aprovação de títulos de crédito privado.

Para títulos emitidos por instituições financeiras, o Economus possui um modelo denominado Limite Técnico Bancário, para cálculo do limite de investimento, monitoramento da exposição e controle de concentração dos recursos investidos. Esse modelo baseia-se no *rating* atribuído por agência classificadora de risco contratada pelo Instituto.

Esses limites são atualizados anualmente e podem ser revisados quando se identificar fato relevante que implique em alterações dos limites calculados.

Para títulos emitidos por instituições não financeiras e para fundos de direitos creditórios é considerado o *rating* de crédito atribuído por qualquer uma das agências internacionais domiciliadas no Brasil, além de outros fatores de risco.

### Risco de Mercado

É a probabilidade de eventuais perdas no valor do portfólio da Entidade decorrentes de variações nas taxas e preços de mercado de ativos, passivos e demais instrumentos financeiros.

Em atendimento à legislação, a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento do risco de mercado são feitos por meio do *Value at Risk (VaR)*, do *Benchmark - Value at Risk (B-VaR)* e do cálculo de DNP – Divergência Não Planejada.

### Risco de Liquidez

É a probabilidade da Entidade não ter recursos disponíveis para honrar os compromissos em determinado momento. Para mitigar o risco de liquidez, é realizado monitoramento para os horizontes de curto, médio e longo prazos.

### Risco Legal

É a probabilidade de perdas decorrentes do não cumprimento das normas legais de natureza fiscal, previdencial, trabalhista, regulamento dos planos, processos judiciais, ações legais, dentre outros.

O acompanhamento do risco legal é efetuado pelo Economus no processo de avaliação, seleção e aquisição de novos investimentos. A mensuração e quantificação da aderência de todas as carteiras de investimentos, à luz da legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Com-

plementar são realizadas pela consultoria de investimentos contratada pelo Economus, prestador de serviços credenciado junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

### Risco Operacional

Os procedimentos atinentes ao desenvolvimento operacional são monitorados anualmente. O Economus desenvolve levantamento e revisão dos processos por meio de mapeamentos, identificação e testes em seus controles, que visam a identificação de eventuais perdas operacionais e a realização da Avaliação de Riscos e Controles Internos. As situações de exposição verificadas são objeto de recomendações intrínsecas às operações desenvolvidas pela gestão financeira, que são tratadas através de planos de ações corretivas.

### Risco Sistêmico

Refere-se ao risco de colapso de todo um sistema financeiro ou mercado, com forte impacto sobre as taxas de juros, o câmbio e os preços dos ativos em geral, afetando amplamente a economia. Para mitigar os impactos de crises de grande magnitude sobre os ativos dos planos, a alocação de recursos é realizada observando os aspectos referentes à diversificação de setores, emissores, gestores externos e diferentes *benchmarks* de investimento.

d. Composição da carteira de investimentos do Regulamento Complementar nº 2

Em observância ao artigo 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, abaixo, divulgamos a segregação real dos ativos por plano de benefícios.

TÍTULOS	Vencimento	Quantidade	PU Mercado	2013		2012	
				Custo Atualizado	Valor de Mercado/Valor Contábil	Custo Atualizado	Valor de Mercado/Valor Contábil
<b>Fundos de Investimentos</b>				<b>6.062</b>	<b>6.062</b>	<b>14.872</b>	<b>14.872</b>
<b>Renda Fixa</b>				<b>5.520</b>	<b>5.520</b>	<b>14.872</b>	<b>14.872</b>
Fundo de Renda Fixa	Indeterm.			5.520	5.520	14.872	14.872
<b>Ações</b>				<b>542</b>	<b>542</b>	-	-
Fundo de Ações	Indeterm.			542	542	-	-
<b>(a) Total dos títulos para negociação</b>				<b>6.062</b>	<b>6.062</b>	<b>14.872</b>	<b>14.872</b>

TÍTULOS	Vencimento	Quantidade	PU Mercado	2013		2012	
				Valor de Mercado	Custo Atualizado/ Valor Contábil	Valor de Mercado	Custo Atualizado/ Valor Contábil
<b>Títulos Públicos Federais</b>				<b>7.344</b>	<b>8.621</b>	-	-
<b>Notas do Tesouro Nacional</b>				<b>7.344</b>	<b>8.621</b>	-	-
NTN-B	15/08/2030	3.107	2.300,19	7.147	8.423	-	-
NTN-B	15/08/2050	88	2.244,24	197	198	-	-
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>				<b>1.530</b>	<b>1.530</b>	<b>2.860</b>	<b>2.860</b>
<b>Instituições Financeiras</b>				<b>1.530</b>	<b>1.530</b>	<b>2.860</b>	<b>2.860</b>
DPGE	22/01/2013	750	1.308,14	-	-	981	981
DPGE	22/01/2013	750	1.311,82	-	-	984	984
LF	16/01/2017	1	1.009.371,07	1.009	1.009	895	895
LF	25/08/2020	1	520.866,59	521	521	-	-
<b>Fundos de Investimentos</b>				<b>1.147</b>	<b>1.147</b>	<b>140</b>	<b>140</b>
<b>Renda Fixa</b>				<b>776</b>	<b>776</b>	-	-
Fundo de Renda Fixa	01/03/2015			333	333	-	-
Fundo de Renda Fixa	14/12/2019			443	443	-	-
<b>Direitos Creditórios</b>				<b>371</b>	<b>371</b>	<b>140</b>	<b>140</b>
FIDC	31/12/2017			250	250	115	115
FIDC	30/10/2022			121	121	25	25
<b>(b) Total dos títulos mantidos até o vencimento</b>				<b>10.021</b>	<b>11.298</b>	<b>3.000</b>	<b>3.000</b>
<b>(a) + (b) Total da Carteira</b>				<b>16.083</b>	<b>17.360</b>	<b>17.872</b>	<b>17.872</b>

Em 31 de dezembro de 2013, o valor contábil por vencimento está distribuído da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2013	2012
A vencer em até um ano	-	1.965
A vencer entre um e cinco anos	2.036	1.010
A vencer após cinco anos	9.262	25
Vencimento indeterminado	6.062	14.872
<b>Total</b>	<b>17.360</b>	<b>17.872</b>

e. Composição da carteira de investimentos do Regulamento Complementar nº 1

TÍTULOS	Vencimento	Quantidade	PU Mercado	2013		2012	
				Custo Atualizado	Valor de Mercado/ Valor Contábil	Custo Atualizado	Valor de Mercado/ Valor Contábil
<b>Fundos de Investimentos</b>				<b>3.064</b>	<b>3.064</b>	<b>12.596</b>	<b>12.596</b>
<b>Renda Fixa</b>				<b>2.583</b>	<b>2.583</b>	<b>12.596</b>	<b>12.596</b>
Fundo de Renda Fixa	Indeterm.			2.583	2.583	12.596	12.596
<b>Ações</b>				<b>481</b>	<b>481</b>	-	-
Fundo de Ações	Indeterm.			481	481	-	-
<b>(a) Total dos títulos para negociação</b>				<b>3.064</b>	<b>3.064</b>	<b>12.596</b>	<b>12.596</b>

TÍTULOS	Vencimento	Quantidade	PU Mercado	2013		2012	
				Valor de Mercado	Custo Atualizado/ Valor Contábil	Valor de Mercado	Custo Atualizado/ Valor Contábil
<b>Títulos Públicos Federais</b>				<b>7.268</b>	<b>8.536</b>	-	-
<b>Notas do Tesouro Nacional</b>				<b>7.268</b>	<b>8.536</b>	-	-
NTN-B	15/08/2030	3.074	2.300,19	7.071	8.338	-	-
NTN-B	15/08/2050	88	2.244,24	197	198	-	-
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>				<b>1.656</b>	<b>1.656</b>	<b>2.972</b>	<b>2.972</b>
<b>Instituições Financeiras</b>				<b>1.656</b>	<b>1.656</b>	<b>2.972</b>	<b>2.972</b>
DPGE	22/01/2013	750	1.308,14	-	-	981	981
DPGE	22/01/2013	750	1.311,82	-	-	984	984
LF	16/01/2017	1	1.135.542,46	1.135	1.135	1.007	1.007
LF	25/08/2020	1	520.866,59	521	521	-	-
<b>Fundos de Investimentos</b>				<b>1.088</b>	<b>1.088</b>	<b>140</b>	<b>140</b>
<b>Renda Fixa</b>				<b>717</b>	<b>717</b>	-	-
Fundo de Renda Fixa	01/03/2015			275	275	-	-
Fundo de Renda Fixa	14/12/2019			442	442	-	-
<b>Direitos Creditórios</b>				<b>371</b>	<b>371</b>	<b>140</b>	<b>140</b>
FIDC	31/12/2017			250	250	115	115
FIDC	30/10/2022			121	121	25	25
<b>(b) Total dos títulos mantidos até o vencimento</b>				<b>10.012</b>	<b>11.280</b>	<b>3.112</b>	<b>3.112</b>
<b>(a) + (b) Total da Carteira</b>				<b>13.076</b>	<b>14.344</b>	<b>15.708</b>	<b>15.708</b>

Em 31 de dezembro de 2013, o valor contábil por vencimento está distribuído da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2013	2012
A vencer em até um ano	-	1.965
A vencer entre um e cinco anos	2.102	1.122
A vencer após cinco anos	9.178	25
Vencimento indeterminado	3.064	12.596
<b>Total</b>	<b>14.344</b>	<b>15.708</b>

#### f. Composição da carteira de investimentos do Regulamento Geral

TÍTULOS	Vencimento	Quantidade	PU Mercado	2013		2012	
				Custo Atualizado	Valor de Mercado/ Valor Contábil	Custo Atualizado	Valor de Mercado/ Valor Contábil
<b>Títulos Públicos Federais</b>				<b>232.243</b>	<b>239.700</b>	<b>459.736</b>	<b>544.749</b>
<b>Notas do Tesouro Nacional</b>				<b>232.243</b>	<b>239.700</b>	<b>459.736</b>	<b>544.749</b>
NTN-B	01/05/2017	10.000	2.552,6226	-	-	20.874	25.526
NTN-B	15/08/2024	10.000	2.793,4873	-	-	21.220	27.935
NTN-B	15/05/2035	10.000	2.250,7675	21.804	22.508	20.521	29.173
NTN-C	01/07/2017	71.147	3.052,7303	210.439	217.192	397.121	462.115
<b>Ações</b>				<b>93.497</b>	<b>93.497</b>	<b>102.539</b>	<b>102.539</b>
Ambev ON	Indeter.	1.089.710	17,32	18.874	18.874	18.652	18.652
Banco do Brasil ON	Indeter.	365.100	24,40	8.908	8.908	9.347	9.347
Bradesco PN	Indeter.	348.748	29,09	10.145	10.145	11.150	11.150
Cemig PN	Indeter.	298.823	14,01	4.187	4.187	4.576	4.576
Companhia Paulista de Força e Luz ON	Indeter.	176.400	19,09	3.367	3.367	3.775	3.775
Eletrobrás PNB	Indeter.	116.700	9,93	1.159	1.159	1.223	1.223
Embraer ON	Indeter.	65.700	18,89	1.241	1.241	949	949
Gerdau PN	Indeter.	98.200	18,34	1.801	1.801	1.761	1.761
Metalúrgica Gerdau PN	Indeter.	79.000	23,40	1.849	1.849	1.809	1.809
Itausa PN	Indeter.	261.551	8,90	2.328	2.328	2.304	2.304
ITUB - Itaú Unibanco PN	Indeter.	175.450	31,35	5.500	5.500	5.326	5.326
Petrobras ON	Indeter.	343.790	15,99	5.497	5.497	6.721	6.721
Petrobras PN	Indeter.	606.657	17,08	10.362	10.362	11.842	11.842
Vale do Rio Doce PNA	Indeter.	552.400	32,73	18.080	18.080	22.577	22.577
Valores a Receber	01/01/2013			199	199	527	527
<b>Fundos de Investimentos</b>				<b>535.596</b>	<b>535.596</b>	<b>545.776</b>	<b>545.776</b>
<b>Renda Fixa</b>				<b>91.213</b>	<b>91.213</b>	<b>159.089</b>	<b>159.089</b>
Fundo de Renda Fixa	Indeter.			91.213	91.213	159.089	159.089
<b>Ações</b>				<b>444.383</b>	<b>444.383</b>	<b>386.687</b>	<b>386.687</b>
Fundo de Ações	Indeter.			444.383	444.383	386.687	386.687
<b>(a) Total dos títulos para negociação</b>				<b>861.336</b>	<b>868.793</b>	<b>1.108.051</b>	<b>1.193.064</b>

TÍTULOS	Vencimento	Quantidade	PU Mercado	2013		2012	
				Valor de Mercado	Custo Atualizado/Valor Contábil	Valor de Mercado	Custo Atualizado/Valor Contábil
<b>Títulos Públicos Federais</b>				<b>2.535.229</b>	<b>2.134.520</b>	<b>2.683.944</b>	<b>1.779.171</b>
<b>Notas do Tesouro Nacional</b>				<b>2.535.229</b>	<b>2.134.520</b>	<b>2.683.944</b>	<b>1.779.171</b>
NTN-B	15/05/2045	49.548	2.223,06	110.148	98.636	151.603	92.678
NTN-B	15/08/2050	94.800	2.244,24	212.754	227.744	-	-
NTN-C	01/07/2017	92.040	3.052,73	280.973	254.649	298.589	235.491
NTN-C	01/04/2021	444.594	2.974,48	1.322.438	1.125.298	1.495.209	1.042.986
NTN-C	01/01/2031	126.000	4.832,66	608.916	428.193	738.543	408.016
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>				<b>132.154</b>	<b>132.175</b>	<b>173.715</b>	<b>173.725</b>
<b>Instituições Financeiras</b>				<b>110.157</b>	<b>110.157</b>	<b>148.441</b>	<b>148.441</b>
CDB	18/03/2013			-	-	28.238	28.238
CDB	29/07/2015	40.000	1.793,62	71.745	71.745	62.737	62.737
LF	16/01/2017	12	1.261.713,84	15.141	15.141	13.427	13.427
LF	25/08/2020	10	1.041.733,17	10.417	10.417	-	-
DPGE	19/09/2014	5.000	1.328,61	6.643	6.643	5.860	5.860
DPGE	25/09/2014	5.000	1.242,24	6.211	6.211	5.686	5.686
DPGE	22/01/2013			-	-	17.046	17.046
DPGE	30/07/2013			-	-	15.447	15.447
<b>Companhias Abertas</b>				<b>21.997</b>	<b>22.018</b>	<b>25.274</b>	<b>25.284</b>
Debêntures	01/01/2013			-	-	4.491	4.491
Debêntures	15/01/2015	16.341	1.346,12	21.997	22.018	20.783	20.793
<b>Fundos de Investimentos</b>				<b>287.736</b>	<b>287.736</b>	<b>261.237</b>	<b>261.237</b>
<b>Renda Fixa</b>				<b>8.435</b>	<b>8.435</b>	-	-
Fundo de Renda Fixa	01/03/2015			2.530	2.530	-	-
Fundo de Renda Fixa	14/12/2019			5.905	5.905	-	-
<b>Ações</b>				<b>91.426</b>	<b>91.426</b>	<b>115.127</b>	<b>115.127</b>
Fundo de Ações	01/06/2015			31.802	31.802	35.790	35.790
Fundo de Ações	24/02/2016			49.041	49.041	45.921	45.921
Fundo de Ações	14/06/2014			10.583	10.583	25.916	25.916
Valores a Receber	01/01/2013					7.500	7.500

TÍTULOS	Vencimento	Quantidade	PU Mercado	2013		2012	
				Valor de Mercado	Custo Atualizado/Valor Contábil	Valor de Mercado	Custo Atualizado/Valor Contábil
<b>Multimercado</b>				<b>42.992</b>	<b>42.992</b>	<b>40.422</b>	<b>40.422</b>
Fundo Multimercado	Indeter.			42.992	42.992	40.422	40.422
<b>Direitos Creditórios</b>				<b>10.456</b>	<b>10.456</b>	<b>21.472</b>	<b>21.472</b>
FIDC	10/09/2016			3.301	3.301	3.277	3.277
FIDC	01/01/2014			-	-	5.397	5.397
FIDC	20/03/2016			217	217	5.341	5.341
FIDC	01/04/2015			4.356	4.356	6.919	6.919
FIDC	30/10/2022			2.582	2.582	538	538
<b>Participações</b>				<b>89.280</b>	<b>89.280</b>	<b>48.498</b>	<b>48.498</b>
Fundo de Participações	10/06/2015			12.651	12.651	11.317	11.317
Fundo de Participações	03/07/2016			5.950	5.950	5.974	5.974
Fundo de Participações	29/07/2017			10.193	10.193	8.582	8.582
Fundo de Participações	21/11/2018			2.227	2.227	1.131	1.131
Fundo de Participações	08/02/2020			3.059	3.059	97	97
Fundo de Participações	29/03/2020			3.196	3.196	2.020	2.020
Fundo de Participações	27/07/2020			449	449	764	764
Fundo de Participações	01/09/2020			7.779	7.779	7.826	7.826
Fundo de Participações	13/11/2021			4.200	4.200	781	781
Fundo de Participações	14/12/2021			595	595	-	-
Fundo de Participações	28/06/2022			160	160	-	-
Fundo de Participações	26/10/2022			5.113	5.113	2.208	2.208
Fundo de Participações	10/06/2025			2.959	2.959	-	-
Fundo de Participações	28/03/2033			23.118	23.118	-	-
Fundo de Participações	22/09/2020			7.631	7.631	7.798	7.798
<b>Imobiliário</b>				<b>45.147</b>	<b>45.147</b>	<b>35.718</b>	<b>35.718</b>
Fundo Imobiliário	Indeter.			45.147	45.147	35.718	35.718
<b>(b) Total dos títulos mantidos até o vencimento</b>				<b>2.955.119</b>	<b>2.554.431</b>	<b>3.118.896</b>	<b>2.214.133</b>
<b>(a) + (b) Total da Carteira</b>				<b>3.816.455</b>	<b>3.423.224</b>	<b>4.226.947</b>	<b>3.407.197</b>

Em dezembro de 2012, o Economus realizou a reclassificação de títulos públicos NTN-B que integram a carteira própria do Regulamento Geral de "Títulos Mantidos até o Vencimento" para "Títulos para Negociação", no montante de R\$ 57.108. Esta reclassificação teve como objetivo possibilitar o desinvestimento dessas NTN-B com vencimento em 2024 e 2035, substituindo-as por títulos de maior *duration*, conforme oportunidades de mercado.

Estudos realizados, em novembro de 2012 (*ALM - Asset Liability Management*),

mostraram que o alongamento da carteira de ativos reduzirá o risco de reinvestimento sem comprometimento da liquidez do Regulamento Geral.

Os ganhos decorrentes da reclassificação dos títulos mantidos até o Vencimento e títulos para Negociação foram reconhecidos imediatamente no resultado de 2012 pelo valor de R\$ 15.367.

Em 2013 não houve reclassificação de títulos entre as categorias definidas pela Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor contábil por vencimento está distribuído da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2013	2012
A vencer em até um ano	23.636	73.249
A vencer entre um e cinco anos	708.918	987.200
A vencer após cinco anos	1.973.637	1.622.820
Vencimento indeterminado	717.033	723.928
<b>Total</b>	<b>3.423.224</b>	<b>3.407.197</b>

g. Composição da carteira de investimentos do Plano PrevMais

TÍTULOS	Vencimento	Quantidade	PU Mercado	2013		2012	
				Custo Atualizado	Valor de Mercado/ Valor Contábil	Custo Atualizado	Valor de Mercado/ Valor Contábil
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>				<b>17.340</b>	<b>17.340</b>	<b>15.939</b>	<b>15.939</b>
<b>Instituição Financeira</b>				<b>17.340</b>	<b>17.340</b>	<b>15.939</b>	<b>15.939</b>
CDB	27/03/2014	15.000	1.155,9798	17.340	17.340	15.939	15.939
<b>Fundos de Investimentos</b>				<b>541.303</b>	<b>541.303</b>	<b>602.716</b>	<b>602.716</b>
<b>Renda Fixa</b>				<b>493.609</b>	<b>493.609</b>	<b>580.845</b>	<b>580.845</b>
Fundo de Renda Fixa	Indeter.			493.609	493.609	580.845	580.845
<b>Ações</b>				<b>47.694</b>	<b>47.694</b>	<b>21.871</b>	<b>21.871</b>
Fundo de Ações	Indeter.			47.694	47.694	21.871	21.871
<b>(a) Total dos títulos para negociação</b>				<b>558.643</b>	<b>558.643</b>	<b>618.655</b>	<b>618.655</b>

TÍTULOS	Vencimento	Quantidade	PU Mercado	2013		2012	
				Valor de Mercado	Custo Atualizado/ Valor Contábil	Valor de Mercado	Custo Atualizado/ Valor Contábil
<b>Títulos Públicos Federais</b>				<b>101.945</b>	<b>122.476</b>	-	-
<b>Notas do Tesouro Nacional</b>				<b>101.945</b>	<b>122.476</b>	-	-
NTN-B	15/08/2050	45.425	2.244,24	101.945	122.476	-	-
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>				<b>88.286</b>	<b>88.286</b>	<b>45.201</b>	<b>45.201</b>
<b>Instituições Financeiras</b>				<b>88.286</b>	<b>88.286</b>	<b>41.609</b>	<b>41.609</b>
CDB	01/02/2013	10.000	1.664,80	-	-	16.648	16.648
CDB	18/03/2013	5.000	1.882,55	-	-	9.413	9.413
DPGE	24/05/2013	5.000	1.185,15	-	-	5.926	5.926
DPGE	24/05/2013	8.000	1.202,79	-	-	9.622	9.622
LF	16/01/2019	36	1.086.249,91	39.105	39.105	-	-
LF	25/08/2020	8	1.041.733,17	8.334	8.334	-	-
LF	11/11/2023	40	1.021.170,45	40.847	40.847	-	-
<b>Companhias Abertas</b>						<b>3.592</b>	<b>3.592</b>
Debêntures	01/01/2013	2.500	1.437,06	-	-	3.592	3.592
<b>Fundos de Investimentos</b>				<b>40.405</b>	<b>40.405</b>	<b>39.216</b>	<b>39.216</b>
<b>Renda Fixa</b>				<b>2.746</b>	<b>2.746</b>	-	-
Fundo de Renda Fixa	01/03/2015			2.746	2.746	-	-
<b>Ações</b>				<b>4.467</b>	<b>4.467</b>	-	-
Fundo de Ações	10/06/2018			4.467	4.467	-	-
<b>Direitos Creditórios</b>				<b>32.363</b>	<b>32.363</b>	<b>39.216</b>	<b>39.216</b>
FIDC	01/01/2014			-	-	10.793	10.793
FIDC	29/10/2014			2.540	2.540	5.070	5.070
FIDC	01/04/2015			1.634	1.634	2.595	2.595
FIDC	15/01/2016			5.064	5.064	6.799	6.799
FIDC	20/03/2016			363	363	8.901	8.901
FIDC	10/09/2016			7.008	7.008	3.928	3.928
FIDC	31/12/2017			1.675	1.675	771	771
FIDC	12/03/2018			12.358	12.358	-	-
FIDC	30/10/2022			1.721	1.721	359	359
<b>Participações</b>				<b>829</b>	<b>829</b>	-	-
Fundo de Participações	14/12/2021			71	71	-	-
Fundo de Participações	28/06/2022			19	19	-	-
Fundo de Participações	10/06/2025			739	739	-	-
<b>(b) Total dos títulos mantidos até o vencimento</b>				<b>230.636</b>	<b>251.167</b>	<b>84.417</b>	<b>84.417</b>
<b>(a) + (b) Total da Carteira</b>				<b>789.279</b>	<b>809.810</b>	<b>703.072</b>	<b>703.072</b>

Em 31 de dezembro de 2013, o valor contábil por vencimento está distribuído da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2013	2012
A vencer em até um ano	19.880	45.201
A vencer entre um e cinco anos	74.420	54.796
A vencer após cinco anos	174.207	359
Vencimento indeterminado	541.303	602.716
<b>Total</b>	<b>809.810</b>	<b>703.072</b>

### Perfil de Investimentos

Desde 01 de julho de 2009, o Economus oferece opção de perfis de investimentos para os participantes do plano PrevMais. São quatro opções de perfis de investimento oferecidas: Conservador, Moderado, Agressivo e Super

agressivo. A cada quatro meses (janeiro, maio e setembro) o Economus oferece ao participante a possibilidade de opção de troca de perfis de investimentos.

Abaixo, apresentamos a composição dos perfis de investimentos em 31 de dezembro de 2013:

PERFIL	Qtd. Participantes (*)	Volume dos recursos (**)	Rentabilidade (%)
Conservador	8.164	457.384	8,09%
Moderado	765	36.545	6,41%
Agressivo	609	34.028	4,70%
Super Agressivo	366	21.679	3,05%
<b>Total</b>	<b>9.904</b>	<b>549.636</b>	

(\*) Considera os participantes ativos, autopatrocinados, BPD e OPP (participantes desligados do Plano/Patrocinadora, aguardando concessão de benefício/extrato de desligamento, aguardando opção pelos Institutos ou suspensos).

(\*\*) Soma dos Fundos A, B e C e Recursos Portados.

### h. Composição da carteira de investimentos do Plano de Gestão Administrativa

TÍTULOS	Vencimento	Quantidade	PU Mercado	2013		2012	
				Custo Atualizado	Valor de Mercado/ Valor Contábil	Custo Atualizado	Valor de Mercado/ Valor Contábil
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>				<b>982</b>	<b>982</b>	<b>903</b>	<b>903</b>
<b>Instituição Financeira</b>				<b>982</b>	<b>982</b>	<b>903</b>	<b>903</b>
CDB	27/03/2014	850	1.155,98	982	982	903	903
<b>Fundos de Investimentos</b>				<b>17.360</b>	<b>17.360</b>	<b>18.738</b>	<b>18.738</b>
<b>Renda Fixa</b>				<b>17.360</b>	<b>17.360</b>	<b>18.738</b>	<b>18.738</b>
Fundo de Renda Fixa	Indeter.			17.360	17.360	18.738	18.738
<b>(a) Total dos títulos para negociação</b>				<b>18.342</b>	<b>18.342</b>	<b>19.641</b>	<b>19.641</b>

TÍTULOS	Vencimento	Quantidade	PU Mercado	2013		2012	
				Valor de Mercado	Custo Atualizado/ Valor Contábil	Valor de Mercado	Custo Atualizado/ Valor Contábil
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>				<b>1.086</b>	<b>1.086</b>	-	-
<b>Instituições Financeira</b>				<b>1.086</b>	<b>1.086</b>	-	-
LF	16/01/2019	1	1.086.249,91	1.086	1.086	-	-
<b>(b) Total dos títulos mantidos até o vencimento</b>				<b>1.086</b>	<b>1.086</b>	-	-
<b>(a) + (b) Total da Carteira</b>				<b>19.428</b>	<b>19.428</b>	<b>19.641</b>	<b>19.641</b>

Em 31 de dezembro de 2013, o valor contábil por vencimento está distribuído da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2013	2012
A vencer em até um ano	982	-
A vencer entre um e cinco anos	1.086	903
Vencimento indeterminado	17.360	18.738
<b>Total</b>	<b>19.428</b>	<b>19.641</b>

### 5.4. Permanente

A composição do ativo permanente está demonstrada como segue:

PERMANENTE	2012	Adições	Baixa	Depreciações e amortizações	2013
<b>Imobilizado</b>					
Móveis e utensílios	205	2	-	(30)	177
Máquinas e equipamentos	1.005	448	(3)	(260)	1.190
Veículos	73	-	-	(19)	54
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>1.283</b>	<b>450</b>	<b>(3)</b>	<b>(309)</b>	<b>1.421</b>
<b>Intangível</b>					
Software	769	57	-	(197)	629
<b>Total do Permanente</b>	<b>2.052</b>	<b>507</b>	<b>(3)</b>	<b>(506)</b>	<b>2.050</b>

## 5.5. Gestão assistencial

A partir do exercício de 2010, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, que operam plano de assistência à saúde aos seus participantes e assistidos, passaram a utilizar as regras da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para os registros contábeis. Portanto, as demonstrações contábeis dos planos assistenciais administrados pelo Economus, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela ANS, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) e pela Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC).

As demonstrações contábeis e as notas explicativas da gestão assistencial são apresentadas de forma segregada às demonstrações dos planos previdenciais e plano de gestão administrativa, mas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme apresentado nas informações suplementares.

Nos demonstrativos contábeis consolidados, elaborados em conformidade com os normativos do CNPCC e PREVIC, são apresentados apenas os saldos totais do Ativo, Passivo e movimentos patrimoniais ocorridos no plano assistencial. Os valores de forma analítica são apresentados nos demonstrativos assistenciais elaborados em conformidade com as normas da ANS.

## 5.6. Exigível Operacional

Compete a este grupo o registro dos compromissos a pagar da Entidade, segregados em gestão previdencial, administrativa e de investimentos.

A composição do exigível operacional da gestão previdencial, administrativa e de investimentos, está demonstrada como segue:

EXIGÍVEL OPERACIONAL	2013	2012
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>8.479</b>	<b>8.565</b>
Benefícios a pagar	1.450	1.832
Retenções a recolher	4.976	4.435
Outras exigibilidades (a)	2.053	2.298
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>7.007</b>	<b>5.524</b>
Pessoal e encargos	1.640	1.447
Fornecedores a pagar	4.611	3.468
Retenções a recolher	756	609
<b>Investimento</b>	<b>817</b>	<b>436</b>
Investimentos imobiliários	2	46
Empréstimos e financiamentos	82	39
Relacionados com o disponível	731	351
Outras Exigibilidades (b)	2	-
<b>Total do exigível operacional</b>	<b>16.303</b>	<b>14.525</b>

(a) Outras exigibilidades referem-se à taxa de administração e contribuições a repassar entre os planos de benefícios.

(b) Refere-se ao valor a pagar de consultoria técnica dos investimentos imobiliários do Plano Regulamento Geral.

## 5.7. Exigível contingencial

O Economus tem ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros ramos do Direito.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão no montante estimado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

A composição do exigível contingencial das ações classificadas como prováveis está demonstrada como segue:

	2012	Adições	Atualização	Baixas	2013
<b>ATIVO - Depósitos</b>					
Fiscais (a)	16.373	1.074	206	-	17.653
Trabalhistas (b)	44.125	13.597	2.905	(1.260)	59.367
Outras (c)	4.569	-	412	(186)	4.795
<b>Subtotal</b>	<b>65.067</b>	<b>14.671</b>	<b>3.523</b>	<b>(1.446)</b>	<b>81.815</b>
<b>PASSIVO - Provisões</b>					
Fiscais (a)	18.012	1.102	355	(49)	19.420
Trabalhistas (b)	61.256	18.488	2.905	(1.233)	81.416
Outras (c)	4.568	-	414	(186)	4.796
Cíveis (d)	81	521	3	(2)	603
<b>Subtotal</b>	<b>83.917</b>	<b>20.111</b>	<b>3.677</b>	<b>(1.470)</b>	<b>106.235</b>

(a) **Fiscais:** são compostas, basicamente, de:

(i) Mandado de Segurança PIS/COFINS, impetrado em 2006, teve liminar concedida e os valores apurados passaram a ser depositados judicialmente. Contabilmente, estão provisionados, em 2013, R\$ 8.208 (R\$ 7.155 em 2012) e depositados judicialmente em 2013, R\$ 8.108 (R\$ 7.033 em 2012).

(ii) Depósitos judiciais convertidos em renda da União. Com a edição da Medida Provisória 2222, de 04/09/2001, que dispôs sobre o Regime Especial de Tributação (RET), o Economus desistiu das ações em andamento. Os depósitos judiciais referentes ao PIS e COFINS, efetuados de abril de 2000 a dezembro de 2002, totalizando R\$ 3.751 (provisão e depósito em 2009 e 2010), foram convertidos em renda da União, aguardando julgamento dos processos em andamento junto à Receita Federal do Brasil para finalização dos procedimentos contábeis.

(iii) O Economus provisionou e depositou judicialmente valores devidos a título de IPTU dos bens constantes do Imobilizado. Em 2007, aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado da Prefeitura do Município de São Paulo, aguardando decisão. Em 2013, estão depositados e provisionados R\$ 5.248 (R\$ 5.072 em 2012).

(b) **Trabalhistas:** são compostas por ações interpostas por participantes e ex-participantes do Regulamento Geral nº 1, Regulamento Geral nº 2 e Regulamento Geral e acompanha-

das por escritórios de advocacia especializados.

Atualmente, o Economus reconhece em seu Ativo (Outros Realizáveis - Nota 5.1) o reembolso, por parte do Patrocinador Banco do Brasil S.A., dos valores referentes aos depósitos judiciais e recursais efetuados pelos Planos de Benefícios Regulamento Complementar nº 2 e Regulamento Complementar nº 1, compreendendo o período de novembro/2009 a dezembro/2013.

O acréscimo do passivo trabalhista previdencial no exercício de 2013 reflete a movimentação de fase processual das reclamações trabalhistas, de instrução para recurso, ocasião em que o processo é classificado como provável.

(c) **Outras:** são compostas por ações de outros ramos do Direito, basicamente do Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2 e seguro de vida. Contabilmente estão provisionados em 2013 no valor total de R\$ 4.795, (R\$ 4.568 em 2012), e depositados judicialmente em 2013 no valor total de R\$ 4.795, (R\$ 4.569 em 2012).

Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) Prefeitura de São Paulo

Em 2007, o Economus aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado da Prefeitura de São Paulo, instituído pela Lei 14.129/06 de 11/01/2006. O PPI é um programa cuja

finalidade é oferecer oportunidade para que as pessoas físicas ou jurídicas possam quitar seus débitos tributários e não tributários e, assim, regularizar a situação perante o Município de São Paulo, com redução de até 75% da multa e 100% dos juros de mora.

Os débitos incluídos estão em fase de homologação e são relacionados ao IPTU, ITBI e ISS.

O montante atualizado, em 31 de dezembro de 2013, dos débitos incluídos no parcelamento é de R\$ 5.248 (R\$ 5.072 em 2012) para IPTU, R\$ 178 (R\$ 166 em 2012) para ITBI e R\$ 1.667 (R\$ 1.519 em 2012) para o ISS.

**(d) Cível:** são compostas por ações em andamento na justiça comum, com provisionamento, em 2013, de R\$ 603 (R\$ 81 em 2012).

O Economus possui ações de natureza trabalhista e cível que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificados pela Administração e por seus advogados como possível, estando assim representadas:

NATUREZA	Descrição do objeto	2013 Expectativa de Perda Possível	2012 Expectativa de Perda Possível
<b>TRABALHISTA</b>			
Ações do Regulamento Geral	Diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, concessão ou revisão de benefício.	13.144	7.140
<b>CÍVEL</b>			
Ações Cíveis Regulamento Geral	Concessão ou revisão de benefícios previdenciários	9.975	321
<b>Subtotal trabalhista e cível</b>		<b>23.119</b>	<b>7.461</b>
<b>ADMINISTRATIVO</b>			
Seguro de vida	Ações cíveis, seguro de vida em grupo, indenização seguro de vida e acidentes/manutenção apólice	5.741	3.637
Ex-empregados do Economus	Verbas trabalhistas/reintegração ao emprego	92	-
Ex-empregados do Economus	Restabelecimento do plano de saúde/revisão do índice de reajuste	56	-
<b>Subtotal administrativo</b>		<b>5.619</b>	<b>3.637</b>
<b>INVESTIMENTO</b>			
Ações Cíveis – Empréstimo	Empréstimo a participante	14	-
Imóveis – Regulamento Geral	Imóveis	1.069	-
<b>Subtotal investimento</b>		<b>1.083</b>	<b>-</b>
<b>Total das ações com risco de perda possível</b>		<b>29.821</b>	<b>11.098</b>

## 5.8. Provisões matemáticas

a. A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 pode ser resumida como segue:

	1º de janeiro de 2013	Constituição no exercício	31 de dezembro de 2013
<b>Provisões matemáticas</b>	<b>4.525.800</b>	<b>379.913</b>	<b>4.905.713</b>
<b>Benefícios concedidos</b>	<b>3.519.151</b>	<b>313.504</b>	<b>3.832.655</b>
Benefícios do plano	3.519.151	313.504	3.832.655
<b>Benefícios a conceder</b>	<b>1.384.975</b>	<b>59.358</b>	<b>1.444.333</b>
Benefícios do plano com a geração atual	1.385.581	59.281	1.444.862
(-) Outras contribuições da geração atual	(606)	77	(529)
<b>(-) Provisões matemáticas a constituir</b>	<b>(378.326)</b>	<b>7.051</b>	<b>(371.275)</b>

As provisões matemáticas a constituir totalizaram R\$ 371.275, referentes ao valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos patrocinadores, participantes (saldados, não saldados e autopatrocinados) e

assistidos, dos quais está sendo descontada contribuição extraordinária (déficit equacionado de 2005 e 2009), sendo recolhida ao plano de benefícios do Regulamento Geral de forma paritária.

## Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral) Déficit Equacionado 2005

	2013	2012
Valor contratado	247.989	247.989
Saldo devedor atual	357.156	347.032
Prazo de amortização pactuado (1)	311 meses	311 meses
Prazo de amortização restante	244 meses	257 meses
Valor das parcelas (2)	2.438	2.345
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 6%	INPC + 6%

(1) Na Avaliação Atuarial de 31/12/2010 foi alterado o método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao Déficit Equacionado - 2005 que passou para o Método Price. O prazo médio referencial estimado para amortização extraordinária do déficit técnico foi fixado em 311 meses contados a partir de abril de 2011.

(2) Valor das contribuições de equacionamento do déficit arrecadadas no mês de dezembro, sem a 13ª contribuição.

## Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral) Déficit Equacionado 2009

DESCRIÇÃO	2013	2012
Valor contratado (1)	69.429	69.429
Saldo devedor atual	14.120	31.293
Prazo de amortização pactuado (1)	52 meses	52 meses
Prazo de amortização restante	11 meses	22 meses
Valor das parcelas (2)	1.874	1.489
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 6%	INPC + 6%

(1) O valor da Provisão Matemática a Constituir e o prazo de amortização estão definidos na Avaliação Atuarial de 31/12/2009.

(2) Valor das contribuições de equacionamento do déficit arrecadadas no mês de dezembro, sem a 13ª contribuição.

## b. Demonstrativo da composição das provisões matemáticas por planos

	Regulamento Geral	Regulamento Complementar nº 1	Regulamento Complementar nº 2	PrevMais	Total
Exigível atuarial	4.151.185	14.643	7.636	732.249	4.905.713
Benefícios concedidos	3.639.720	8.541	1.781	182.613	3.832.655
Benefícios a conceder	882.740	6.102	5.855	549.636	1.444.333
(-) Provisões matemáticas a constituir	(371.275)	-	-	-	(371.275)

O Economus, junto com a empresa Gama Consultores Associados, responsável técnico-atuarial pelos planos de benefícios administrados, realizou testes estatísticos retrospectivos, abrangendo dados históricos de todas as premissas demográficas e biométricas, bem como a de premissas econômico-financeiras por método prospectivo, utilizadas no cálculo das Provisões Matemáticas dos Planos de Benefícios.

Com relação à premissa biométrica "Mortalidade Geral", o Economus utiliza, para os planos Regulamento Geral, Re-

gulamento Complementar nº 1 e Regulamento Complementar nº 2, a Tábua de Mortalidade AT 2000 M&F agravada em 60% e para o plano PrevMais, a Tábua de Mortalidade AT 2000 F que, conforme testes aplicados pela Gama, mostraram-se aderentes às características da população analisada.

A seguir, os quadros das Premissas e Hipóteses Atuariais adotadas para os planos de benefícios administrados pelo Economus, em 2013 e 2012:

## a. Regulamento Complementar nº 1

PREMISSAS E HIPÓTESES	Hipóteses 2013	Hipóteses 2012
Taxa Real Anual de Juros	4,3%	4,3%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real – Benefícios	0,97	0,97
Tábua de Mortalidade	AT 2000 M&F (A60)	AT 2000 M&F (A60)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 DISABLE M	RP 2000 DISABLE M
Tábua de Morbidez	EX-ECONOMUS II	EX-ECONOMUS I

## b. Regulamento Complementar nº 2

PREMISSAS E HIPÓTESES	Hipóteses 2013	Hipóteses 2012
Taxa Real Anual de Juros	4,3%	4,3%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real - Salários	1	1
Fator de Determinação Valor Real - Benefícios	0,97	0,97
Tábua de Mortalidade	AT 2000 M&F (A60)	AT 2000 M&F (A60)

## c. Regulamento Geral

PREMISSAS E HIPÓTESES	Hipóteses 2013	Hipóteses 2012
Taxa Real Anual de Juros	5,75%	6%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real – Salários	1	1
Fator de Determinação Valor Real – Benefícios	0,97	0,97
Tábua de Mortalidade	AT 2000 M&F (A60)	AT 2000 M&F (A60)
Tábua de Mortalidade de Inválidos (a)	RP 2000 DISABLE M	RP 2000 DISABLE M
Tábua de Entrada em Invalidez	Zimmer (D26)	Zimmer (D26)
Tábua de Rotatividade	EX-ECONOMUS Ajuste Gráfico	EX-ECONOMUS Ajuste Gráfico
Tábua de Morbidez	EX-ECONOMUS II	EX-ECONOMUS I
Composição da Família de Pensionistas	Composição Familiar Real	Composição Familiar Real

(a) Os testes estatísticos aplicados mostraram que a tábua RP 2000 DISABLE M é mais aderente à massa de beneficiários do plano. As hipóteses foram implementadas de forma gradativa, assumindo 50% do impacto com a alteração da tábua na avaliação atuarial de 2011 e a sua adoção integral a partir de junho/2012.

Diante da atual conjuntura econômica do país com perspectiva de taxa de juros baixa, bem como a necessidade de se adequar aos novos parâmetros estabelecidos pela Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09/2012, que determina que a taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefício deverá ser reduzida, ano a ano, em 0,25 ponto percentual a partir da avaliação atuarial do exercício de 2013 e até a avaliação do exercício de 2018, o Economus

alterou a taxa real de juros de 6% a.a. para 5,75% a.a.

A Entidade iniciou estudos visando à alteração dos regimes financeiros (regime de repartição simples e repartição de capitais de cobertura), atualmente adotados para os cálculos das reservas técnicas referentes ao custeio dos benefícios de risco assegurados pelo plano do Regulamento Geral para o regime de capitalização, tendo em vista as características do plano.

No Plano de Benefícios do Regulamento Geral em observância ao disposto na Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 13, de 14 de novembro de 2013, o déficit, se inferior a 10% das Provisões Matemáticas deve ser equacionado até o final do exercício subsequente ao da apuração do terceiro

resultado deficitário anual consecutivo. Como o déficit acumulado foi de 4,04% da soma das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder estruturados em Benefício Definido e no ano anterior o plano apresentou superávit, não há necessidade do equacionamento imediato.

#### d. PrevMais

PREMISSAS E HIPÓTESES	Hipóteses 2013	Hipóteses 2012
Taxa Real Anual de Juros	5%	5%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de determinação Valor Real - Salários	1	1
Fator de determinação Valor Real - Benefícios	0,97	0,97
Crescimento Real de Salário	1,99%	2,15%
Tábua de Mortalidade	AT 2000 F	AT 2000 F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI – 85 Female	MI – 85 Female
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller	Light Fraca agravada em 150%
Tábua de Rotatividade	GAMA/ROT Exp. Economus 2011 (taxa média de 0,90% ao ano até a idade de aposentadoria, e nula após esta idade)	EX-ECONOMUS Ajuste Gráfico (taxa média de 1,20%)
Tábua de Morbidez	EX-ECONOMUS II (D20%)	EX-ECONOMUS II

#### 5.9. Superávit/Déficit técnico

A composição do superávit/déficit técnico por plano de benefício, findo em 31 de dezembro de 2013, pode ser resumida como segue:

Superávit/(Déficit) Técnico	Plano de benefícios do Regulamento Geral	Plano de benefícios do Regulamento Complementar 1	Plano de benefícios do Regulamento Complementar 2	PrevMais	Total
Resultado realizado em 01/01/2013	(400.394)	2.591	3.449	237	(394.117)
Resultado Líquido Previdencial	(246.853)	1.072	(67)	65.929	(179.919)
Resultado Líquido Investimentos	285.679	845	908	47.802	335.234
Atualização Provisão Matemática	(263.303)	(617)	365	(116.358)	(379.913)
Fundos Previdencias	-	(2.509)	78	5.110	2.679
Resultado realizado em 31/12/2013	(624.871)	1.382	4.733	2.720	(616.036)
Resultados a realizar	441.975	-	-	-	441.975
Equilíbrio Técnico em 31/12/2013 (i)	(182.896)	1.382	4.733	2.720	(174.061)

(i)vide nota 3.j. I

#### 5.10. Fundos

A composição e evolução dos fundos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

FUNDOS	2012	Constituições	Reversões	2013
<b>Fundos Previdenciais</b>	<b>126.200</b>	<b>15.466</b>	<b>(18.145)</b>	<b>123.521</b>
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	4.033	816	-	4.849
PrevMais	4.033	816	-	4.849
Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	122.167	14.650	(18.145)	118.672
Regulamento Complementar nº 2	7.057	42	(121)	6.978
Regulamento Complementar nº 1	8.687	2.510	-	11.197
PrevMais	106.423	12.098	(18.024)	100.497
<b>Fundos Administrativos</b>	<b>26.792</b>	<b>50.820</b>	<b>(43.263)</b>	<b>34.349</b>
Plano de Gestão Administrativa	26.792	50.820	(43.263)	34.349
<b>Fundos dos Investimentos</b>	<b>1.721</b>	<b>831</b>	<b>(62)</b>	<b>2.490</b>
Fundo de contingências de empréstimos	1.721	831	(62)	2.490
<b>Total dos fundos</b>	<b>154.713</b>	<b>67.117</b>	<b>(61.470)</b>	<b>160.360</b>

Os valores dos Fundos Previdenciais são compostos pelo:

- Fundo de Reversão – PrevMais, constituído pelas parcelas patronais não resgatáveis de Participantes que optaram pelo Instituto do Resgate e que se destinam à cobertura da Conta Coletiva do Plano ou a outra finalidade aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, conforme consta no regulamento do plano;
- Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial – Regulamento Complementar nº 2, refere-se ao Fundo de Oscilação de Risco, constituído atuarialmente e destinado à cobertura de eventuais oscilações técnicas do plano;
- Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial – Regulamento Complementar nº 1, referem-se ao Fundo de Oscilação de Risco, constituído

atuariamente e destinado à cobertura de eventuais oscilações técnicas do Plano e ao Fundo de Cobertura de Alteração de Regimes Financeiros, constituído para suportar, mesmo que parcialmente, eventual alteração dos regimes financeiros dos benefícios de risco do plano para o regime de Capitalização; e

- Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial – PrevMais, fundo constituído em decorrência da capitalização dos benefícios de risco e que teve como origem primária de recursos o Fundo de Oscilação de Risco, mantido pelo plano até a capitalização dos benefícios de risco, ocorrida em 31 de dezembro de 2011, e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo este fundo dimensionado atuarialmente e destinado a custear os benefícios de risco do Plano.

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir o pagamento das despesas relativas à manutenção da estrutura administrativa do Economus. É constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na equação entre as receitas, despesas e rendimentos auferidos dos investimentos da Gestão Administrativa.

Participação no Fundo Administrativo	2013	2012
Fundo administrativo do Regulamento Complementar n° 1	1.120	806
Fundo administrativo do Regulamento Complementar n° 2	2.003	1.691
Fundo administrativo do Regulamento Geral	21.569	17.616
Fundo administrativo PrevMais	9.657	6.679
<b>Total do Fundo Administrativo</b>	<b>34.349</b>	<b>26.792</b>

O Fundo dos investimentos destina a constituição de garantia de empréstimos para cobertura do saldo devedor de empréstimos a participantes ativos e assistidos.

Fundo dos Investimentos	2013	2012
Fundo dos investimentos do Regulamento Geral	2.219	1.554
Fundo dos investimentos PrevMais	271	167
<b>Total dos Fundos de investimentos</b>	<b>2.490</b>	<b>1.721</b>

## 6. Recursos para gestão administrativa

A composição dos recursos oriundos de outras gestões para a gestão administrativa é a seguinte:

Recursos oriundos de outros planos	2013	2012
Gestão previdencial - custeio administrativo	20.375	18.677
Gestão assistencial	21.820	19.540
Gestão de investimentos	5.970	5.376
<b>Total</b>	<b>48.165</b>	<b>43.593</b>

## 7. Consolidação das demonstrações contábeis

Em atendimento ao disposto no item 9.1, Anexo "C" da Resolução CNPC n° 8, de 2011 e os itens 28 e 29 da instrução SPC n° 34, de 2009, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por planos de benefícios e consolidados. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores da participação do fundo administrativo nos planos previdenciais, superávit e déficit técnico. O Economus, ao efetuar a consolidação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013, anulou as seguintes operações que apresentavam reflexos em duplicidade na consolidação.

Data	Conta Contábil	Nome da Conta Contábil	Valor R\$ Mil
31/12/2013	1223	Participação no Plano de Gestão Administrativa	(34.349)
31/12/2013	2312010101	Reserva de Contingência	3.116
31/12/2013	2312010102	Reserva Especial para Revisão do Plano	109
31/12/2013	23120102	(-) Déficit Técnico Acumulado	(3.225)
31/12/2013	23220201	Participação no Fundo de Gestão Administrativa	34.349

## 8. Apresentação da demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) Consolidado

Conforme autoriza o item 17.1 do Anexo "C", da Resolução CNPC n° 8 de 2011, o Economus apresentou no exercício social de 2012 e apresenta no exercício social de 2013 a

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa de forma consolidada, conforme estabelecido no Regulamento do PGA.

## 9. Ativo contingente

O Economus é beneficiário de crédito perseguido na ação ordinária ajuizada pela ABRAPP (substituta processual de diversas entidades de previdência complementar, dentre elas o Economus), em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), do BNDES e da União Federal. A ação objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs) e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos. Propõe-se a adoção do IPC, em vez do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

Em que pese o trânsito em julgado da decisão de mérito, o

processo ainda está em fase de execução, tendo sido recentemente apresentados embargos à execução pela União Federal, sucessora do FND. Também foi interposta Ação Rescisória pela União Federal contra o acórdão que já havia transitado em julgado, estando atualmente em curso o prazo para apresentação de defesa. À luz da Resolução n° 1.180/09 do CFC, por não existirem evidências quanto à data e ao valor de liquidação, a Entidade não contabilizou os referidos rendimentos, uma vez que se caracteriza apenas como "provável", e não "praticamente certa", a entrada de benefícios econômicos futuros.

## 10. Outras informações

### a. Investimento em controlada – Desmobilização

A Economus – Administração e Corretora de Seguros Ltda.- em liquidação extrajudicial foi constituída em 23 de fevereiro de 1987, tendo como quotista majoritário o Economus – Instituto de Seguridade Social.

Conforme disposto na resolução CMN 3.792, de 24 de setembro de 2009, o acionista majoritário Economus não pode ter investimentos relevantes em outras empresas. A

Corretora encontra-se em liquidação extrajudicial, desde 31 de dezembro de 2005.

### b. Apólice n° 745 - Seguro de vida em grupo funcionários

A Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco Nossa Caixa S.A. (AFACEESP) impetrou Mandado de Segurança, para a manutenção dos autores na apólice de Seguro de Vida em Grupo n° 745. Liminar foi concedida em

18 de junho de 2005 e os valores descontados em holerite dos aposentados e pensionistas dos planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2 e Regulamento Geral, inclusive funcionários ativos do Banco do Brasil S.A., do extinto Banco Nossa Caixa S.A., são

repassados mensalmente para a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP).

O Economus – Instituto de Seguridade Social é o estipulante da apólice, por onde transitam os valores recebidos e repassados para a COSESP.

### c. Informações Suplementares – Gestão Assistencial

Apresentamos a seguir as informações suplementares da gestão assistencial:

## Balanco Patrimonial Informações Suplementares da Gestão Assistencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ Mil)

ATIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>45.345</b>	<b>52.689</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>41.796</b>	<b>21.608</b>
Disponível	4	823	2.258	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	9	1.468	6.128
Realizável		<b>44.522</b>	<b>50.431</b>	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		683	501
Aplicações Financeiras	5	12.514	32.568	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		785	5.627
Aplicações Não Vinculadas		12.514	32.568	Débitos de Operações de Assistência à Saúde	10	12.653	6.947
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	22.405	17.512	Tributos e Encargos Sociais a recolher	11	2.320	774
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	6.1	7.671	10.318	Débitos Diversos	12	25.355	7.759
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	6.2	12.567	7.018	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>177.034</b>	<b>170.698</b>
Outros Créditos de Op. com Planos de Assistência à Saúde	6.3	2.167	176	Provisão para Ações Judiciais	13	177.034	170.698
Créditos Tributários e Previdenciários	7	1.205	351	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO/PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		<b>305.440</b>	<b>330.791</b>
Bens e Títulos a Receber	8	8.398	-	Reservas		<b>305.440</b>	<b>330.791</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>478.925</b>	<b>470.408</b>	Reservas de Lucros / Sobras / Retenções de Superávits		305.440	330.791
Realizável a Longo Prazo		<b>478.925</b>	<b>470.408</b>				
Aplicações Financeiras	5	315.394	314.668				
Aplicações Vinculadas a Provisão Técnica		1.507	-				
Aplicações Não Vinculadas		313.887	314.668				
Depósitos Judiciais e Fiscais	13	163.531	155.740				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>524.270</b>	<b>523.097</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>524.270</b>	<b>523.097</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração de Resultado Informações Suplementares da Gestão Assistencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde</b>		<b>224.610</b>	<b>222.295</b>
<b>Receitas com Operações de Assistência à Saúde</b>		<b>225.932</b>	<b>223.832</b>
Contraprestações Líquidas	15	225.932	223.832
<b>(-) Tributos Diretos de Op. com Planos de Assistência à Saúde da Operadora</b>		<b>(1.322)</b>	<b>(1.537)</b>
<b>Eventos Indenizáveis Líquidos</b>		<b>(222.962)</b>	<b>(213.961)</b>
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	16	(222.962)	(213.961)
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>1.648</b>	<b>8.334</b>
<b>Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora</b>		<b>22</b>	<b>149</b>
Outras Receitas Operacionais		22	149
<b>Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde</b>		<b>(19.536)</b>	<b>(13.307)</b>
Outras Despesas Operacionais de Operações com Plano de Assistência à Saúde		(16.717)	(13.307)
Provisão para Perdas Sobre Crédito		(2.819)	-
<b>Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. Com Planos de Saúde da Operadora</b>		<b>(5.596)</b>	<b>(5.594)</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>(23.462)</b>	<b>(10.418)</b>
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>17</b>	<b>(22.607)</b>	<b>(22.178)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>		<b>20.718</b>	<b>45.738</b>
Receitas Financeiras		32.333	51.451
Despesas Financeiras		(11.615)	(5.713)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>(25.351)</b>	<b>13.142</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração do Resultado Abrangente Informações Suplementares da Gestão Assistencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(25.351)</b>	<b>13.142</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(25.351)</b>	<b>13.142</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Social Informações Suplementares da Gestão Assistencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Reservas de Lucros/Sobras/Retenções de Superávit	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>317.649</b>	<b>317.649</b>
Lucro/Superávit /Prejuízo Líquido do Exercício	13.142	13.142
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>330.791</b>	<b>330.791</b>
Lucro/Superávit /Prejuízo Líquido do Exercício	(25.351)	(25.351)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>305.440</b>	<b>305.440</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Direto) Informações Suplementares da Gestão Assistencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
(+) Recebimentos de Plano Saúde	208.178	200.431
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	388.820	107.311
(+) Outros Recebimentos Operacionais	543	10.777
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(223.045)	(209.109)
(-) Pagamentos de Pessoal	(7.887)	(7.282)
(-) Pagamentos de Pró-Labore	(131)	(137)
(-) Pagamentos de Serviços Terceiros	(3.440)	(5.729)
(-) Pagamentos de Tributos	(8.868)	(10.766)
(-) Pagamentos de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(1.167)	(802)
(-) Aplicações Financeiras	(354.259)	(83.335)
<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>(1.256)</b>	<b>1.359</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	(179)	(243)
<b>Caixa Líquido das Atividades de Investimentos</b>	<b>(179)</b>	<b>(243)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA</b>	<b>(1.435)</b>	<b>1.116</b>
Caixa - Saldo Inicial	2.258	1.142
Caixa - Saldo Final	823	2.258
Ativos Livres no Início do Período	349.494	330.458
Ativos Livres no Final do Período	327.224	349.494
<b>AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES</b>	<b>(22.270)</b>	<b>19.036</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Informações suplementares da Gestão Assistencial

### 1. Informações gerais

O Economus – Instituto de Seguridade Social (“Economus” ou “Operadora”), CNPJ nº. 49.320.799/0001-92, com sede na Rua Quirino de Andrade, n.º 185, em São Paulo, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com autonomia para operar planos de assistência à saúde, conforme Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

A Gestão Assistencial do Economus tem por finalidade oferecer assistência à saúde suplementar, na modalidade de autogestão, aos funcionários do Banco do Brasil S.A. (oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A.), aos empregados do Economus e aos participantes do FEAS (PAMC e Básico) e do NOVO FEAS vinculados aos Regulamentos Geral e Complementar nº 1, e aos respectivos dependentes.

Nessa gestão são observadas as disposições descritas na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e alterações posteriores, nas Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), bem como no Estatuto Social do Economus, Regimentos Internos, Regulamento de cada plano de saúde e nas decisões proferidas pela Administração do Economus.

Em conformidade com o artigo 14º do Código Tributário Nacional, o Economus: (a) não distribui parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro; (b) não aplica seus recursos diretamente no exterior; e (c) mantém escrituração centralizada em sua sede, revestida das formalidades legais, sendo registradas suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

O Economus possui 50.685 vidas assistidas (52.217 vidas, em 2012) e administra os seguintes planos assistenciais:

Plano	Custeio	População 2013	População 2012	Principais características
Básico ANS nº 400.593/98-7	Banco do Brasil	128	128	Contratação: Coletivo por Adesão; Empregados ativos, aposentados dos planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2 e Regulamento Geral e seus dependentes, residentes na capital – São Paulo; Acomodação em enfermaria.
PAMC ANS nº 400.594/98-5	Banco do Brasil	623	665	Contratação: Coletivo por Adesão; Empregados ativos, aposentados dos planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2 e Regulamento Geral e seus dependentes, residentes no interior do Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.
PLUS ANS nº 400.597/98-0	Banco do Brasil	18.365	19.470	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos (admitidos até 31/12/00), aposentados dos planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2 e Regulamento Geral e seus dependentes;
	Autossustentável	8.962	12.025	Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
PLUS II ANS nº 435.934/01-8	Banco do Brasil	12.542	12.346	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos (admitidos a partir de 01/01/01), aposentados do plano Regulamento Geral e seus dependentes;
	Autossustentável	197	197	Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.

Plano	Custeio	População 2013	População 2012	Principais características
Básico FEAS ANS nº 400.595/98-3	FEAS	452	786	Contratação: Coletivo por Adesão; Aposentados e pensionistas dos planos Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Geral; Cobertura em todo Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.
PAMC FEAS ANS nº 400.596/98-1	FEAS	3.323	6.183	Contratação: Coletivo por Adesão; Aposentados e pensionistas dos planos Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Geral; Cobertura em todo Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.
NOVO FEAS ANS nº 469.503/13-8	NOVO FEAS	5.704	-	Contratação: Coletivo por Adesão; Aposentados e pensionistas assistidos pelo Economus; Ex-empregados que se desligaram do Básico FEAS e PAMC FEAS, entre 31/12/09 até a data de aprovação do regulamento; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
EcoSaúde II ANS nº 469.920/13-3	Economus	372	368	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados Ativos, aposentados e pensionistas do Economus; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento
	Autossustentável	17	49	Contratação: Coletivo Empresarial; Dependentes não preferenciais inscritos pelo titular até 31/07/05; Acomodação em apartamento.

## 2. Base de preparação das demonstrações contábeis

As informações suplementares da Gestão Assistencial foram elaboradas e apresentadas de acordo com o Plano de Contas Contábil Padrão instituído pela ANS, consoante às práticas contábeis emanadas pela Lei de Sociedades por Ações nº 6.404, de 1976, e suas alterações posteriores, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às operadoras de planos de saúde, e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), sendo as principais práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. Em cumprimento à Instrução Normativa nº 19, de 2009, as operadoras de planos de assistência à saúde vinculadas às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, deverão adotar integralmente o Plano de Contas Contábil Padrão da ANS, a partir de 1º de janeiro de 2010.

De acordo com a RN nº 85 e alterações posteriores, ficam definidas as categorias de formação de custo, ou seja, as formas de recebimento das contribuições dos participantes dos planos de saúde. No caso dos planos de saúde operados pelo Economus, em que o valor das contribuições é calculado após a realização da despesa, fica caracterizada a modalidade de "preço pós-estabelecido". Operadoras que registram planos de saúde desta modalidade ficam dispensadas da constituição das seguintes Provisões Técnicas: Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) e Provisão para Remissão, sendo necessária apenas a observância do Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA), que consiste em um limite mínimo de patrimônio social para que uma operadora possa administrar planos de saúde.

Nas demonstrações contábeis das informações suplementares da Gestão Assistencial, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual o

Economus atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais.

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Apuração do resultado: o resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios.

**Receitas:** as receitas são originadas, principalmente, pelas contribuições mensais dos mantenedores (Banco do Brasil S.A. e Economus), dos participantes e aposentados, conforme regulamento de cada plano de saúde, além da rentabilidade proveniente de aplicações do seu patrimônio, que obedecem ao disposto na Resolução ANS nº 159/07.

**Despesas:** os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas mensalmente pela rede credenciada, respeitando o regime de competência dos exercícios.

b. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como as estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, inclusive para passivos contingentes. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c. Ativos Circulantes

Os ativos são reconhecidos pelos valores de realização, atualizados, quando aplicável, pelos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d. Disponível - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários disponíveis em conta corrente e investimentos financeiros com vencimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

e. Aplicações financeiras

Os ativos financeiros da Gestão Assistencial foram classificados segundo a intenção do Economus nas seguintes categorias: "valor justo por meio do resultado" e "mantido até o vencimento".

Valor justo por meio de resultado: os ativos classificados nessa categoria foram adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, observando as condições de mercado e a estratégia adotada para essa carteira. Na precificação desses ativos foi considerado o preço justo de negociação do dia da apuração ou, quando não disponível, o preço justo de negociação no dia útil anterior.

Mantidos até o vencimento: os ativos classificados nessa categoria foram adquiridos com o propósito de não aliená-los, tendo em vista a correlação mantida com o passivo do plano. Esses ativos foram avaliados e precificados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, bem como decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

f. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Os créditos são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos ajustados pelas provisões estimadas para eventuais perdas.

g. Passivos Circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo as provisões constituídas, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

As provisões técnicas são constituídas em conformidade com os critérios estabelecidos pela ANS.

h. Passivos Não Circulantes

As provisões e obrigações a pagar após o término do exercício subsequente à data do balanço são classificadas como não circulante e estão atualizadas, quando aplicável, pelos encargos previstos.

As provisões de contingências são constituídas para os casos de probabilidade de perda provável cujo desembolso possa ser mensurável.

i. Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)

Um ativo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação ocorre nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

j. Provisões, passivos e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas de obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras, quando aplicável. No presente exercício não ocorreram ativos contingentes.

Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma saída de

recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas demonstrações contábeis e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

Os depósitos judiciais efetuados pelo Economus e as provisões contingenciais são atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, à exceção das provisões de seguro de vida, que são atualizadas pela taxa de poupança.

k. Provisões técnicas de operações assistenciais à saúde

São calculadas com base em metodologia estabelecida pela ANS, excetuando-se a provisão de eventos a liquidar, que é calculada com base nos recibos, faturas e notas fiscais dos prestadores de serviço de assistência à saúde efetivamente recebida pela operadora, conforme diretrizes da ANS.

l. Provisões para Perdas Sobre Crédito (PPSC)

É constituída para fazer face às potenciais perdas relativas aos créditos pendentes de recebimento, oriundos dos planos Básico, PAMC, PLUS, PLUS II, Básico FEAS, PAMC FEAS, NOVO FEAS e EcoSaúde II. A referida provisão é constituída em conformidade com o Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 290/12, a qual estabelece que, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato deverá ser provisionada.

m. Imposto de renda, contribuição social e contribuições

O Economus, por se tratar de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar e não ter fins lucrativos é isento da apuração de Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e discute judicialmente a sua não sujeição ao PIS e à COFINS.

n. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente está sendo apresentada, no entanto, sem movimento comparado ao exercício anterior.

#### 4. Disponível - Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos disponíveis abrangem saldos financeiros com realização em até três meses ou menos, a partir da data da contratação ou aquisição. Tais saldos são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão da operadora nas obrigações de curto prazo.

Abaixo, apresentamos a composição do caixa e equivalentes de caixa representados por numerários mantidos em conta corrente para pagamento de serviços de assistência à saúde e pelos valores para pagamento de despesas provisionadas em dezembro de 2013 e liquidadas em janeiro de 2014, conforme segue:

Caixa e equivalente de caixa	2013	2012
<b>Disponível</b>		
Contas correntes	823	2.258
Aplicações a vencer em até 90 dias	-	26.459
<b>Total do caixa e equivalente de caixa</b>	<b>823</b>	<b>28.717</b>

#### 5. Aplicações financeiras

Os ativos financeiros são aplicados no mercado financeiro em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Política de Investimento. Os princípios a serem observados na ges-

tão dos recursos visam a nortear os investimentos no horizonte de longo prazo, seguindo as premissas destacadas abaixo:

I. Proporcionar a manutenção do equilíbrio financeiro por meio de aquisição de títulos e valores mobiliários, observando as margens de alocações atribuídas pela Política de Investimento;

II. Buscar, dentro de princípios que valorizem a prudência e a segurança, atingir a micro e macro alocações previamente definidas, assim como alcançar o retorno esperado pretendido;

III. Buscar instrumentos financeiros que contribuam para a preservação patrimonial e que proporcionem a perenidade dos recursos;

IV. Gerenciar as carteiras de investimentos de forma a minimizar a probabilidade de ocorrência de falta de liquidez e de solvência para atendimento dos compromissos de curto, médio e longo prazos; e

V. Adotar procedimentos que se mostrem eficientes no tocante a mitigação de risco de mercado, de crédito, legal, sistêmico e de precificação de ativos.

Abaixo, apresentamos a composição dos ativos financeiros:

TÍTULOS	Nível Hierárquico	2013		2012	
		Custo Atualizado	Valor de Mercado	Custo Atualizado	Valor de Mercado
<b>A - Valor justo por meio de resultado</b>					
Fundos de Renda Fixa	2	77.687	77.687	189.179	189.179
Fundos de Renda Variável	2	47.750	47.750	35.128	35.128
		<b>125.437</b>	<b>125.437</b>	<b>224.307</b>	<b>224.307</b>
<b>B - Títulos mantidos até o vencimento</b>					
Fundos de Renda Fixa	2	15.006	15.006	9.966	9.966
Fundos de Renda Variável	2	11.305	11.305	12.723	12.723
Títulos Públicos Federais - NTN	2	73.955	64.322	-	-
Títulos Privados - CDB/RDB	2	75.331	75.331	77.583	77.583
Investimentos estruturados	2	26.874	26.874	22.657	22.657
		<b>202.471</b>	<b>192.838</b>	<b>122.929</b>	<b>122.929</b>
<b>Total dos ativos financeiros</b>		<b>327.908</b>	<b>318.275</b>	<b>347.236</b>	<b>347.236</b>

Abaixo, apresentamos a hierarquia do valor justo dos ativos financeiros:

Os diferentes níveis foram definidos, como segue:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente

(preços) ou indiretamente (derivado de preços);

- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

De acordo com o Pronunciamento Técnico - CPC 40, todos os investimentos financeiros estão enquadrados no nível hierárquico 2.

A seguir, demonstramos a composição de valores por vencimento:

Demonstração por vencimento	2013	2012
A vencer em até um ano	12.514	32.568
A vencer entre um e cinco anos	62.094	72.415
A vencer após cinco anos	116.825	7.568
Indeterminado	136.475	234.685
<b>Total</b>	<b>327.908</b>	<b>347.236</b>

#### a) Vinculadas a Provisões Técnicas

	Quantidade	Vencimento	2013		2012	
			Custo	Mercado		
<b>Renda Fixa</b>						
Títulos públicos Federais					-	-
Notas do Tesouro Nacional - B	668	12/08/2050	1.507	1.499	-	-
<b>Total dos Investimentos Vinculados a Provisões Técnicas</b>			<b>1.507</b>	<b>1.499</b>	-	-

#### b) Não Vinculadas a Provisões

	Rating	Quantidade	Vencimento	2013		2012
				Custo	Mercado	
<b>Renda Fixa</b>				<b>267.346</b>	<b>257.721</b>	<b>299.385</b>
<b>Títulos Públicos Federais</b>				<b>72.448</b>	<b>62.823</b>	-
Notas do Tesouro Nacional – B		6.400	18/08/2030	18.096	14.721	-
Notas do Tesouro Nacional – B		4.390	18/08/2030	12.233	10.098	-
Notas do Tesouro Nacional – B		2.087	18/08/2030	5.418	4.801	-
Notas do Tesouro Nacional – B		6.164	18/08/2030	15.917	14.178	-
Notas do Tesouro Nacional – B		4.121	18/08/2030	10.397	9.479	-
Notas do Tesouro Nacional – B		4.150	18/08/2030	10.387	9.546	-
<b>Títulos Privados*</b>				<b>75.331</b>	<b>75.331</b>	<b>77.583</b>
Certificado de Depósito Bancário	AAA*	10.000	29/07/2015	17.936	17.936	15.684
Certificado de Depósito Bancário			18/03/2013	-	-	9.413
Letras Financeiras	AA+*	16	16/01/2017	20.187	20.187	17.903
Letras Financeiras	AAA*	9	25/08/2020	9.376	9.376	-
Letras Financeiras	AA+*	15	11/11/2023	15.318	15.318	-
Depósito a Prazo com Garantia Especial	BBB*	10.000	25/09/2014	12.514	12.514	11.428
Depósito a Prazo com Garantia Especial			22/01/2013	-	-	8.519
Depósito a Prazo com Garantia Especial			30/07/2013	-	-	6.109
Depósito a Prazo com Garantia Especial			22/01/2013	-	-	8.527
				<b>92.693</b>	<b>92.693</b>	<b>199.145</b>
<b>Cotas de Fundos de Investimentos*</b>				<b>92.693</b>	<b>92.693</b>	<b>199.145</b>
Fundos de Renda Fixa				85.554	85.554	189.179
Fundo de Renda Fixa			01/03/2015	1.962	1.962	-
Fundo de Renda Fixa			14/12/2019	5.905	5.905	-
Fundo de Renda Fixa			Indeterminado	77.687	77.687	189.179
Fundos de Direitos Creditórios - FIDC				7.139	7.139	9.966
FIDC	brAAA*		01/04/2015	2.178	2.178	3.460
FIDC	brA+*		10/09/2016	2.475	2.475	2.458
FIDC	brA*		20/03/2016	145	145	3.560
FIDC	AA-*		30/10/2022	2.341	2.341	488
				<b>26.874</b>	<b>26.874</b>	<b>22.657</b>
<b>Investimentos estruturados</b>				<b>26.874</b>	<b>26.874</b>	<b>22.657</b>
Fundos de Participações				15.836	15.836	12.279
Fundos de Participações			22/09/2020	5.088	5.088	5.199
Fundos de Participações			01/09/2020	5.186	5.186	5.217
Fundos de Participações			13/11/2021	2.100	2.100	391
Fundos de Participações			14/12/2021	42	42	-
Fundos de Participações			28/06/2022	11	11	-
Fundos de Participações			26/10/2022	3.409	3.409	1.472
Fundos de Multimercado				11.038	11.038	10.378
Fundos de Multimercado			Indeterminado	11.038	11.038	10.378
<b>Renda Variável</b>				<b>59.055</b>	<b>59.055</b>	<b>47.851</b>
<b>Cotas de Fundos de Investimentos</b>				<b>59.055</b>	<b>59.055</b>	<b>47.851</b>
Cotas de Fundos de Investimentos			01/06/2015	11.305	11.305	12.723
Cotas de Fundos de Investimentos			Indeterminado	47.750	47.750	35.128
<b>Total dos Investimentos Não Vinculados a Provisões</b>				<b>326.401</b>	<b>316.776</b>	<b>347.236</b>

\* Rating atribuído pela Fitch

\* Rating atribuído pela Fitch, Moody's e Standard&Poors

## 6. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

### 6.1. Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos beneficiários dos planos de assistência à saúde administrados pela Operadora, conforme segue:

	2013		2012	
	Contraprestações a Receber Bruto	Provisão para Perdas Sobre Crédito	Contraprestações a Receber Líquido	Contraprestações a Receber Líquido
<b>Contraprestação</b>	<b>10.488</b>	<b>(2.817)</b>	<b>7.671</b>	<b>10.318</b>

As contraprestações pecuniárias referem-se às contribuições a receber dos beneficiários. São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de operação de planos de assistência à saúde.

O Economus observou, a partir do exercício de 2013, os critérios de constituição de Provisões para Perdas Sobre Créditos (PPSC) em conformidade com os normativos da ANS e constituiu provisão das contraprestações pecuniárias (mensalidade). Em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato deverá ser provisionada.

### 6.2. Créditos de Operações de Administração de Benefícios

Neste grupo, são registrados os valores a receber da taxa de administração e sua composição é representada da seguinte forma:

Créditos a receber	2013	2012
Taxa de administração do Mantenedor (Banco do Brasil)	310	1.214
Taxa de administração do Autossustentável (a)	12.148	5.581
Taxa de administração sobre os investimentos do FEAS	109	223
<b>Total dos créditos a receber</b>	<b>12.567</b>	<b>7.018</b>

(a) Em janeiro/2012, teve início a cobrança de taxa de administração do Autossustentável. Devido ao aumento significativo no número da sinistralidade do plano (consultas, terapias, exames e internações) e nos custos médicos e hospitalares em níveis superiores aos da inflação medida pelos índices gerais de preços, as contraprestações recebidas do Autossustentável não foram suficientes para fazer frente à taxa de administração.

## 6.3. Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Conforme descrito na RN nº 344, de 20 de dezembro de 2013, que altera o Anexo da RN nº 290, de 2012, passa a vigorar acrescido do Capítulo III – Modelo de Publicação da ANS, “Balanço Patrimonial - ATIVO”. Neste grupo são registradas participações dos beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis de Coparticipação a receber e outros valores a receber. Sua composição é representada da seguinte forma:

Outros créditos a receber	2013	2012
<b>Participação dos Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis</b>	<b>1.726</b>	<b>-</b>
Coparticipação a Receber	1.729	-
(-) Provisão para Perdas Sobre Crédito	(3)	-
<b>Outros Créditos de Operações com Planos</b>	<b>441</b>	<b>176</b>
Outros Créditos a Receber	441	176
<b>Total de outros créditos a receber</b>	<b>2.167</b>	<b>176</b>

## 7. Créditos Tributários e Previdenciários

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os títulos e contribuições a recolher apresentavam a seguinte composição:

Créditos tributários	2013	2012
<b>Créditos Tributários</b>	<b>229</b>	<b>270</b>
Imposto de renda a compensar / restituir	9	9
INSS a recuperar	217	223
ISS a recuperar	3	3
PIS/COFINS/CSLL a compensar / restituir	-	35
<b>Outros Créditos a Receber</b>	<b>976</b>	<b>81</b>
PIS/COFINS/CSLL a compensar / restituir	145	-
PIS e COFINS a recuperar – retido s/taxa de Adm.	831	-
Outros créditos a receber	-	81
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>1.205</b>	<b>351</b>

Os valores registrados neste grupo se referem a imposto e contribuições a compensar/recuperar.

## 8. Bens e Títulos a Receber

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os Bens e Títulos a Receber apresentavam a seguinte composição:

Outros créditos a receber - Bens e títulos a receber	2013	2012
<b>Bens e Títulos a Receber</b>	<b>8.398</b>	-
IR/CSLL a ser recebida pelo Mantenedor (Banco do Brasil)	774	-
Valores a receber entre os Planos de Saúde da Operadora	7.624	-
<b>Total dos bens e títulos a receber</b>	<b>8.398</b>	-

São registrados os demais valores pendentes de recebimento pela Operadora, não enquadrados nos outros grupos contábeis.

## 9. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

O Economus possui, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as seguintes provisões técnicas constituídas:

Provisões de Eventos a Liquidar	2013	2012
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	683	501
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviço Assistenciais	785	5.627
<b>Total de provisão de eventos a liquidar</b>	<b>1.468</b>	<b>6.128</b>

**Provisões Técnicas:** são montantes contabilizados com o objetivo de refletir obrigações futuras esperadas, decorrentes da operação de planos de assistência à saúde.

São registradas em obediência ao princípio da competência, lastreadas, obrigatoriamente, por ativos garantidores vinculados em favor da ANS, junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), quando vencidos e superiores a 60 dias, conforme determinam as Resoluções Normativas da ANS nº 209/2009, 227/2010, 274/2011 e alterações.

**Provisão de Eventos a Liquidar (PEL) para o Siste-**

**ma Único de Saúde – SUS:** provisão de ressarcimento ao SUS, referente às despesas assistenciais de beneficiários atendidos pelo SUS. Esses valores estão registrados na contabilidade através dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI) e pela média dos atendimentos demonstrados no site da ANS relacionados ao Economus.

**Provisão de Eventos a Liquidar (PEL) para Outros Prestadores de Serviço Assistencial:** provisão regulamentada pelas resoluções Normativas da ANS nº 209/209 e 227/2010, que deve ser constituída para fazer frente aos valores a pagar, por eventos avisados.

## 10. Débitos de Operações de Assistência à Saúde

Apresentamos a seguir a composição analítica dos valores registrados na rubrica contábil "Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde", em dezembro de 2013 e 2012, conforme segue:

Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde	2013	2012
Obrigações dos prestadores de assistência médica	263	287
Taxa de administração do Autossustentável (a)	12.148	5.581
Créditos Rejeitados	133	856
Taxa de administração sobre investimentos	109	223
<b>Total de Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde</b>	<b>12.653</b>	<b>6.947</b>

(a) Em janeiro/2012, teve início a cobrança de taxa de administração do Autossustentável. Devido ao aumento significativo no número da sinistralidade do plano (consultas, terapias, exames e internações) e nos custos médicos e hospitalares em níveis superiores aos da inflação medida pelos índices gerais de preços, as contraprestações recebidas do Autossustentável não foram suficientes para fazer frente à taxa de administração.

## 11. Tributos e Encargos Sociais a recolher

Tributos e Encargos Sociais a recolher	2013	2012
<b>Tributos e Contribuições</b>	<b>1.293</b>	<b>240</b>
Contribuições Previdenciárias	1.293	240
<b>Retenções de Impostos e Contribuições</b>	<b>1.027</b>	<b>534</b>
Imposto de Renda Retido na Fonte de terceiros	68	89
Imposto Sobre Serviços retidos na fonte	405	204
Contribuições Previdenciárias retidas de terceiros	417	81
Outros – PIS/COFINS/CSLL sobre prest. de serviço médico	137	160
<b>Total de tributos e encargos sociais a recolher</b>	<b>2.320</b>	<b>774</b>

São registrados neste grupo de contas todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços médico-hospitalares, tais como Imposto de Renda, Contribuições Federais sobre serviços de terceiros, INSS sobre honorários e ISS a recolher.

## 12. Débitos diversos

Contemplam obrigações que não estão relacionadas à prestação de serviços de saúde. A composição dos débitos é a seguinte:

Débitos Diversos	2013	2012
<b>Fornecedores de serviço</b>	<b>18</b>	<b>214</b>
Contas a pagar	18	214
<b>Depósitos de beneficiários e de terceiros</b>	<b>16</b>	<b>-</b>
Valores a regularizar	16	-
<b>Outros débitos a pagar</b>	<b>25.321</b>	<b>7.545</b>
Valores recebidos a maior	337	337
Taxa de custódia a pagar dos investimentos	2	-
Valores a reembolsar à Gestão Previdencial (a)	14.894	6.753
Outros	10.088	455
<b>Total de débitos diversos</b>	<b>25.355</b>	<b>7.759</b>

(a) Acréscimo decorrente ao não repasse das despesas administrativas estruturais da Gestão Assistencial para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) de maio/2013 até dezembro/2013. Em janeiro de 2014, foram repassadas as parcelas de maio, junho e julho de 2013.

Mensalmente, o Economus registra o valor de custeio administrativo a serem reembolsadas para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) - Gestão Previdencial, conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009. Parte das despesas administrativas que são alocadas na Gestão Assistencial é reembolsada ao

PGA pelos planos de assistência à saúde administrados pelo Economus, após apuração das despesas relativas à gestão assistencial, conforme descrito no regulamento do PGA aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio da Ata nº 384, de 06 de dezembro de 2011.

## 13. Provisão para Ações Judiciais - Contingências

Nos subgrupos ativo e passivo não circulantes são considerados, respectivamente, os depósitos judiciais efetuados pelo Economus e as provisões contingenciais.

Correspondem às incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação financeira da Entidade. A movimentação está demonstrada a seguir:

	2012	Adições	Baixas	Atualização	2013
<b>ATIVO - Depósitos judiciais</b>					
Fiscais (a)	154.434	1.403	-	5.340	161.177
Outras (b)	1.306	1.092	(48)	4	2.354
<b>Sub total</b>	<b>155.740</b>	<b>2.495</b>	<b>(48)</b>	<b>5.344</b>	<b>163.531</b>
<b>PASSIVO - Provisões judiciais</b>					
Fiscais (a)	166.963	1.322	-	5.358	173.643
Outras (b)	3.735	1.092	(1.440)	4	3.391
<b>Sub total</b>	<b>170.698</b>	<b>2.414</b>	<b>(1.440)</b>	<b>5.362</b>	<b>177.034</b>
<b>Total líquido</b>	<b>14.958</b>	<b>(81)</b>	<b>(1.392)</b>	<b>18</b>	<b>13.503</b>

(a) Fiscais: são compostas, basicamente, de autos lavrados de PIS/COFINS e INSS, destacando-se:

**PIS/COFINS Reembolsável:** autos lavrados pela Receita Federal do Brasil, questionando incidência e bases de recolhimento referentes aos exercícios de 1996 a 2000. Após o trâmite da discussão na instância administrativa, o Economus ajuizou, por meio de sua assessoria jurídica, ação anulatória com pedido de antecipação de tutela em 2002. A ação foi julgada procedente em agosto de 2008, tendo a União recorrido da decisão em janeiro de 2009. O recurso de apelação encontra-se pendente de julgamento. Conta-bilmente, foi provisionado, em 2013, o valor R\$ 117.323 (R\$ 113.240 em 2012) e depositado judicialmente o valor de R\$ 108.900 (R\$ 104.721 em 2012).

**INSS:** autos lavrados em 2004 e 2007, relacionados às contribuições previdenciárias de caráter normal, serviços remunerados às cooperativas e divergência entre valores recolhidos e informados na GFIP. Assessoria jurídica especializada foi contratada para impugnação dos autos. Conta-bilmente, está provisionado em 2013, o montante de R\$ 13.170 (R\$ 12.658 em 2012) e depositado judicialmente, em 2013, o montante de R\$ 9.287 (R\$ 8.892 em 2012).

**Mandado de Segurança - PIS/COFINS:** o Economus, embasado na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou inconstitucional o parágrafo 1º, artigo 3º, da Lei

9718/1998, que equiparava o faturamento à totalidade das receitas e à exclusão das receitas financeiras da base de cálculo. Em 2006, o Economus impetrou Mandado de Segurança tendo liminar concedida, passando a depositar judicialmente os valores apurados. Conta-bilmente, está provisionado o valor de R\$ 17.554 (R\$ 11.193 em 2012) e depositado judicialmente o valor de R\$ 17.394 (R\$ 10.950 em 2012).

(b) "outras" contingências referem-se às novas ações contra os planos de saúde. Foram provisionados R\$ 3.391 (R\$ 3.735 em 2012) e depositados judicialmente R\$ 2.354 (R\$ 1.306 em 2012).

O Economus possui ações de natureza cível e trabalhista, cujo objeto trata de assistência à saúde que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados como possível no montante de R\$ 184.390 (R\$ 684 em 2012) e R\$ 522 (R\$ 0 em 2012), respectivamente. Esses processos classificados com probabilidade de perda possível referem-se à recomposição do patrimônio, inclusão de dependentes e agregados aos planos médicos, cobertura dos procedimentos médicos, materiais, custos de internação e indenizações por danos morais.

## 14. Patrimônio Social

O patrimônio social é composto pela incorporação dos superávits e déficits apurados em cada exercício social. O Economus não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado.

## 15. Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde

### a. Composição Consolidada das Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde

Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência	2013	2012	%
Contribuições Líquidas	203.801	202.103	0,84
Receitas com Administração dos Planos	22.131	21.729	1,85
<b>Total das contraprestações efetivas de Planos</b>	<b>225.932</b>	<b>223.832</b>	<b>0,94</b>

## 16. Eventos Conhecidos ou Avisados

### a. Composição Consolidado dos Eventos Conhecidos ou Avisados

Eventos Indenizáveis Líquidos	2013	2012	%
<b>Eventos Indenizáveis (a)</b>	<b>235.443</b>	<b>224.469</b>	<b>4,89</b>
Consultas	16.203	15.410	5,15
Exames	42.403	48.485	(12,54)
Terapias	3.997	5.872	(31,92)
Internações	122.295	118.224	3,44
Outros Atendimentos Ambulatoriais	40.942	30.950	32,28
Demais Despesas Assistenciais	8.498	5.003	69,86
Sistema Único de Saúde (SUS)	1.105	525	110,48
<b>(-) Recuperação de Eventos Indenizáveis (b)</b>	<b>(12.481)</b>	<b>(10.509)</b>	<b>18,77</b>
<b>Total dos eventos indenizáveis líquidos</b>	<b>222.962</b>	<b>213.961</b>	<b>4,21</b>

(a) Eventos Indenizáveis: registram-se os valores dos eventos conhecidos e indenizações de todos os gastos com procedimentos médico-hospitalares prestados a beneficiários dos planos do Mantenedor (Banco do Brasil S.A.), Autossustentável, FEAS, NOVO FEAS e EcoSaúde II. Neste grupo, também são contabilizadas as despesas com a constituição da Provisão de Eventos a Liquidar.

(b) Recuperação de Eventos Indenizáveis: são registrados os valores de eventos de assistência médico-hospitalar recuperados por glosas e coparticipação.

## 17. Despesas Administrativas

A partir de 1º de janeiro de 2010, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) passaram a adotar as normas contábeis previstas na Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. As EFPCs que administram planos de assistência à saúde passaram a adotar, adicionalmente, os normativos da ANS dispostos na RN ANS nº 207 e IN ANS nº 36, ambas de 2009, e alterações posteriores.

No âmbito da gestão administrativa, a alteração mais

relevante está na obrigatoriedade das EFPC contabilizarem seus gastos administrativos de forma segregada, dentro de um modelo denominado Plano de Gestão Administrativo (PGA). O PGA está suportado por regulamento próprio aprovado pelo Conselho Deliberativo.

De acordo com as normas publicadas pela PREVIC, todas as despesas administrativas contabilizadas no PGA, atribuídas aos planos assistenciais, são inteiramente reembolsadas pelos planos de assistência à saúde.

Abaixo, a composição das despesas administrativas:

Despesas Administrativas	2013	2012
<b>Despesas Administrativas</b>		
Despesas com Pessoal Próprio (a)	15.090	12.715
Despesas com Serviços de Terceiros (b)	4.420	5.799
Despesas com Localização e Funcionamento (c)	2.349	2.015
Despesas com Tributos (d)	175	1.062
Despesas Administrativas Diversas (e)	573	587
<b>Total despesas administrativas</b>	<b>22.607</b>	<b>22.178</b>

**(a) Despesas com pessoal próprio:** as despesas com pessoal próprio são originadas na Gestão Administrativa Previdencial, sendo transferida, por meio de rateio, a parcela correspondente à Gestão Assistencial. O saldo é composto conforme demonstrado abaixo:

Pessoal	2013	2012
<b>Despesas com pessoal próprio</b>		
Salários	7.713	6.006
Encargos	2.490	2.093
Bonificações / benefícios	4.887	4.616
<b>Total das despesas com pessoal</b>	<b>15.090</b>	<b>12.715</b>

Em 2012, ocorreu a implantação da nova Política de Cargos e Salários (contratações, rescisões) e a mudança do critério de rateio das despesas administrativas.

**(b) Despesas com serviços de terceiros:** são representadas pelos serviços contratados de terceiros, tais como: consultoria técnica, serviços de conectividade, temporários e terceirizados, honorários advocatícios, entre outros. A implantação da Política de Cargos e Salários refletiu diretamente na diminuição de serviços terceirizados.

**(c) Despesas com localização e funcionamento:** correspondem às despesas básicas para manutenção das atividades da empresa. Neste subgrupo são registradas despesas com água, aluguel, luz e telefone.

**(d) Despesas com tributos:** despesas com IPTU, taxa de saúde suplementar e outras contribuições fiscais. Em 2012, ocorreu mudança na planificação contábil da ANS, classificando as provisões do PIS e da COFINS neste subgrupo, no montante de R\$ 905, em 2012.

**(e) Despesas administrativas diversas:** são outras despesas não classificáveis nas demais contas de despesas administrativas, tais como: despesas judiciais, jornais e revistas, multas, entre outras.

## 18. Partes Relacionadas

As partes relacionadas do Economus podem ser assim consideradas: beneficiários e dos Mantenedores (Banco do Brasil S.A. e Economus), cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento dos planos assistenciais para seus empregados.

## 19. Remuneração da Administração

O Economus considerou, como pessoal-chave da administração, os integrantes da diretoria. Os valores com os benefícios de curto prazo no exercício de 2013 somaram R\$ 1.985 (R\$ 1.363 em 2012).

## 20. Resultado Financeiro Líquido

É constituído pelas atualizações líquidas mensais dos saldos das aplicações financeiras, dos depósitos judiciais e deduzidas das provisões de custeio dos investimentos do FEAS, reembolsados, mensalmente à Administração Assistencial, a título de taxa administrativa para gestão de seus

investimentos. A apropriação dos valores ocorre de acordo com o fato gerador, em obediência ao regime de competência.

## 21. Garantias Financeiras

As garantias financeiras são um conjunto de exigências a serem observadas pelas operadoras de planos de saúde para manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, minimizando os riscos de insolvência. As regras preveem a observância de Recursos Próprios Mínimos, Margem de Solvência, Dependência Operacional e constituição de Provisões Técnicas.

### a. Recursos próprios mínimos

#### i. Patrimônio mínimo ajustado

De acordo com o Art. 3º, da RN 209, o Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA) representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social da OPS, ajustado por efeitos econômicos na forma da regulamentação do disposto no inciso I, do artigo 22, calculado a partir da multiplicação do fator 'K' (38,39% - no caso do Economus), obtido em tabela anexa à norma, onde são definidos coeficientes, de acordo com a região de atuação da operadora, pelo capital base de R\$ 6.264 (em 2012, R\$ 5.871). Em 31/12/2013, foi observado o limite mínimo de patrimônio, equivalente a 72/72 avos do resultado do capital base, multiplicado pelo fator K. A seguir, estão demonstrados os cálculos do Patrimônio Mínimo Ajustado.

Patrimônio Mínimo Ajustado	2013	2012
Capital Base	6.264	5.871
(x) Fator K	38,39%	38,39%
(=) Patrimônio mínimo ajustado	2.405	2.254
<b>Capital Requerido</b>	<b>2.405</b>	<b>1.878</b>

O capital para a gestão assistencial do Economus está em conformidade com o limite mínimo estabelecido pelo PMA, pois, ao final do exercício 2013, seu capital totalizou

R\$ 305.440 (R\$ 330.791 em 2012). Ainda, conforme a RN 209, art. 6º, o cálculo do PMA deverá ser observado até dezembro de 2013, quando será substituído pela margem de solvência.

### ii. Margem de solvência

A partir de janeiro de 2014, as operadoras ficarão submetidas à Margem de Solvência, a fim de verificar a capacidade do patrimônio necessário para operar no mercado de saúde.

### iii. Dependência operacional

Valor calculado com base na diferença, contada em dias, entre o prazo médio dos pagamentos de eventos indenizáveis e o prazo médio dos recebimentos das contraprestações, decorrente do ciclo financeiro da operação. Caso o resultado deste cálculo seja um valor positivo, será necessária a constituição de ativo garantidor.

### b. Provisões técnicas

De acordo com a RN nº 209, da ANS, o Economus, por contemplar somente planos de saúde na categoria de preços pós-estabelecidos, fica liberado da constituição das provisões técnicas, à exceção da Provisão de Eventos a Liquidar (PEL), sendo necessário apenas observar o Patrimônio Mínimo Ajustado.

## 22. Gerenciamento de riscos

O Economus está exposto a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações com os planos de assistência à saúde, bem como com a gestão de recursos destes planos. Dentre os principais tipos de risco que podem afetar o negócio da Operadora, destacam-se:

**Risco de crédito:** é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações, anteriormente pactuadas. Está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores faturados aos beneficiários e dependentes, em decorrência da incapacidade econômico-financeira, ou seja, a contraparte não

honrar seus débitos.

No Economus, ele é atenuado pela cobrança em uma base pulverizada de participantes e pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários e dependentes de planos de saúde após determinado período de inadimplência. Esse risco é mitigado, também, pelo modelo utilizado para cobrança: desconto em folha de pagamento dos beneficiários, débito em conta corrente e contribuição do Mantenedor (Banco do Brasil S.A.).

A entidade está sujeita, da mesma forma, ao risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Para minimizar este risco, o Economus possui processo de análise e aprovação de títulos de crédito privado.

Para títulos emitidos por instituições financeiras, o Economus possui um modelo denominado Limite Técnico Bancário, para cálculo do limite de investimento, monitoramento da exposição e controle de concentração dos recursos investidos. Esse modelo baseia-se no *rating* atribuído por agência classificadora de risco contratada pelo Instituto.

Esses limites são atualizados anualmente e podem ser revisados quando se identificar fato relevante que implique em alterações dos limites calculados.

Para títulos emitidos por instituições não financeiras e para fundos de direitos creditórios é considerado o *rating* de crédito atribuído por qualquer uma das agências domiciliadas no Brasil, além de outros fatores de risco.

Para o caso de um mesmo papel ser classificado de maneira diferente entre duas ou mais agências elegíveis de classificação de risco, o Economus adotará a classificação mais conservadora.

**Risco de Liquidez:** é a probabilidade da Operadora não ter recursos disponíveis para honrar os compromissos em determinado momento. Para mitigar o risco de liquidez, é realizado monitoramento para os horizontes de curto, médio e longo prazos.

**Risco de Mercado:** é a probabilidade de eventuais per-

das no valor do Portfólio da Operadora decorrentes de variações nas taxas e preços de mercado de ativos, passivos e demais instrumentos financeiros. Para a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento do risco de mercado utiliza-se as ferramentas de medida de risco *Value at Risk (VaR)* e *Benchmark - Value at Risk (B-VaR)*.

**Risco operacional:** é definido como a possibilidade de ocorrência de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção do negócio.

O gerenciamento do risco operacional ocorre em consonância com os cenários de exposição a que o Economus está sujeito junto aos seus participantes, funcionários, órgãos reguladores e a sociedade.

Estes cenários são materializados anualmente, por ocasião da Avaliação de Riscos e Controles Internos, sendo as situações de exposição identificadas e tratadas por meio de ações corretivas definidas e acompanhadas pelo Economus.

**Risco Legal:** é a probabilidade de perdas decorrentes do não cumprimento das normas legais de natureza fiscal, assistencial, trabalhista, regulamento dos planos, processos judiciais, ações legais, dentre outros.

**Risco Sistêmico:** refere-se ao risco de colapso de todo um sistema financeiro ou mercado, com forte impacto sobre as taxas de juros, câmbio e os preços dos ativos em geral, e afetando amplamente a economia. Para mitigar os impactos de crises de grande magnitude sobre os ativos dos planos a alocação de recursos é realizada observando os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação entre gestores externos e diferentes *benchmarks* de investimento.

### 23. Instrumentos Financeiros Ativos

Os instrumentos financeiros do Economus estão restritos às aplicações financeiras e no resultado, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações, integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

**a) Aplicações financeiras:** estão demonstrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2013 e 2012, e estão em linha com as melhores práticas de precificação adotadas pelo mercado financeiro. Os ativos financeiros foram adquiridos levando-se em consideração as condições e premissas estabelecidas pela Política de Investimento vigente à época, que foi aprovada pela alta administração do Economus.

### 24. Instrumentos Financeiros Derivativos

Durante os exercícios de 2013 e de 2012, o Economus não realizou diretamente operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

### 25. Aprovação das Demonstrações Contábeis das Informações Suplementares da Gestão Assistencial

As demonstrações contábeis das informações suplementares da Gestão Assistencial foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 06 de março de 2014 e pelo Conselho Deliberativo em 28 de março de 2014.

Sergio lunes Brito  
Diretor Superintendente  
CPF 270.690.521-20

Benilton Couto da Cunha  
Diretor Administrativo  
CPF 431.529.967-72

Paulo Leite Julião  
Diretor Financeiro  
CPF 956.029.098-34

Tadeu Pigioli Horta Fernandes  
Contador  
CRC SP 241642/O-1  
CPF 222.044.038-90



# Pareceres

Avaliação Atuarial de 2013

PLANO DE BENEFÍCIOS DO  
REGULAMENTO COMPLEMENTAR nº 1  
CNPB 1978.0002-19

Parecer Atuarial 076/14

## 1. Considerações Iniciais

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1, administrado e executado pelo Economus – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1 é um plano suplementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhados aos do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados da Patrocinadora do Plano admitidos originariamente pelo regime de CLT, até 13/05/1974, e protegidos pelas Leis Estaduais nº 1.386/1951 e nº 4.819/1958, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em

Regulamento, é conhecido *a priori*, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1978.0002-19, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2013 contempla o Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada em 26 de outubro de 2007, por meio da Portaria MPS/SPC nº 1.802, com vigência a partir de 29 de outubro de 2007.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013 na Data Base de 31 de dezembro de 2013, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigente, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados à Patrocinadora do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de 31 de dezembro de 2013, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório GAMA 151 – RE 034/14, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1 posicionada em 31 de dezembro de 2013.

Cabe ressaltar que aos Participantes do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1, admitidos originariamente pelo regime CLT, até 13/05/1974, e protegidos pelas Leis Estaduais nº 1.386/51 e nº 4.819/58, ou aos seus dependentes, serão concedidos os seguintes benefícios, cujo custeio é de responsabilidade exclusiva da Fazenda do Estado de São Paulo, para aqueles admitidos até 22/01/1974 nos termos do Decreto nº 33.754, de 09/09/91, ou Banco do Brasil S.A., para aque-

les admitidos após 22/01/1974 e até 13/05/1974:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço;
- Aposentadoria por Idade;
- Aposentadoria por Invalidez; e
- Pensão por Morte.

A atual massa de Participantes do Plano é aquela que está em atividade na Patrocinadora ou recebendo benefício de aposentadoria pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Banco do Brasil, bem como os Aposentados e Pensionistas que recebem benefício pelo Plano. Assim, na forma da regulamentação geral e do Regulamento específico do Plano de Benefícios em comento, são assegurados, mediante custeio dos Participantes, Assistidos e Patrocinadora, os seguintes benefícios:

- Auxílio-Reclusão;
- Auxílio-Doença;
- Pecúlio por Morte; e
- Pecúlio por Invalidez.

Os benefícios de Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral, na forma do Regulamento do Plano em tela, são concedidos nas mesmas condições da Previdência Oficial, em conformidade com a Lei nº 8.213, de 14 de agosto de 1991. Entretanto, com o advento da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, que alterou a Lei nº 8.213/1991, tais auxílios não mais são objeto de concessão pelo Regime Geral de Previdência Social e, conseqüentemente, pelo Economus em consonância, inclusive, com as informações repassadas pela Entidade.

Adicionalmente, e em face de o Economus não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência GAMA 151 - CT 522/13 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de

Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

## 2. Resultados Atuariais

### 2.1. Em Relação ao Grupo de Custeio: Geral

#### 2.1.1. Evolução dos Custos

Os benefícios assegurados pelo Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1 cujos custos são avaliados atuarialmente são os de Auxílio-Doença, Auxílio-Reclusão, Pecúlio por Morte e Pecúlio Por Invalidez. Todos os benefícios estão estruturados na modalidade de Benefício Definido, estando o benefício de Auxílio-Reclusão avaliado sob o Regime de Repartição de Capitais de Cobertura e os demais pelo Regime de Repartição Simples. Para o cálculo dos custos, utilizou-se o método Atuarial para o benefício de Auxílio-Doença e o método de Teoria do Risco Coletivo para os demais benefícios, observando-se as ocorrências nos últimos 36 meses anteriores à Avaliação, adotando-se a margem de segurança estatística de 91%.

Comparativamente ao exercício anterior, o custo dos benefícios de risco ficou praticamente estável, oscilando de 0,228%, registrado na última Avaliação Atuarial, posicionada em 31 de dezembro de 2012, conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 012/13, para 0,226% nesta Avaliação, posicionada em 31 de dezembro de 2013, conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 034/14, o que demonstra uma estabilidade dos gastos históricos com tais benefícios nos 36 meses anteriores a cada Avaliação Atuarial, conforme dados repassados pela Entidade.

Cumpramos ressaltar que, excepcionalmente, os benefícios concedidos de Aposentadoria e Pensão já estão integralmente cobertos pelo Patrimônio de Cobertura do Plano, não havendo custos atribuídos aos Assistidos, tampouco à Patrocinadora, em relação a esses benefícios concedidos.

### 2.1.2. Variação das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos do Plano foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros e montam R\$ 8.541.184,37, na data de 31 de dezembro de 2013, sendo R\$ 6.848.183,76 referentes aos benefícios programados e R\$ 1.693.000,61 referentes aos benefícios não-programados, estruturados na modalidade de Benefício Definido.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC foram avaliadas em R\$ 6.102.496,40, na data de 31 de dezembro de 2013, referentes ao valor atual dos benefícios futuros não programados. Este valor é calculado a partir da parcela resgatável do saldo de conta dos Participantes, em consonância com a Nota Técnica Atuarial do Plano, elaborada conforme definição emanada da Entidade.

O Plano não possuía Provisões Matemáticas a Constituir – PMAc na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em 31 de dezembro de 2013, em R\$ 14.643.680,77.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2012, a variação nominal das Provisões Matemáticas foi de 4,40%, tendo sido registrado o montante de R\$ 14.026.962,10 em 31 de dezembro de 2012. O crescimento deve-se, em especial, à elevação dos benefícios médios dos Assistidos, tendo o efeito dessa elevação sido mitigado em razão da involução natural dessas Provisões, dadas pelo pagamento mensal de benefícios. Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 034/14.

### 2.1.3. Principais Riscos Atuariais

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Bio-

métricas e Econômico-financeiras, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2013 do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1, foram definidas pelo Economus, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório GAMA 151 - RE 117/13, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

### 2.1.4. Soluções para Insuficiência de Cobertura

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura nesta Avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

## 2.2. Em Relação ao Plano de Benefícios

### 2.2.1. Qualidade da Base Cadastral

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

### 2.2.2. Variação do Resultado

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$ 14.643.680,77, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 16.025.619,67, verifica-se que o Plano do Regulamento Complementar nº 1 apresentou superávit técnico-atuarial, de R\$ 1.381.938,90, em 31 de dezembro de 2013.

O Superávit do Plano diminuiu de R\$ 2.590.873,86 em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 1.381.938,90 em 31 de dezembro de 2013, representando uma queda de 46,66%, ou R\$ 1.208.934,96. Esta queda deveu-se, em especial, ao não alcance da meta atuarial pela rentabilidade do Plano, que registrou 5,72% no exercício de 2013, enquanto que a meta atuarial, composta pela taxa de juros de 4,30% ao ano acrescida do INPC de 5,56% ao ano, totalizou 10,10% no mesmo período, gerando uma perda atuarial de 3,98%. Contribuiu, também, para esta redução do Superávit, a elevação das Provisões Matemáticas.

#### 2.2.3. Natureza do Resultado

Na Avaliação Atuarial de 2013, observa-se que, apesar da manutenção do resultado superavitário, no exercício o Plano apresentou déficit, o qual foi resultante de causas conjunturais, relacionadas a fatores econômico-financeiros, que acarretaram o não cumprimento da meta atuarial do plano.

Do superávit apurado em 31 de dezembro de 2013, a sua totalidade, que montava R\$ 1.381.938,90, foi alocada em Reserva de Contingência, correspondente a 9,44% das Provisões Matemáticas do Plano, estruturadas em Benefício Definido.

#### 2.2.4. Soluções para Equacionamento do Déficit

Tendo em vista que o Plano não apresentou Déficit nesta Avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

#### 2.2.5. Adequações dos Métodos de Financiamento

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o regime Repartição Simples conjugado com o método de Teoria do Risco Coletivo para os benefícios de Pecúlio por Morte e Pecúlio por Invalidez; o regime de Repartição Simples conjugado com o método Atuarial para o benefício de Auxílio-Doença; e o regime de Repartição de Capitais de Cobertura conjugado com o método de Teoria do Risco Coletivo para o benefício de Auxílio-Reclusão. Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da

Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

#### 2.2.6. Outros Fatos Relevantes

1) O Plano abriga Participantes que foram admitidos pelo então Banco Nossa Caixa S.A. até 13/05/1974, originariamente pelo regime de CLT, na forma de seu Regulamento. A estes Participantes, ou a seus dependentes, são oferecidos, mediante custeio exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo para aqueles admitidos até 22/01/1974 ou pelo Banco do Brasil, para aqueles admitidos após 22/01/1974 e até 13/05/1974, benefícios de Aposentadoria e Pensão. Mediante custeio, serão assegurados pelo Plano os benefícios de Auxílio-Reclusão; Auxílio-Doença; Pecúlio por Morte; e Pecúlio por Invalidez;

2) Dentre os ativos de investimentos, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento. Os ativos financeiros do Plano, contemplando, inclusive, o Exigível Contingencial e os Fundos Previdenciais, estes sem necessidade de liquidez integral no decorrer do exercício de 2014, conforme informação do Economus, conferem à Entidade a condição de manter tais títulos precificados dessa forma, com base em Fluxo Atuarial específico desenvolvido para tal fim, nos termos da Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores, fato que pode ser verificado no Parecer GAMA 151 – PA 028/14;

3) De acordo com o referido Balancete, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontrava-se integralizada;

4) Conforme decisão da Entidade, será mantido o custeio administrativo praticado no exercício de 2013 para este Plano, sendo este de 0,120% sobre o Salário Real de Participação - SRP, para os Participantes; e 0,120% sobre a folha de SRP, acrescido de contribuição extraordinária de administração correspondente a 0,92% sobre a folha total de pagamentos inerentes aos Participantes do Plano, o que corresponde a 0,67% da folha de SRP, para a Patrocinadora;

5) Os Fundos do Plano em 31 de dezembro de 2013 montavam a quantia de R\$ 12.317.061,35, sendo R\$ 1.120.010,45 referentes a Fundos Administrativos, valores esses informados pela Entidade, e R\$ 11.197.050,90, referente aos Fundos Previdenciais;

6) Quanto aos Fundos Previdenciais, R\$ 8.502.616,23 referem-se ao Fundo para Cobertura de Oscilação de Riscos, constituído atuarialmente para atender à Gestão Previdencial do Plano, e é destinado à cobertura de eventuais oscilações técnicas do Plano, na forma de sua Nota Técnica Atuarial; e R\$ 2.694.434,67 referem-se ao Fundo para Cobertura de Alteração de Regimes Financeiros, constituído para suportar, mesmo que parcialmente, eventual alteração dos regimes financeiros dos benefícios de risco do Plano para o regime de Capitalização;

7) O Fundo para Cobertura de Alteração de Regimes Financeiros continuará a recepcionar, mensalmente, os recursos correspondentes à diferença entre as contribuições normais vigentes até a entrada em vigor do Plano de Custeio apurado na Avaliação Atuarial de 2011 e as contribuições normais definidas no Plano de Custeio decorrente da Avaliação de 2013, assim como vem sendo feito desde

a Avaliação de encerramento de exercício de 2011;

8) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2013, comparativamente às adotadas para o exercício de 2012, destacam-se as alterações relativas ao Fator de Capacidade dos Benefícios, em que se utilizou 0,9792, em substituição a 0,9789; e da Tábua de Morbidez, em que se utilizou a Tábua Ex-Economus II em substituição à Tábua Ex-Economus I, estando todas as hipóteses amparadas tecnicamente por estudos de aderência apresentados por meio do Relatório GAMA 151 – RE 117/13 e tendo sido definidas pelo Conselho Deliberativo do Economus;

9) No que diz respeito às Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, de valor equivalente à parcela resgatável do saldo de conta dos Participantes, este registro tem como base decisão da Entidade, que se amparou em parecer jurídico emitido em 2008, o qual manifesta opinião de que os Participantes teriam direito a 50% das suas contribuições pessoais em caso de desligamento da Patrocinadora, conforme parágrafo 3º do artigo 5º da regulamentação geral vigente até dezembro de 2005.

### 3. Plano de Custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 1º de abril de 2014, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter a seguinte configuração:

<b>PLANO DE CUSTEIO PARA 2014</b>	
<b>PARTICIPANTES</b>	
<b>Contribuição Normal</b>	
Participantes ATIVOS	0,14% do Salário Real de Participação
Participantes em percepção de benefícios custeados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo	0,14% do Salário Real de Participação*
<b>Contribuição Extraordinária para Constituição de Fundo Previdencial**</b>	
Participantes ATIVOS	0,74% do Salário Real de Participação
Participantes em percepção de benefícios custeados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo	0,74% do Salário Real de Participação*
<b>PATROCINADORA</b>	
<b>Contribuição Normal</b>	
Patrocinadora	0,07% da Folha de Salário Real de Participação
<b>Contribuição Extraordinária para Constituição de Fundo Previdencial**</b>	
Patrocinadora	0,36% da Folha de Salário Real de Participação
<b>ASSISTIDOS</b>	
<b>Contribuição Normal</b>	
Aposentados em recebimento de Benefício Custeado pelo ECONOMUS	4,88% sobre o valor da Complementação
Pensionistas em recebimento de Benefício Custeado pelo ECONOMUS	Não há
<b>Plano de Custeio Administrativo</b>	
Em conformidade com a definição da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, em observância ao seu Plano de Gestão Administrativa – PGA, o custo intencionado para o Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1 é definido conforme a seguir:	
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação dos Participantes Ativos e em percepção de Benefício custeado pela SEFAZ	0,12%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o valor da Complementação recebida pelos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) cujos benefícios são custeados pelo ECONOMUS	0,12%
c) Taxa de Carregamento, paga pela Patrocinadora, aplicável sobre a folha de salário real de participação	0,12%
d) Taxa de Carregamento extraordinária paga pela Patrocinadora, correspondente a 0,92% incidente sobre a folha total de pagamentos da Patrocinadora em relação ao Plano	0,670%
e) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	0,15%

\* Corresponde à renda mensal de responsabilidade da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo – SEFAZ e do Banco do Brasil S.A.

\*\* Fundo Previdencial destinado a suportar eventual alteração dos regimes financeiros dos benefícios de risco, para o regime de capitalização, conforme Nota Técnica Atuarial do Plano.

### 4. CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano do Regulamento Complementar nº 1, em 31 de dezembro de 2013, é superavitária em R\$1.381.938,90, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo a totalidade deste valor alocada em Reserva de Contingência.

Este é o Parecer.

Brasília, 19 de fevereiro de 2014.

ANTÔNIO FERNANDO GAZZONI

Atuário MIBA 851 - MTb/RJ

DIRETOR-PRESIDENTE

## Avaliação Atuarial de 2013

### PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGULAMENTO COMPLEMENTAR nº 2 CNPB 1978.0003-83

#### Parecer Atuarial 077/14

#### 1. Considerações Iniciais

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2, administrado e executado pelo Economus – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2 é um plano suplementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhados aos do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados da Patrocinadora do Plano optantes pelo regime celetista, na forma prevista pela Lei Estadual (SP) nº 10.430/1971 e Decreto nº 7.711/1976, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido *a priori*, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1978.0003-83, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2013 contempla o Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada em 26 de outubro de 2007, por meio da Portaria MPS/SPC nº 1.802, com vigência a partir de 29 de outubro de 2007. Cumpre ressaltar que o Plano encontra-se em situação de extinção, ou seja, fechado a novas adesões.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013 na Data Base de 31 de dezembro de 2013, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigentes, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados à Patrocinadora do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de 31 de dezembro de 2013, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano do Regulamento Complementar nº 2, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório GAMA 151 – RE 035/14, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2 posicionada em 31 de dezembro de 2013.

Cabe ressaltar que aos Participantes do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2, optantes pelo regime CLT, na forma prevista pela Lei Estadual nº 10.430/71 e Decreto nº 7.711/76, ou aos seus dependentes, serão concedidos os seguintes benefícios, cujo custeio é de responsabilidade exclusiva da Fazenda do Estado de São Paulo, nos termos do Decreto nº 34.351, de 09/09/91 e da Lei Estadual nº 8.236, de 19/01/93, conforme Regulamento do Plano:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço;
- Aposentadoria por Idade;
- Aposentadoria por Invalidez; e
- Pensão por Morte.

Além daqueles acima listados, o Plano oferece os benefícios de Auxílio-Doença, Auxílio-Reclusão, Pecúlio por Invalidez e Pecúlio por Morte, sendo estes custeados pelos Participantes.

A atual massa de Participantes do Plano é aquela que está recebendo benefício de aposentadoria pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, bem como os Pensionistas que recebem benefício pelo Plano em comento. Assim, considerando os demais benefícios assegurados pelo Plano, o único em que a massa remanescente se enquadra é o de Pecúlio por Morte.

Os benefícios de Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral, na forma do Regulamento do Plano em tela, são concedidos nas mesmas condições da Previdência Oficial, em conformidade com a Lei nº 8.213, de 14 de agosto de 1991. Entretanto, com o advento da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, que alterou a Lei nº 8.213/1991, tais auxílios não mais são objeto de concessão pelo Regime Geral de Previdência Social e, conseqüentemente, pelo Economus, em consonância, inclusive, com as informações repassadas pela Entidade.

Adicionalmente, e em face do Economus não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência GAMA 151 – CT 522/13 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

#### 2. Resultados Atuarias

##### 2.1. Em relação ao Grupo de Custeio: Geral

###### 2.1.1. Evolução dos Custos

O benefício de Pecúlio por Morte assegurado pelo Plano do Regulamento Complementar nº 2 cujo custo é avaliado atuarialmente está estruturado na modalidade de Benefício Definido, sob o Regime de Repartição Simples. Para o cálculo dos custos desse benefício, utilizou-se o método de Teoria do Risco Coletivo, observando-se as ocorrências nos últimos 36 meses anteriores à Avaliação, com segurança estatística de 91%.

Comparativamente ao exercício anterior, foi observado um aumento do custo do Plano, que oscilou de 2,187% registrado na última Avaliação Atuarial, posicionada em 31 de dezembro de 2012, conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 013/13, para 2,463% nesta Avaliação, posicionada em 31 de dezembro de 2013, conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 035/14, sendo ambas as alíquotas incidentes sobre a folha de Salário Real de Participação, tendo sido influenciado, especialmente pelo aumento dos gastos históricos com o referido benefício nos últimos 36 meses, conforme dados repassados pela Entidade.

Cumpre ressaltar que, excepcionalmente, os benefícios concedidos de Pensão por Morte já estão integralmente cobertos pelo Patrimônio de Cobertura do Plano, não havendo custos atribuídos aos Assistidos, tampouco à Patrocinadora, em relação a esses benefícios concedidos.

###### 2.1.2. Variação das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (neste caso apenas Pensionistas) do Plano do Regulamento Complementar nº 2 disponibilizadas pelo Economus, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros e montam R\$1.780.587,34, na data de 31 de dezembro de 2013, sendo referentes ao benefício não programado, estruturado na modalidade de

Benefício Definido.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC foram avaliadas em R\$5.854.954,60, na data de 31 de dezembro de 2013, referentes ao valor atual dos benefícios futuros não programados. Este valor é calculado a partir da parcela resgatável do saldo de conta dos Participantes, em consonância com a Nota Técnica Atuarial do Plano, elaborada conforme definição emanada da Entidade.

O Plano não possuía Provisões Matemáticas a Constituir – PMAc na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em 31 de dezembro de 2013, em R\$ 7.635.541,94.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2012, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano foi negativa em 4,56%, tendo sido registrado o montante de R\$ 8.000.515,44 em 31 de dezembro de 2012. Esta redução deveu-se, sobretudo, a alterações na base cadastral de Participantes e Assistidos e à involução das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, dada pelo pagamento de benefícios no decorrer do ano de 2013. Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 035/14.

#### 2.1.3. Principais Riscos Atuariais

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2013 do Plano do Regulamento Complementar nº 2, foram definidas pelo Economus, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório GAMA 151 – RE 117/13, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

#### 2.1.4. Soluções para Insuficiência de Cobertura

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura nesta Avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

#### 2.2. Em Relação ao Plano de Benefícios

##### 2.2.1. Qualidade da Base Cadastral

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

##### 2.2.2. Variação do Resultado

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$ 7.635.541,94, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 12.368.516,21, verifica-se que o Plano do Regulamento Complementar nº 2 apresentou Superávit técnico-atuarial, de R\$ 4.732.974,27, em 31 de dezembro de 2013.

O Superávit do Plano aumentou de R\$ 3.449.701,59 em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 4.732.974,27, em 31 de dezembro de 2013, representando elevação de 37,20%, ou R\$ 1.283.272,68. Este aumento deveu-se à redução nas Provisões Matemáticas, pelos motivos já mencionados anteriormente neste Parecer. O Superávit foi mitigado pela perda atuarial do Plano no exercício, que registrou rentabilidade de 5,43% ao ano, contra uma meta atuarial de 10,10% (composta pela taxa de juros de 4,30% ao ano,

acrescida do INPC no período de 5,56%), gerando uma perda atuarial de 4,24%.

#### 2.2.3. Natureza do Resultado

O resultado superavitário do Plano apresenta características estruturais, sendo oriundo, dentre outras causas, do regime financeiro adotado para o benefício de risco do Plano, qual seja, o Pecúlio por Morte, bem como do histórico de superação das metas atuariais pela rentabilidade, superações essas que têm seu efeito maximizado pelo elevado montante alocado em Fundos Previdenciais, os quais representavam, na data da Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2013, montante equivalente a 91% das Provisões Matemáticas do Plano, sendo que os recursos desses Fundos estão indexados à meta atuarial do Plano.

Da totalidade do superávit apurado em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$ 1.908.885,48 foi alocado em Reserva de Contingência, e R\$ 2.824.088,79 em Reserva Especial para Revisão do Plano, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, sendo este o segundo exercício consecutivo em que se registrou valor alocado nessa conta contábil, motivo pelo qual não se faz obrigatória a destinação de Superávit.

#### 2.2.4. Soluções para Equacionamento do Déficit

Tendo em vista que o Plano não apresentou Déficit nesta Avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

#### 2.2.5. Adequações dos Métodos de Financiamento

Adota-se, para o financiamento do benefício assegurado pelo Plano que está sujeito a financiamento atuarial (Pecúlio por Morte), o regime de Repartição Simples, conjugado com método de financiamento dado pela Teoria Coletiva do Risco. O método utilizado está aderente à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

#### 2.2.6. Outros Fatos Relevantes

1) O Plano abriga Participantes que foram admitidos pelo

então Banco Nossa Caixa S.A., optantes pelo regime de CLT, na forma de seu Regulamento. A estes Participantes, ou a seus dependentes, são oferecidos, mediante custeio exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, benefícios de Aposentadoria e Pensão. Considerando os demais benefícios assegurados pelo Plano, bem como sua atual massa de Participantes, na qual não há qualquer Participante em atividade na Patrocinadora, o único benefício que esta massa remanescente se enquadra é o de Pecúlio por Morte;

2) Dentre os ativos de investimentos, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento. Os ativos financeiros do Plano, contemplando, inclusive, o Exigível Contingencial e os Fundos Previdenciais, estes sem necessidade de liquidez integral no decorrer do exercício de 2014, conforme informação do Economus, conferem à Entidade a condição de manter tais títulos precificados dessa forma, com base em Fluxo Atuarial específico desenvolvido para tal fim, nos termos da Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores, fato que pode ser verificado no Parecer GAMA 151 – PA 071/14;

3) De acordo com o Balancete Contábil de dezembro de 2013, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontrava-se integralizada;

4) Conforme decisão da Entidade, será mantido o custeio administrativo praticado no exercício de 2013 para este Plano, sendo este de 0,410% sobre o Salário Real de Participação, para os Participantes; 0,410% sobre o valor da Complementação recebida pelo Economus para os Pensionistas; e 0,92% sobre a folha total de pagamentos inerentes aos Participantes do Plano, a título de Contribuição Extraordinária de administração, o que corresponde a 1,31% da folha de Salário Real de Participação, para a Patrocinadora;

5) Os Fundos do Plano em 31 de dezembro de 2013 montavam a quantia de R\$ 8.981.004,73, sendo

R\$ 2.003.370,14 referentes a Fundos Administrativos, valores esses informados pela Entidade, e R\$ 6.977.634,59 referentes a Fundos Previdenciais;

6) Quanto aos Fundos Previdenciais, a totalidade do valor refere-se ao Fundo para Cobertura de Oscilação de Riscos. Referido Fundo foi constituído atuarialmente para atender a Gestão Previdencial do Plano, e é destinado à cobertura de eventuais oscilações técnicas do Plano, na forma de sua Nota Técnica Atuarial;

7) No exercício de 2014, a partir da vigência do Plano de Custeio apurado para este exercício, continuará a haver utilizações do Fundo para Cobertura de Oscilações de Riscos, assim como vem sendo feito desde a vigência do Plano de Custeio apurado na Avaliação de encerramento de exercício de 2011, visando complementar o custeio dos benefícios do Plano. Assim, as contribuições dos Participantes serão mantidas nos níveis atuais, sendo suportado o complemento do custeio pelo referido Fundo Previdencial. Mensalmente, será utilizada quantia equivalente a 0,89% da folha de Salário Real de Participação;

8) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2013, comparativamente às adotadas para o exercício de 2012, destaca-se a alteração do Fator de Capacidade dos Benefícios, em que se utilizou 0,9792, em substituição a 0,9789. Todas as hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2013 estão amparadas tecnicamente por estudos de aderência apresentados por meio do Relatório GAMA 151 – RE 117/13 e tendo sido definidas pelo Conselho Deliberativo do Economus;

9) No que diz respeito às Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, de valor equivalente à parcela resgatável do saldo de conta dos Participantes, este registro tem como base decisão da Entidade, que se amparou em parecer jurídico emitido em 2008, o qual manifesta opinião de que os Participantes teriam direito a 50% das suas contribuições pessoais em caso de desligamento da Patrocinadora, conforme parágrafo 3º do artigo 5º da regulamentação geral vigente até dezembro de 2005.

### 3. Plano de Custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 1º de abril de 2014, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter a seguinte configuração, sendo atribuíveis contribuições normais exclusivamente aos Participantes do Plano, conforme definição da Entidade:

PLANO DE CUSTEIO PARA 2014	
<b>PARTICIPANTES</b>	
<b>Contribuição Normal</b>	
Participantes em percepção de benefícios custeados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo	1,57% do Salário Real de Participação*
Fundo Previdencial de Oscilação de Riscos**	0,89% da folha de Salário Real de Participação*
<b>Plano de Custeio Administrativo</b>	
Em conformidade com a definição da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, em observância ao seu Plano de Gestão Administrativa – PGA, o custo intencionado para o Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2 é definido conforme a seguir:	
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação	0,410%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o valor da Complementação recebida pelos Assistidos cujos benefícios são custeados pelo ECONOMUS	0,410%
c) Taxa de Carregamento extraordinária paga pela Patrocinadora, correspondente a 0,92% incidente sobre a folha total de pagamentos da Patrocinadora em relação ao Plano	1,308%, incidente sobre a folha de Salário Real de Participação
d) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	0,15%

\* Corresponde à renda mensal de responsabilidade da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo – SEFAZ.

\*\* Correspondente ao valor revertido mensalmente do saldo do Fundo Previdencial de Oscilação de Riscos ao Patrimônio de Cobertura do Plano.

### 4. Conclusão

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano do Regulamento Complementar nº 2, em 31 de dezembro de 2013, é superavitária em R\$ 4.732.974,27, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo que, desse montante, R\$1.908.885,48 foi alocado em Reserva de Contingência, e R\$ 2.824.088,79 alocado em Reserva Especial para Revisão do Plano, sendo este o segundo exercício consecutivo em que se registrou valor alocado nessa conta contábil, motivo pelo qual não se faz obrigatória a destinação de Superávit.

Este é o Parecer.

Brasília, 19 de fevereiro de 2014.

ANTÔNIO FERNANDO GAZZONI

Atuário MIBA 851 - MTb/RJ

DIRETOR-PRESIDENTE

## Avaliação Atuarial de 2013

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVMAIS  
CNPB 2006.0034-29

Parecer Atuarial 078/14

### 1. Considerações Iniciais

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios PrevMais, administrado e executado pelo Economus – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., e pelo próprio Economus em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano PrevMais está estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV), na forma disposta na Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, posto que os benefícios programados assegurados pelo Plano observam a conjugação das características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) ou Contribuição Definida (CD), na fase de percepção, conforme opção a ser exercida pelo Participante, estando sujeitos a riscos atuariais aqueles que optam pela percepção do benefício na modalidade de Benefício Definido (renda vitalícia).

No que se refere aos benefícios de risco, todos estão estruturados sob a modalidade de Benefício Definido,

conforme Regulamento do Plano, sendo assegurados os benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte, Auxílio-Doença e Auxílio-Funeral.

O Plano está registrado na PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 2006.0034-29, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2013 contempla o Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada pela Portaria MPS/SPC nº 1.577, de 18 de setembro de 2007.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013 na Data Base de 31 de dezembro de 2013, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigentes, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados às Patrocinadoras do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de 31 de dezembro de 2013, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano PrevMais, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório GAMA 151 – RE 033/14, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios PrevMais posicionada em 31 de dezembro de 2013.

Adicionalmente, e em face de o Economus não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência GAMA 151 – CT 522/13 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

### 2. Resultados Atuariais

#### 2.1. Em Relação ao Grupo de Custeio: Geral

##### 2.1.1. Evolução dos Custos

Os benefícios de risco assegurados pelo Plano PrevMais são os de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte, Auxílio-Doença e Auxílio-Funeral. Todos esses benefícios estão estruturados na modalidade de Benefício Definido, sendo avaliados sob o Regime de Capitalização e pelo Método de Financiamento de Crédito Unitário Projetado, e registrados no Fundo Previdencial para Cobertura de Benefícios de Riscos, em conformidade com o Regulamento e Nota Técnica Atuarial do Plano.

Conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 033/14, os benefícios avaliados atuarialmente na fase de acumulação (benefícios de risco) apresentaram certa estabilidade em suas alíquotas. No total dos benefícios de risco, o custo aumentou de 1,342% na última Avaliação Atuarial, posicionada em 31 de dezembro de 2012 (Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 015/13), para 1,398% na Avaliação posicionada em 31 de dezembro de 2013, sendo as alíquotas incidentes sobre a folha de Salário de Benefício.

Quanto ao benefício programado de Aposentadoria, o custo calculado com base na contribuição média dos Participantes e Patrocinadoras foi de 11,918% em 31 de dezembro de 2012, reduzindo-se para 11,811% na Avaliação do exercício de 2013. Observou-se que em termos percentuais, os custos permaneceram praticamente estáveis em relação à avaliação do exercício de 2012. Já em termos monetários, houve uma elevação dos custos, a qual se deu em razão da elevação da Folha de Salários de Benefício. Embora este benefício esteja sujeito a risco atuarial, em razão da possibilidade de requerimento da Aposentadoria em forma de renda vitalícia, estruturada em Benefício Definido, não há custo atuarialmente calculado atribuído a este benefício.

##### 2.1.2. Variação das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do Plano PrevMais, foram avaliadas em R\$ 182.613.507,02, na data de 31 de dezembro de 2013, sendo R\$ 45.927.513,71 referentes aos benefícios programados estruturados na modalidade de Contribuição Definida, e R\$ 136.685.993,31 referentes aos benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido, onde R\$ 5.813.445,54 são referentes aos benefícios programados e R\$ 130.872.547,77 referentes aos benefícios não-programados.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC foram avaliadas em R\$ 549.635.723,40, na data de 31 de dezembro de 2013, com base nas informações individuais dos Participantes, referentes aos benefícios determinados pelo método de capitalização financeira individual, estruturados, na fase de captação, na modalidade de Contribuição Definida (CD).

O Plano PrevMais não possui Provisões Matemáticas a Constituir – PMaC, na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em 31 de dezembro de 2013, em R\$ 732.249.230,42.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2012, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano PrevMais foi de 18,89%, tendo sido registrado o montante de R\$ 615.890.873,75 em 31 de dezembro de 2012. O crescimento deveu-se, em especial, majoritariamente, ao aporte de contribuições pelos Participantes e Patrocinadoras do Plano, elevando os saldos de conta dos Participantes e, conseqüentemente, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

##### 2.1.3. Principais Riscos Atuariais

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o Plano PrevMais, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que as

hipóteses, Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2013 do Plano PrevMais, foram aprovadas pelo Economus, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório GAMA 151 – RE 117/13 observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

#### 2.1.4. Soluções para Insuficiência de Cobertura

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2013, este item não é aplicável ao presente Parecer.

### 2.2. Em Relação ao Plano de Benefícios

#### 2.2.1. Qualidade da Base Cadastral

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

#### 2.2.2. Variação do Resultado

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$ 732.249.230,42, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 734.968.878,68, verifica-se que o Plano PrevMais apresentou Superávit técnico-atuarial, de R\$ 2.719.648,26, em 31 de dezembro de 2013.

O superávit do Plano aumentou de R\$ 236.717,13 em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 2.719.648,26 em 31 de dezembro de 2013, representando uma elevação de

1.048,90%, ou R\$ 2.482.931,13. Esta elevação deveu-se, em especial à redução do valor atuarialmente calculado do Fundo de Capitalização dos Benefícios de Risco. O Superávit do exercício foi mitigado pela perda atuarial registrada em 2013, de 3,97%, uma vez que o Plano registrou rentabilidade de 6,44% ao ano, contra uma meta atuarial de 10,84% (composta pela taxa de juros de 5,00% ao ano, acrescida do INPC no período de 5,56%).

#### 2.2.3. Natureza do Resultado

O resultado superavitário do Plano apresenta características conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, de oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico.

A totalidade do superávit foi alocada em Reserva de Contingência, uma vez que perfaz 1,99% da Provisão Matemática em Benefício Definido, no valor de R\$ 2.719.648,26, conforme parágrafo único do artigo 7º da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008.

#### 2.2.4. Soluções para Equacionamento do Déficit

Tendo em vista que o Plano não apresentou déficit na Avaliação Atuarial de 2013, este item não é aplicável ao presente Parecer.

#### 2.2.5. Adequações dos Métodos de Financiamento

Adota-se, para o financiamento dos benefícios do Plano, o Regime de Capitalização conjugado com o Método de Capitalização Financeira para o benefício programado, estruturado em Contribuição Variável, e o método de Crédito Unitário Projetado para os benefícios de risco, estruturados em Benefício Definido. Portanto, os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

#### 2.2.6. Outros Fatos Relevantes

1) O Plano PrevMais foi implantado quando da realização do processo de saldamento do Plano do Regulamento Geral, também administrado pelo Economus, como opção de

ingresso para aqueles que optaram pelo Saldamento de seus benefícios naquele Plano, encontrando-se, atualmente, aberto a novas adesões;

2) Para fins desta Avaliação Atuarial, foram considerados os valores de patrimônio, ativos de investimentos, exigível operacional e exigível contingencial do Plano informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do Plano do mês de dezembro de 2013;

3) De acordo com o referido Balancete Contábil, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizado;

4) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que para tal, a Entidade atestou a possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002, e suas alterações posteriores, fato que pode ser verificado no Parecer GAMA 151 – PA 073/14;

5) Na Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2013, não obstante ter sido possível uma redução no custeio dos benefícios de risco do Plano, tendo em vista a diminuição do custo normal desses benefícios, influenciada, especialmente, pela alteração das hipóteses atuariais, preponderando à redução da taxa de crescimento real de salários, conforme detalhado adiante, optou-se por manter o custeio ora praticado, por meio da inserção de carregamento de segurança estatística para a apuração do custo dos benefícios de risco, posto que estes são dimensionados por meio de Fundo Previdencial;

6) Conforme decisão da Entidade será mantido o custeio administrativo praticado no exercício de 2013 para este Plano, sendo este variável conforme o Salário de Benefício do Participante, de 0,15% a 0,94% sobre o Salário de Benefício; e de 0,90% sobre o valor da Complementação recebida e do Benefício Proporcional Diferido, para os Assistidos e Participantes em BPD, respectivamente;

7) Os Fundos do Plano montavam a quantia de

R\$115.274.235,76, sendo R\$ 105.346.069,57 referentes a Fundos Previdenciais; R\$ 9.656.420,76 referentes a Fundo Administrativo; e R\$ 271.745,43 referentes a Fundos dos Investimentos. Os valores dos Fundos Administrativo e dos Investimentos foram informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do Plano;

8) Quanto aos Fundos Previdenciais, seus valores são compostos pelo Fundo de Reversão, por exigência regulamentar, cujo valor de R\$ 4.848.746,57 foi informado pela Entidade, o qual é constituído pelas parcelas patronais não resgatáveis de Participantes que optaram pelo Instituto do Resgate e destina-se à cobertura da Conta Coletiva do Plano ou a outra finalidade aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, conforme consta do Regulamento do Plano; e pelo Fundo de Capitalização dos Benefícios de Risco, previsto em Nota Técnica Atuarial, que montava, em 31 de dezembro de 2013, R\$ 100.497.323,00, e teve como origem primária de recursos o Fundo de Oscilação de Risco, mantido pelo Plano até a capitalização dos benefícios de risco, ocorrida em 31 de dezembro de 2011, e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo este fundo dimensionado atuarialmente e destinado a custear os benefícios de risco do Plano;

9) No que diz respeito às hipóteses atuariais, procederam-se às seguintes alterações na Avaliação Atuarial de 2013, quando comparadas com aquelas adotadas em 2012: i) Fator de Capacidade de 0,9789 para 0,9792; ii) Crescimento Real de Salários de 2,15% ao ano para 1,99% ao ano; iii) Tábua de Entrada em Invalidez de Light Fraca (A150%) para Muller; iv) Tábua de Rotatividade de Exp. Economus 2011 (taxa média de 1,20%) para Tábua Gama/Rot Exp. Economus 2011 (D25%) (taxa média de 0,90%); e v) Tábua de Entrada em Auxílio – Doença de EX-Economus II para Ex-Economus II D (20%).

### 3. Plano de Custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 1º de abril de 2014, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter a seguinte configuração, observada sua prévia aprovação da Entidade e Patrocinadoras, antes de sua entrada em vigor:

PLANO DE CUSTEIO PARA 2014				
<b>PARTICIPANTES</b>				
<b>Contribuição Normal</b>				
Participantes	Para o custeio dos benefícios programados	Variável de 2% a 8% sobre o salário de benefício, conforme opção do Participante		
	Para o custeio dos benefícios de risco	Limite inferior SB* em R\$	Limite superior SB* em R\$	% SB*
		0	2.500	0,06%
		2.500,01	3.000	0,20%
		3.000,01	3.500	0,34%
		3.500,01	4.000	0,46%
		4.000,01	5.000	0,55%
		5.000,01	6.000	0,65%
		6.000,01	7.000	0,73%
		7.000,01	8.000	0,77%
		8.000,01	10.000	0,83%
		10.000,01	12.000	0,88%
		12.000,01	6 PPE**	0,93%
		<b>Participantes Autopatrocinados</b>		Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora
<b>Participantes em BPD</b>		0,00%		
<b>PATROCINADORAS</b>				
<b>Contribuição Normal</b>				
Paritárias às Contribuições Normais dos Participantes				
<b>ASSISTIDOS</b>				
<b>Contribuição Normal</b>				
Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Contribuição Normal de Assistido no Plano.				
<b>PLANO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO</b>				
Em conformidade com a definição da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, em observância ao seu Plano de Gestão Administrativa – PGA, o custo intencionado para o Plano PrevMais é definido conforme a seguir:				

Base de Incidência	Faixa Salarial (SB*) em R\$	Taxa Aplicável - Plano de Custeio Proposto (a partir de abril/13)
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação, em relação aos Participantes	Até 2.500,00	0,15%
	De 2.500,01 a 3.000,00	0,30%
	De 3.000,01 a 3.500,00	0,45%
	De 3.500,01 a 4.000,00	0,55%
	De 4.000,01 a 5.000,00	0,65%
	De 5.000,01 a 6.000,00	0,80%
	De 6.000,01 a 7.000,00	0,85%
	De 7.000,01 a 10.000,00	0,90%
	De 10.000,01 a 6 PPE**	0,94%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação, em relação ao Participante Autopatrocinado	Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora	
c) Taxa de Carregamento aplicável sobre o BPD	0,90%	
d) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Aposentado	0,90%	
e) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Pensionista	0,90%	
f) Taxa de Carregamento, paga pelas Patrocinadoras	Paritárias às Contribuições dos Participantes para este fim	
g) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	0,15%	

\* Salário de Benefício.

\*\* Padrão Previdenciário Ecomus, correspondente a R\$3.205,42 na Data da Avaliação.

### 4. Conclusão

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-actuarial do Plano PrevMais, em 31 de dezembro de 2013, é superavitária em R\$ 2.719.648,26, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo a totalidade deste valor alocada em Reserva de Contingência.

Este é o Parecer.

Brasília, 19 de fevereiro de 2014.

ANTÔNIO FERNANDO GAZZONI

Atuário MIBA 851 - MTb/RJ

DIRETOR-PRESIDENTE

## Avaliação Atuarial de 2013

### PLANO DO REGULAMENTO GERAL CNPB 1978.0001-38

#### Parecer Atuarial 079/14

#### 1. Considerações Iniciais

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Geral, administrado e executado pelo Economus – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., e pelo próprio Economus, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano de Benefícios do Regulamento Geral é um plano suplementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhados aos do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados das Patrocinadoras do Plano, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido *a priori*, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1978.0001-38, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2013 contempla o

Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada em 26 de outubro de 2007, por meio da Portaria MPS/SPC nº 1.802, com vigência a partir de 29 de outubro de 2007. Cumpre ressaltar que o Plano passou por processo de saldamento facultativo no ano de 2005, sendo que se encontra em situação de extinção, ou seja, fechado a novas adesões.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013 na Data Base de 31 de dezembro de 2013, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigente, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados às Patrocinadoras do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de 31 de dezembro de 2013, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano do Regulamento Geral, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório GAMA 151 – RE 036/14, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Geral, posicionada em 31 de dezembro de 2013.

Adicionalmente, e em face de o Economus não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência GAMA 151 – CT 522/13 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

#### 2. Resultados Atuariais

##### 2.1. Em Relação ao Grupo de Custeio: Geral

##### 2.1.1. Evolução dos Custos

Todos os benefícios do Plano do Regulamento Geral estão estruturados na modalidade de Benefício Definido. Os benefícios programados (Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço e por Idade) estão estruturados no regime de Capitalização, pelo método de Crédito Unitário Projetado. Dentre os benefícios de risco, as Complementações de Aposentadoria por Invalidez, de Pensão por Morte e de Auxílio-Reclusão estão estruturadas sob o regime de Repartição de Capitais de Cobertura, enquanto que os demais benefícios (Auxílio-Doença, Pecúlio por Morte, Pecúlio por Invalidez e Auxílio-Adicional) estão estruturados em Repartição Simples, sendo todos avaliados pelo método de Teoria Coletiva do Risco, observando-se as ocorrências nos últimos 36 meses anteriores à Avaliação, com margem de segurança estatística de 91%.

Comparativamente ao exercício anterior, o custo do Plano, apurado, para fins meramente referenciais, sobre a base de folha de Salário Real de Participação – SRP, elevou-se de 902,39% para 1.286,30%. Essa elevação deveu-se, sobretudo, à redução da folha anual de SRP, que reduziu de R\$ 2.548.632,97 na Avaliação Atuarial de 2012 para R\$ 1.945.613,67, na Avaliação Atuarial de 2013.

Na confrontação dos custos calculados em montantes financeiros, a oscilação foi de 7,93%, ou seja, a variação real, acima da inflação (INPC), foi de apenas 2,24%.

O Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 036/14 apresenta os custos de cada benefício, comparativamente à alíquota apurada na última Avaliação Atuarial, indicando os motivos das variações, quando aplicável.

##### 2.1.2. Variação das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos do Plano do Regulamento Geral, existentes em 31 de dezembro de 2013, e disponibilizadas pelo Economus, foram determinadas atuarialmente e montam

R\$ 3.639.719.825,01, na data de 31 de dezembro de 2013, sendo R\$ 3.282.909.786,85 referentes aos benefícios programados, e R\$ 356.810.038,16 referentes aos benefícios não programados, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD).

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC foram avaliadas atuarialmente em função das informações individuais dos Participantes do Plano, observada a metodologia disposta na Nota Técnica Atuarial do Plano, e montam R\$ 882.740.085,25, na data de 31 de dezembro de 2013, integralmente referentes aos benefícios programados do Plano.

As Provisões Matemáticas a Constituir – PMAc foram avaliadas em R\$ 371.275.206,46, em 31 de dezembro de 2013, e referem-se, integralmente, a equacionamento de Déficit, sendo R\$ 357.155.550,04 pertinente a Déficit equacionado em 2005 e R\$ 14.119.656,42 relativo a Déficit equacionado em 2009.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2012, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano foi de 6,77%, tendo sido registrado o montante de R\$ 4.151.184.703,80 em 31 de dezembro de 2013 e R\$ 3.887.882.037,98 em 31 de dezembro de 2012. O crescimento deve-se, em especial, à atualização monetária dos benefícios em percepção, superior à involução atuarial da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, em face do grau de maturidade do Plano, considerando-se, ainda, o efeito das alterações das hipóteses atuariais realizadas neste exercício, conforme detalhadas na seção “Outros Fatos Relevantes” deste Parecer, e variações observadas na base cadastral de Participantes e Assistidos do Plano. Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 036/14.

##### 2.1.3. Principais Riscos Atuariais

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilida-

de aos planos de benefícios, sendo que para o Plano de Benefícios do Regulamento Geral, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2013 do Plano do Regulamento Geral, foram aprovadas pelo Economus, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório GAMA 151 – RE 117/13, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

#### 2.1.4. Soluções para Insuficiência de Cobertura

Apesar de o Plano do Regulamento Geral ter apresentado déficit técnico no encerramento do exercício a que se refere este Parecer, em sendo o primeiro ano de déficit e este inferior a 10% das Provisões Matemáticas estruturadas em Benefício Definido, não há necessidade da realização do equacionamento imediato, nos termos da Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 13, de 14 de novembro de 2013.

Caso o resultado se mantenha deficitário e no patamar inferior a 10% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido por três exercícios consecutivos, será necessária a elaboração e aprovação de Plano de Equacionamento, o qual preverá solução para a insuficiência de cobertura do Plano.

#### 2.2. Em Relação ao Plano de Benefícios

##### 2.2.1. Qualidade da Base Cadastral

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e reti-

ficações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

##### 2.2.2. Variação do Resultado

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$ 4.151.184.703,80, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 3.968.289.242,41, verifica-se que o Plano do Regulamento Geral apresentou Déficit Técnico, de R\$ 182.895.461,39, em 31 de dezembro de 2013.

A situação do Plano alterou de Superávit de R\$19.817.003,40, em 31 de dezembro de 2012, para déficit de R\$182.895.461,39, em 31 de dezembro de 2013. O déficit do exercício deveu-se, sobretudo, à não superação da meta atuarial do Plano, composta pela taxa de juros de 6,00% ao ano, acrescida do INPC acumulado no ano de 2013, de 5,56%, totalizando 11,89%, enquanto que a rentabilidade do período foi de 8,58%, gerando uma perda atuarial de 2,97% no período. Contribuiu, ainda, para esse resultado a elevação das Provisões Matemáticas dada pela redução da taxa de juros atuarial do Plano, de 6% ao ano para 5,75% ao ano.

##### 2.2.3. Natureza do Resultado

O resultado deficitário do Plano neste exercício, deveu-se, especialmente, ao não alcance da meta atuarial pela rentabilidade, podendo ser classificado como de natureza conjuntural. Entretanto, o resultado deficitário acumulado, apresenta características estruturais, sendo oriundo, dentre outras causas, dos regimes financeiros adotados para os benefícios de risco do Plano. Contribuiu para este resultado, também, a ocorrência de oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano, o que é inerente a processos estocásticos baseados em inferências.

##### 2.2.4. Soluções para Equacionamento do Déficit

O Plano Regulamento Geral apresentou Déficit Técnico no

encerramento do exercício a que se refere este Parecer. Observando-se o disposto na Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 13, de 14 de novembro de 2013, o déficit, se inferior a 10% (dez por cento) das Provisões Matemáticas deve ser equacionado até o final do exercício subsequente ao da apuração do terceiro resultado deficitário anual consecutivo. Como o Déficit Acumulado foi de 4,04% da soma das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder estruturadas em Benefício Definido e no ano anterior o Plano apresentou Superávit, não há necessidade de equacionamento imediato.

##### 2.2.5. Adequações dos Métodos de Financiamento

Adota-se, para o financiamento dos benefícios programados assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método de Crédito Unitário Projetado. Quanto aos benefícios de risco, adota-se o regime de Repartição de Capitais de Cobertura para os benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Auxílio-Reclusão e o regime de Repartição Simples para os benefícios de Auxílio-Doença, Auxílio Adicional, Pensão por Morte e Pecúlio por Invalidez, estando todos os benefícios de risco avaliados pelo método de Teoria do Risco Coletivo.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

##### 2.2.6. Outros Fatos Relevantes

1) O Plano do Regulamento Geral encontra-se em situação de extinção, ou seja, fechado a novas adesões, considerando a data de desativação de 31 de julho de 2006, e passou por processo de saldamento facultativo em 2006, contendo, portanto, além de Participantes e Assistidos, Participantes com direito a Benefício Proporcional Saldado;

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado, parcela destes estavam contabilizados pela curva do

papel e mantidos até o vencimento, sendo que para tal, a Entidade atestou a possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002, e suas alterações posteriores, fato que pode ser verificado no Parecer GAMA 151 – PA 072/14;

3) De acordo com o referido Balancete Contábil, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontrava-se integralizado;

4) Conforme decisão da Entidade será mantido o custeio administrativo praticado no exercício de 2013 para este Plano, sendo este de 0,90% sobre o Salário Real de Participação, Benefício Saldado ou Benefício Proporcional Diferido, para os Participantes, conforme sua situação; 0,90% sobre o valor do benefício, para os Aposentados e Pensionistas; e contribuições patronais paritárias às dos Participantes e Assistidos, exceto Autopatrocinaos;

5) As Provisões Matemáticas a Constituir do Plano, no valor total de R\$ 371.275.206,46, em 31 de dezembro de 2013, referem-se a equacionamentos de Déficits apurados nas Avaliações Atuariais dos exercícios de 2005 e 2009. A amortização dessas provisões se dá por meio de contribuições extraordinárias mensais, conforme definido no respectivo Plano de Custeio, sendo as alíquotas de contribuição aplicáveis a Participantes, Patrocinadoras e Assistidos, com exceção para os pensionistas, os quais não contribuem para o equacionamento de déficit de 2005, e revistas anualmente, conforme plano de pagamento estipulado à época de cada equacionamento;

6) Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$ 23.787.979,06, sendo R\$ 21.569.251,36 referentes a Fundo Administrativo e R\$ 2.218.727,70 referentes a Fundos dos Investimentos. Os valores desses fundos foram informados pela Entidade, através do balancete contábil do Plano. O Plano não apresenta, em 31 de dezembro de 2013, valores registrados em Fundos Previdenciais;

7) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2013, comparativamente às

adotadas para o exercício de 2012, destacam-se às alterações do Fator de Capacidade dos Benefícios, em que se utilizou 0,9792 em substituição a 0,9789; da Tábua de Morbidez, em que se utilizou a Ex-Economus II em substituição à Ex-Economus I; e da Taxa de Juros em que se utilizou 5,75% em substituição à 6,00%;

8) Com relação aos benefícios saldados, considerando que a antecipação do requerimento do benefício faz com que o valor do benefício reduza em 0,5% a cada mês de antecipação, a Entidade, baseada no histórico de requerimentos de benefícios saldados, indicou a atualização da hipótese que considera a antecipação da concessão do benefício saldado, que passou a estimar a antecipação de 11 meses e 07 dias (com redução do benefício saldado de 13,52%), em substituição à antecipação de 11 meses e 17

dias (com redução do benefício saldado de 13,54%);

9) Cumpre ressaltar que, conforme recomendado nos Pareceres Atuariais anteriores, a Entidade iniciou estudos visando, dentre outros aspectos relacionados à manutenção da solvência e equilíbrio do Plano, à alteração dos regimes financeiros atualmente adotados nos benefícios de risco assegurados pelo Plano para o regime de Capitalização, tendo em vista suas características, principalmente, no que tange ao Plano se encontrar em extinção, havendo possibilidade de comprometimento da formação de reservas técnicas para o custeio desses benefícios. Registra-se, entretanto, que os regimes atualmente adotados estão aderentes à legislação vigente, conforme Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

### 3. Plano de Custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 1º de abril de 2014, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter a seguinte configuração, observada sua prévia aprovação da Entidade e Patrocinadoras, antes de sua entrada em vigor:

PLANO DE CUSTEIO PARA 2014			
<b>PARTICIPANTES</b>			
<b>Contribuição Normal</b>			
	Faixa Salarial	Alíquota (% SRP)	Dedução (% Teto INSS)
Participantes <sup>(1)</sup>	SRP ≤ ½ x Teto INSS	1%	-
	½ x Teto INSS < SRP ≤ 1 Teto INSS	1,75%	0,375%
	1 Teto INSS < SRP ≤ 6 Teto INSS	25,55%	24,17%
Participantes em BPD que <u>não</u> optaram pela Cobertura dos Benefícios de Risco		0,00%	
Participantes em BPD que optaram pela Cobertura dos Benefícios de Risco		4,90% do SRP	
Participantes que optaram pelo saldamento		0,00%	
Participantes saldados em autopatrocínio que optaram pela Cobertura dos Benefícios de Risco		4,90% do valor do Benefício Saldado	
Participantes autopatrocinados		Idêntica a dos participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora	

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - DÉFICIT EQUACIONADO 2005		
	Prazo Remanescente <sup>(2)</sup>	Alíquota (% SRP, % BPD ou %BS)
Participantes (Ativos, EM BPD e que optaram pelo saldamento)	244 meses <sup>(3)</sup>	3,84%
Participantes autopatrocinados	244 meses <sup>(3)</sup>	Idêntica a dos participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - DÉFICIT EQUACIONADO 2009		
	Prazo Remanescente <sup>(2)</sup>	Alíquota (% SRP, % BPD ou %BS)
Participantes (Ativos, EM BPD e que optaram pelo saldamento)	11 meses	1,53% <sup>(4)</sup>
Participantes autopatrocinados	11 meses	Idêntica a dos participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora
<b>PATROCINADORAS</b>		
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL</b>		
Patrocinadoras	Paritárias às Contribuições Normais dos Participantes e dos Assistidos	
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - DÉFICIT EQUACIONADO 2005		
	Prazo Remanescente <sup>(2)</sup>	Alíquota (% Folha SRP)
Patrocinadoras	244 meses <sup>(3)</sup>	Paritárias às Contribuições dos Participantes e Assistidos para esse fim
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - DÉFICIT EQUACIONADO 2009		
	Prazo Remanescente <sup>(2)</sup>	Alíquota (% Folha SRP)
Patrocinadoras	11 meses	Paritárias às Contribuições dos Participantes e Assistidos para esse fim
<b>ASSISTIDOS</b>		
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL</b>		
Aposentados	4,1% sobre a Complementação	
Pensionistas	0,00%	
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - DÉFICIT EQUACIONADO 2005		
	Prazo Remanescente <sup>(2)</sup>	Alíquota (% Complementação)
Aposentados	244 meses <sup>(3)</sup>	3,84%
Pensionistas	-	-

<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - DÉFICIT EQUACIONADO 2009</b>		
	Prazo Remanescente <sup>(2)</sup>	Alíquota (% Complementação)
<b>Aposentados</b>	11 meses	2,78% <sup>(4)</sup>
<b>Pensionistas</b>	11 meses	2,78% <sup>(4)</sup>
<b>PLANO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO</b>		
Em conformidade com a definição da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, em observância ao seu Plano de Gestão Administrativa – PGA, o custo intencionado para o Plano de Benefícios do Regulamento Geral é definido conforme a seguir:		
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o Salário Real de Participação		0,90%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o BPD		0,90%
c) Taxa de Carregamento aplicável sobre o Benefício Proporcional Saldado		0,90%
d) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Aposentado		0,90%
e) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Pensionista		0,90%
f) Taxa de Carregamento paga pelas Patrocinadoras		0,90%
g) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano		0,15%

(1) Só contribuem os Participantes com tempo de Plano inferior a 30 anos.

(2) Na Data da Avaliação.

(3) O prazo máximo recalculado para este equacionamento de déficit seria de 294 meses, nos termos da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006. Entretanto, a Entidade optou por reduzir o prazo referencial adotado para o financiamento, que passou a ser de 244 meses, e, com isso, manteve-se a alíquota atualmente praticada.

(4) Manutenção das alíquotas atualmente praticadas, conforme decisão da Entidade, alíquotas essas que, quando da Avaliação Atuarial de 2013, eram suficientes para a amortização do valor do déficit equacionado, no prazo remanescente.

#### 4. CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano do Regulamento Geral, em 31 de dezembro de 2013, é deficitária em R\$ 182.895.461,39, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano. Em se tratando de déficit inferior a 10% do total das Provisões Matemáticas em Benefício Definido, não há necessidade da elaboração de Plano de Equacionamento até o final do exercício de 2014.

Este é o Parecer.

Brasília, 19 de fevereiro de 2014.

ANTÔNIO FERNANDO GAZZONI

Atuário MIBA 851 - MTb/RJ

DIRETOR-PRESIDENTE

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis

*Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores do Economus – Instituto de Seguridade Social*

Examinamos as demonstrações contábeis do Economus – Instituto de Seguridade Social (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pelo Economus – Instituto de Seguridade Social, aqui denominado de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas por plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa

auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Economus – Instituto de Seguridade Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no

Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

### Ênfase

Conforme a Nota Explicativa nº 5.8 b às demonstrações contábeis, a Entidade iniciou estudos visando à alteração dos regimes financeiros atualmente adotados para os cálculos das reservas técnicas referentes ao custeio dos benefícios de risco assegurados pelo plano do Regulamento Geral, os quais encontram-se calculados pelo regime de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, passando para o regime de capitalização, tendo em vista as características do plano. Caso sejam implementadas as alterações, as reservas técnicas poderão ser impactadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

### Outros assuntos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 às demonstrações contábeis, de acordo com a Resolução nº 12, de 19 de agosto de 2013, o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) alterou a forma de apresentação das demonstrações contábeis pela substituição da demonstração das obrigações atuariais do plano de benefícios pela demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios.

Examinamos, também, informações suplementares sobre o Plano de Assistência e Saúde, compreendendo o balanço patrimonial, e as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, do fluxo de caixa, da mutação do patrimônio líquido, assim como as correspondentes principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas informações suplementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente, e em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação as demonstrações contábeis tomadas em con-

junto, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

São Paulo, 28 de março de 2014.

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Silbert Christo Sasdelli Júnior  
Contador CRC 1SP230685/O-0

## Relatório Anual e Demonstrações Contábeis 2013

### Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do Economus – Instituto de Seguridade Social, no uso das atribuições conferidas pelo inciso II do Artigo 45 de seu Estatuto Social, examinou as Demonstrações Contábeis de 2013 (Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios) e respectivas Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis Consolidadas e as Informações Contábeis da Gestão Assistencial (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração de Resultados Abrangentes, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social) e respectivas Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis.

Com base no exame desses documentos, complementados por informa es e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos do Economus e, considerando ainda o parecer dos Auditores Independentes e o parecer Atuarial da Consultoria Externa contratada, o Conselho Fiscal recomenda ao Conselho Deliberativo   aprova o das referidas Demonstrações Contábeis.

São Paulo, 28 de março de 2014.

JOSÉ ZAMAI  
Presidente

ADELAR VALENTIM DIAS  
Membro

ÁUREA FARIAS MARTINS  
Membro

ANTONIO SAB IA BARROS JUNIOR  
Membro

## Manifesta o do Conselho Deliberativo

### Quanto às demonstra es Contábeis do Exercício 2013

Em reunião de 28 de março de 2014, o Conselho Deliberativo do Economus – Instituto de Seguridade Social, no uso das competências de que trata o inciso XIII do Artigo 21 do Estatuto Social da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer da KPMG – Auditores Independentes, no Parecer Atuarial emitido pela Gama Consultores Associados, no Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situa o patrimonial e financeira da Entidade, razão pela qual as aprova.

São Paulo, 28 de março de 2014.

JOSÉ CAETANO DE A. MINCHILLO  
Presidente

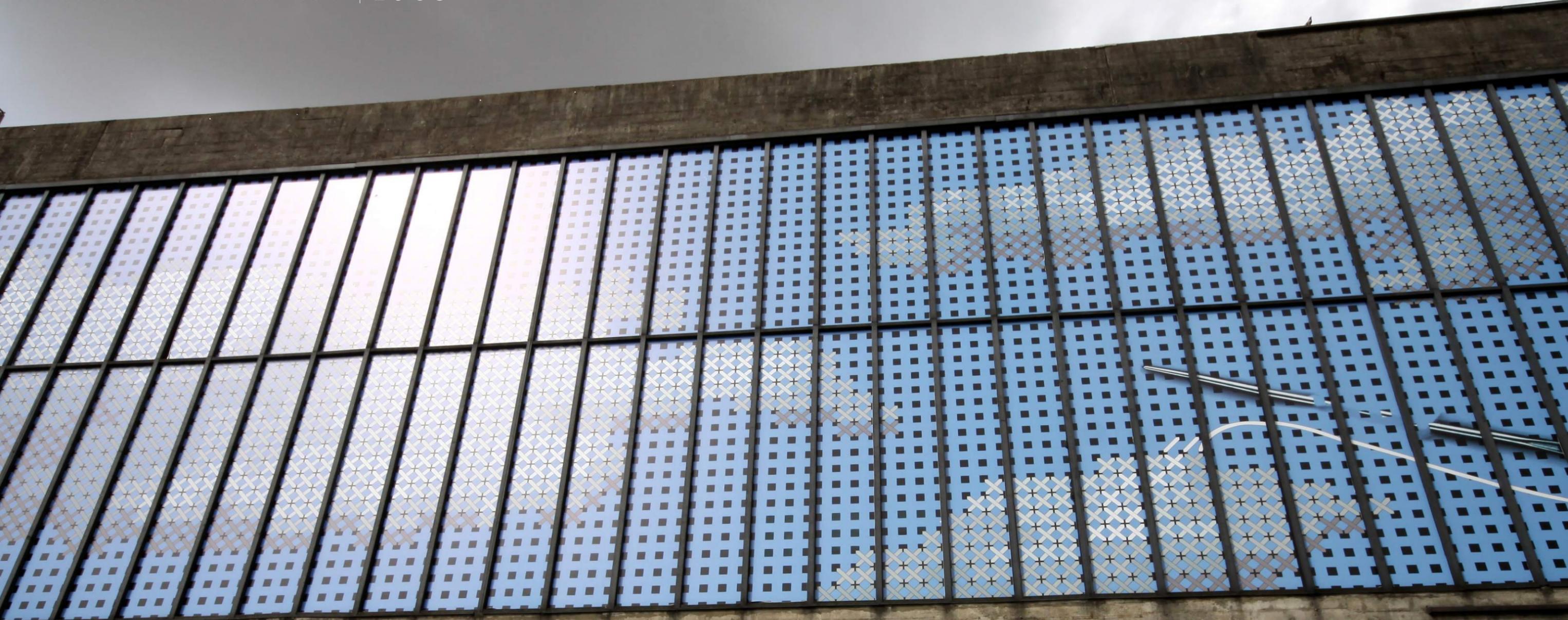
FRANCISCO VIANNA DE OLIVEIRA JUNIOR  
Membro

CARLOS CÉLIO DE A. SANTOS  
Membro

ITAMAR DE SOUZA MENEZES  
Membro

LEVI GOMES DE OLIVEIRA  
Membro

ANTONIO SÉRGIO RIEDE  
Membro



Ponte Estaiada | 2008



***economus***

[www.economus.com.br](http://www.economus.com.br)

CENTRAL DE ATENDIMENTO  
0800 014 7000

RUA QUIRINO DE ANDRADE, 185 - CENTRO  
CEP 01049-902 - SÃO PAULO - SP